

i

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

A EXTENSÃO RURAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: A FUNDAMENTAÇÃO  
CIENTÍFICA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO  
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
(PRONAF) NO ESTADO DE SÃO PAULO

Mestrando: Ivamney Augusto Lima

Prof. Dr. João Luiz Cardoso  
Orientador  
Prof. Dr. Sílvio Ancízar Sánchez Gamboa  
Coorientador

Dissertação apresentada para obtenção do título  
de mestre em Engenharia Agrícola, na área de  
concentração Planejamento e Desenvolvimento  
Rural Sustentável

CAMPINAS - SP

Janeiro/2001

**UNICAMP**  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

2012.2803



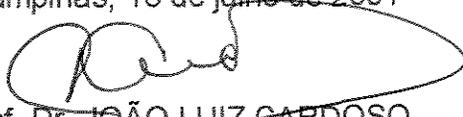
CIDADE: 13.0  
N.º CHAMADA: T/UNICAMP  
L628e  
V. \_\_\_\_\_ Ex. \_\_\_\_\_  
FOMBO BC: 46667  
PROC. 16.392/01  
C  D   
RECIBO: R\$ 11,00  
DATA: 23/10/01  
17.000

## PARECER

Este exemplar corresponde a redação final da dissertação de mestrado defendida por **IVAMNEY AUGUSTO LIMA** e aprovada pela Comissão Julgadora em 08 de janeiro de 2001.

CM00160456-0

Campinas, 18 de julho de 2001

  
Prof. Dr. JOÃO LUIZ CARDOSO  
Orientador

### FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

L628e Lima, Ivamney Augusto  
A extensão rural e a produção do conhecimento: a fundamentação científica dos planos de desenvolvimento rural do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) no Estado de São Paulo / Ivamney Augusto Lima. --Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientadores: João Luiz Cardoso, Sílvio Ancízar Sánchez Gamboa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Desenvolvimento rural. 2. Extensão rural. 3. Planejamento participativo. 4. Epistemologia. I. Cardoso, João Luiz. II. Sánchez Gamboa, Sílvio Ancízar. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. IV. Título.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e

à Zélia, Pedro, Luana e Izabel



v  
AGRADECIMENTOS

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

Aos Profs. João Luiz Cardoso e Sílvia Ancízar Sánchez Gamboa, meus orientadores pela orientação segura, amizade, confiança.

À Luz Helena, esposa do Prof. Sílvia Ancízar Sánchez Gamboa, pela dedicação e atenção.

À Prof.<sup>a</sup> Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco por me incentivar a continuar os estudos acadêmicos.

À Prof.<sup>a</sup> Maristela Simões do Carmo pela aulas esclarecedoras e motivações constantes.

Ao Dr. Sergio Pinheiro pelo pronto interesse em contribuir com sua qualificada análise crítica a este estudo.

Ao Prof. Michel Thiollent por suas valiosas críticas e sugestões e por sua disponibilidade imediata nos momentos em que seu auxílio foi solicitado.

Aos professores e funcionários da FEAGRI, em especial à Ana Paula, à Marta e à Cidinha, pela atenção que me dispensaram durante o curso.

Aos professores e funcionários da Faculdade de Educação da UNICAMP, pela aceitação e acolhida.

Aos colegas do curso de pós graduação da FEAGRI aos quais, na pessoa do Délvio, agradeço a acolhida e ajuda nos momentos difíceis.

Aos colegas extensionistas da CATI dos municípios-pilotos do PRONAF, da Divisão de Extensão Rural da CATI, da Coordenadoria Sócio-Econômica, da FETAESP e da FEAGRI, pela confiança e presteza de seus depoimentos para esta pesquisa.

Ao Prof. Nilson e ao amigo Abelardo pelas discussões proporcionadas e por suas significativas contribuições.

Ao Prof. Mauro Tereso e ao Eduardo Galetta, pelas críticas e recomendações feitas no exame de qualificação.

À Francis, à Vera Khun e à Vera Lígia Bonafé pela amizade e pelos incentivos, que nos ajudaram a prosseguir nessa caminhada.

À Arlene e à Katia, "extensionistas" do Centro de Treinamento da CATI-CETATE, pela cumplicidade na busca por uma nova extensão rural.

Aos funcionários do CETATE, da DEXTRU, do DCT e do CIAGRO por facilitarem o acesso a relatórios, documentos e materiais necessários à construção deste trabalho.

Ao Fernando, Secretário Executivo do PRONAF e à Irene, por me permitirem e facilitarem o acesso aos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural.

À Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, em especial à Darcy e ao Brunelli, pela autorização e liberação para a realização desta pesquisa.

À Jovita, ao Noronha, ao José Ruy, à Rose Mary Pontes e aos professores e extensionistas participantes do curso: Gestão Social em Educação Rural e Profissionalização de Agricultores, pela acolhida, convivência, amizade, incentivo, por me animarem a continuar na luta por uma Extensão Rural pública, gratuita, competente e dirigida aos Agricultores Familiares.

Aos meus pais Olavo e Lucy e aos meus irmãos Gláucio e José Carlos pelo carinho e apoio constantes.

Aos meus filhos, amigos e companheiros, Pedro, Luana e Izabel, por me motivarem a seguir em frente, acreditar e lutar por um mundo melhor.

À Zélia, mulher, amiga e companheira, pelo amor, compreensão e incentivo de sempre e por sua contribuição valiosa a este trabalho.

*A menos que a consciência cresça com a riqueza do mundo material, o corpo torna-se pesado e a alma torna-se fraca demais.*

OSHO



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Caracterização dos municípios em relação à Agricultura Familiar.....	48
TABELA 2 - Frequência de respostas encontradas nos planos (24) às questões formuladas, relativas a informações empíricas. ....	68
TABELA 3 - Frequências para as respostas obtidas na entrevista junto aos extensionistas da CATI, em relação às dificuldades encontradas com a utilização do método ZOPP para elaboração dos planos	69
TABELA 4 - Frequências das respostas obtidas nas entrevistas junto aos extensionistas da CATI, em relação às dificuldades encontradas para a construção do PRONAF no município.....	69
TABELA 5 - Frequências das respostas obtidas na entrevista junto aos extensionistas da CATI, em relação aos agricultores beneficiados com o PRONAF no município.....	70
TABELA 6 - Frequências das respostas obtidas nas entrevistas junto aos extensionistas da CATI, em relação aos motivos da baixa participação dos agricultores familiares de subsistência .....	71
Tabela 7 - Frequências das respostas obtidas nas entrevistas junto aos extensionistas da CATI, em relação à(s) fase(s) em que participaram os agricultores familiares .....	71
TABELA 8 - Frequências das respostas obtidas na entrevista junto aos extensionistas da CATI, quanto à opinião pessoal sobre o PRONAF .....	72
TABELA 9 - Frequência de respostas encontradas nos planos às questões formuladas, relativas a informações empíricas, especificamente em relação às áreas beneficiadas com os recursos. ....	73
TABELA 10 - Especificação dos pleitos nos planos com recursos específicos do PRONAF .....	73
TABELA 11 - Frequência das principais informações contidas em 24 planos pesquisados, em relação à metodologia científica e principais fontes de consulta citadas.....	74
TABELA 12 - Abordagens metodológicas utilizadas nos planos versus técnicas de obtenção dos dados empregadas nos PMDRs.....	75
TABELA 13 - Abordagens metodológicas dos planos versus formas de aproximação do sujeito em relação ao objeto da pesquisa (dados obtidos pela leitura dos planos).....	76
TABELA 14 - Frequências das respostas obtidas na entrevista junto aos extensionistas da CATI, em relação à metodologia utilizada na construção dos PMDRs do PRONAF no município (21 entrevistas) .....	76
TABELA 15 - Abordagens metodológicas dos planos versus formas de aproximação do sujeito em relação ao objeto da pesquisa (dados obtidos a partir das entrevistas com 21 técnicos).....	77
TABELA 16 - Nível Teórico do Esquema Paradigmático - Abordagens metodológicas utilizadas versus frequência com que ocorreram nos planos as palavras-chaves .....	82
TABELA 17 - Distribuição geral das abordagens nos PMDRs no nível teórico .....	83

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil .....	11
Quadro 2 - Tipologia da participação: como as pessoas participam em projetos de desenvolvimento	33
Quadro 3 - Quadro comparativo dos modelos patronal e familiar. ....	35
Quadro 4 - Relação entre tipos de abordagens metodológicas: interesses que motivam a pesquisa e dimensões fundamentais da vida humana.....	53
Quadro 5 - Esquema Paradigmático .....	58
Quadro 6 - Caracterização dos níveis que compõem as abordagens metodológicas de Habermas (Esquema Paradigmático detalhado).....	61
Quadro 7 - Tipificação proposta para as palavras-chaves encontradas nos planos, em relação às abordagens metodológicas utilizadas. ....	80
Quadro 8 - Comparação dos modelos de extensão rural de acordo com a classificação de Rodrigues e de acordo com a classificação de Habermas .....	87

Quadro 9 - Caracterização sumária dos períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil (1948-1989) e no Estado de São Paulo (1995-2000).....	88
Quadro 10 - Resultados das discussões de um grupo* utilizando o Esquema Paradigmático para análise dos paradigmas da "revolução verde" (outra denominação relacionada ao modelo de modernização conservadora) e do desenvolvimento sustentável. ....	91

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão administrativa da CATI vigente até 1997.....	15
Figura 2 - Divisão administrativa atual da CATI, em Escritórios de Desenvolvimento Rural.....	15
Figura 3 - Municípios-pilotos do PRONAF do Estado de São Paulo .....	49

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 Roteiro para a pesquisa junto aos planos municipais de desenvolvimento rural.....	105
ANEXO 2 Roteiro de entrevista junto aos extensionistas da CATI dos municípios-piloto do PRONAF no Estado de São Paulo .....	107
ANEXO 3 Roteiro para pesquisa histórica do PRONAF .....	109
ANEXO 4 Informações obtidas pela pesquisa histórica do PRONAF .....	111
ANEXO 5 Relatos dos principais representantes dos atores sociais envolvidos com a construção do PRONAF no Estado de São Paulo em relação à seguinte questão orientadora: Como você viu a construção do PRONAF em São Paulo ? .....	125

## LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira e Reforma Agrária
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AGF	Aquisições do Governo Federal
AIA	"International Association for Economic and Social Development"
ASBRAER	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
CAIs	Complexos Agroindustriais
CAs	Casas de Agricultura
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CMDRs	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DAs	Delegacias Agrícolas
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DCT	Departamento de Comunicação e Treinamento
DEXTRU	Departamento de Extensão Rural
DFA	Delegacia Federal de Agricultura
DIRAs	Divisões Regionais Agrícolas
DPRN	Departamento de Proteção dos Recursos Naturais
EDRs	Escritórios de Desenvolvimento Regional
EGF	Empréstimo do Governo Federal
EMATEREs	Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ER	Extensão Rural
FAO	Organizações das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FASER	Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil
FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
FETAESP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Instituto de Cooperativismo e Associativismo
LUPA	Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária
MAA	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
ONGs	Organizações não Governamentais
PAMs	Planos Agrícolas Municipais
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF/Infra-estrutura	Linha de adequação da infra-estrutura municipal do PRONAF
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
ZOPP	Zielorientierte Projekt Planung



**RESUMO**

Esta pesquisa relaciona-se à produção do conhecimento pelo Serviço Público de Extensão Rural do Estado de São Paulo, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (linha de adequação da infra-estrutura municipal), a qual vem se desenvolvendo em vinte e quatro municípios-pilotos no Estado de São Paulo desde 1997. O principal objetivo é a análise dos procedimentos filosófico-científicos na elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs). O enfoque é epistemológico, o método é o hermenêutico crítico, a metodologia é a análise de conteúdo e o Esquema Paradigmático é o instrumento para a construção dos dados, fundamentado na Teoria Crítica. Os resultados indicam que as abordagens utilizadas nos planos foram marcadamente empírico-analíticas caracterizadas pela ênfase nos aspectos econômicos e tecnológicos e pela reprodução do modo de produção capitalista. Neste contexto, há evidências da participação dos agricultores familiares na elaboração dos PMDRs, representada pela tendência da utilização de abordagens fenomenológico-hermenêuticas caracterizadas pela busca do diálogo e do consenso. Entretanto, estas abordagens não bastam para legitimar o PRONAF sob a visão de uma abordagem de gestão social do conhecimento, na qual o agricultor familiar é o principal agente do processo.

**ABSTRACT**

This research concerns to the production of the knowledge by the the Public Service of Rural Extension of the State of São Paulo, in the National Program of Invigoration of the Family Agriculture – PRONAF (adaptation line of the municipal infrastructure) which has been developed in twenty-four pilot counties in São Paulo State since 1997.

The main objective of this study is to analyze the philosophic-scientific procedures in the elaboration of the Municipal Plans of Rural Development. The focus is epistemological, the method is the critic hermeneutic, the methodology is the content analysis and the Paradigmatic Scheme is the instrument to the construction of the data of this study, based upon in the Critic Theory.

The results show that the approaches used in the plans were markedly empirical-analytical, characterized by the emphasis on the technological and economical aspects, and by the reproduction of the capitalist system. In this context, there are evidences of the familiar farmers' participation in the elaboration of the PMDRs, represented by the trend of the use of phenomenological-hermeneutic approaches characterized by the search of the dialog and consensus. However, those are not enough to legitimate the PRONAF under the vision of an approach of social management of the knowledge in which the familiar farmer is the main agent of the process.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL.....	7
1.1. A Extensão Rural no Brasil.....	7
1.1.1. Os marcos iniciais da extensão rural no Brasil. ....	9
1.1.2. Fases da extensão rural no Brasil .....	10
1.1.3. A Assistência Técnica e Extensão Rural em São Paulo .....	12
1.1.4. A visão de sociedade dos extensionistas .....	16
1.1.5. O debate atual sobre a extensão rural .....	18
1.2. Desenvolvimento Rural .....	22
1.2.1. A modernização conservadora da agricultura brasileira.....	26
1.2.1.1. O crédito rural e a modernização conservadora da agricultura .....	28
1.2.2. Novas tendências de desenvolvimento .....	30
1.2.3. Desenvolvimento e Participação .....	31
CAPÍTULO II AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF .....	35
2.1. Características da Agricultura Brasileira .....	35
2.1.1. Importância econômico-social da agricultura familiar .....	38
2.1.2. A agricultura familiar no Estado de São Paulo.....	39
2.1.3. O debate teórico sobre a agricultura familiar .....	40
2.2. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF .....	41
2.2.1. O PRONAF infra-estrutura .....	43
2.2.1.1. Formas de reembolso dos recursos.....	43
2.2.1.2. Critérios para a seleção dos municípios .....	44
CAPÍTULO III PESQUISA DE CAMPO .....	47
3.1. Objetivo Geral .....	47
3.2. Objetivos Específicos.....	47
3.3. Metodologia da Pesquisa.....	47
3.3.1. Caracterização da área de estudo.....	48
3.3.1.1. Critérios de seleção dos municípios-piloto do PRONAF no Estado de São Paulo .....	49
3.3.2. Material.....	50
3.3.2.1. Fontes Documentais .....	50
3.3.2.2. Fontes Vivas .....	51
3.3.3. Método .....	51
3.3.4. Referencial Teórico.....	52
3.3.4.1. Epistemologia .....	52
3.3.4.2. Interesse.....	53
3.3.4.2.1. Características dos Interesses .....	54
3.3.4.3. Características das abordagens ou enfoques científicos .....	55
3.3.4.4. Ação Comunicativa .....	56
3.3.4.5. Paradigma.....	57
3.3.5. O Instrumento de Análise, o Esquema Paradigmático.....	58
3.3.6. As Etapas Fundamentais da Pesquisa .....	63
CAPÍTULO IV RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	67
4.1. Informações Empíricas.....	67
4.2. Fundamentos Científicos .....	73
4.2.1. Principais informações contidas nos planos.....	74
4.2.2. Nível Técnico do Esquema Paradigmático .....	75

4.2.3. Nível Metodológico do Esquema Paradigmático .....	76
4.2.4. Elementos de Interpretação.....	79
4.2.5. Nível Teórico do Esquema Paradigmático .....	82
4.4. Nível Epistemológico.....	85
4.5. Nível Filosófico .....	85
4.5.1. Pressupostos Gnosiológicos .....	85
4.5.2. Pressupostos Ontológicos.....	86
4.6. A Recuperação da História - Buscando a Relação da Parte com o Todo.....	89
4.6.1. Da análise dos Documentos Históricos do PRONAF .....	89
4.6.2. A História vista pelos representantes dos atores sociais.....	93
CONCLUSÕES .....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	99
ANEXOS.....	103

## INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Sustentável foi a solução apresentada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) para atender as necessidades do presente e garantir as necessidades das gerações futuras. Para o Desenvolvimento Sustentável, é importante que cada sociedade elabore seus próprios modelos construídos com a participação de seus diferentes segmentos. Nestes modelos a agricultura passa a representar um segmento estratégico importante no seu novo papel não só de fornecedora de alimento mas também, dentre outros, o de geradora de empregos.

Neste contexto o segmento da Agricultura Familiar, por suas características e desempenho, é apontado como essencial nas políticas de desenvolvimento.

No Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) apresenta-se como um dos principais programas que compõem a política do Governo Federal. O PRONAF tem como diretrizes gerais a gestão social, "*o exercício da participação, compatibilizando seus propósitos e os interesses dos beneficiários com a política agrícola e ou prioridades do Estado e do Município*" e se propõe a "*construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado*" (MAARA, 1996, p 14). Os serviços de extensão rural oficiais têm sido considerados pelos principais atores sociais envolvidos com este programa como os agentes externos de fundamental importância para sua implementação.

O planejamento participativo, ou a pesquisa participante, tornou-se um pré requisito para as ações da Extensão Rural na elaboração e desenvolvimento dos planos, programas e projetos junto às comunidades rurais. Com isso, nos últimos anos, houve um aumento quantitativo da produção de PMDRs e, conseqüentemente, a preocupação com a qualidade destes planos onde

aparecem algumas questões relacionadas com a avaliação dessa produção, suas características, suas tendências, a validade científica de seus resultados, a aplicabilidade de suas conclusões, gerando um novo desafio para pesquisadores e extensionistas: como avaliar estes planos? quais os fundamentos científicos da produção do conhecimento nestes planos? quais as suas propostas? a quem interessam os planos? qual o paradigma de desenvolvimento rural inerente aos planos?

Este trabalho procurou responder a estas questões, realizando um estudo dos fundamentos científicos da produção do conhecimento pela Extensão Rural do Estado de São Paulo na elaboração de PMDRs de modo a verificar o paradigma de desenvolvimento rural, as principais abordagens metodológicas dos referidos planos e analisar as implicações epistemológicas dessas abordagens para descobrir por trás das técnicas e metodologias utilizadas, os seguintes pressupostos:

- Teóricos, como: Fenômenos Sociais e Educacionais Privilegiados, Tipo de Mudança Proposta.
- Epistemológicos, como: concepção da ciência e critérios científicos utilizados no diagnóstico da realidade e na identificação de problemas
- Gnosiológicos, como: forma de relacionar os sujeitos e os objetos no trato com o conhecimento.
- Ontológicos, como: concepções de homem, de realidade e de sociedade

O presente estudo, embora limitado à produção do conhecimento nos PMDRs dos municípios pilotos do PRONAF no Estado de São Paulo e submetido às restrições próprias de um trabalho inicial, pretende contribuir na acumulação e sistematização de conhecimentos sobre os fundamentos científicos do planejamento em Extensão Rural e suas tendências metodológicas, além de apontar a necessidade de novos estudos sobre a produção do conhecimento nos programas de desenvolvimento de comunidades fundamentados no princípio da gestão social.

Acreditamos que sua maior contribuição está na proposta de analisar os planos sob um enfoque científico, buscando, assim, reconstruir o nexu entre o instrumento utilizado para o diagnóstico das necessidades e seus pressupostos científicos e filosóficos. Como extensionista, membro da Divisão de Extensão Rural (DEXTRU) da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), a partir da lembrança das palavras da Prof.<sup>a</sup> Delma Peçanha Neves em palestra proferida na disciplina de Extensão Rural, no curso de pós-graduação da FEAGRI/UNICAMP para quem, *"uma das dificuldades de compreensão e da produção do conhecimento a respeito da Extensão Rural, estava no fato dos extensionistas não escreverem sobre sua prática"*, entendemos que outra contribuição desta pesquisa, está na demonstração da necessidade do extensionista, apesar de suas limitações, de teorizar sobre sua prática e colocar à disposição das Instituições de Extensão Rural e da sociedade, propostas de soluções para os problemas relativos à atuação da Extensão Rural, enriquecendo o debate teórico e trazendo para o campo deste debate a visão de quem vivenciou na prática a problemática dos referidos temas. Com isto, num momento que a Extensão Rural Pública assim como os demais órgãos públicos, vêm passando mais uma vez por um processo de "sucateamento" e de "desmoralização" fundamentados no discurso neo-liberal de que os serviços públicos são ineficientes e defendendo o "Estado-mínimo", esperamos que esta pesquisa venha a se somar a outras que se contrapõem a este discurso, e que possa servir de instrumento para instituições como a Federação dos Trabalhadores Públicos da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola (FASER), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG e demais setores democráticos do governo e movimentos sociais, na defesa por um serviço de Extensão Rural Pública, gratuito, eficiente e destinado aos agricultores familiares, além de estimular outros extensionistas a realizarem estudos semelhantes.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito dos vinte e quatro municípios-piloto da "linha de adequação da infra-estrutura municipal do PRONAF" (PRONAF/Infra-estrutura)<sup>1</sup> no Estado de São Paulo, junto aos planos municipais de desenvolvimento rural, aos extensionistas dos municípios-piloto, aos documentos históricos do PRONAF e aos atores sociais que participaram da construção do programa no Estado.

Com os dados obtidos, construiu-se uma tipologia dos planos a partir da recuperação da lógica existente entre os diferentes níveis que constituem o processo de produção do conhecimento científico (técnico, metodológico, teórico, epistemológico e filosófico) relacionando-os às abordagens metodológicas utilizadas nos referidos planos, com a finalidade de evidenciar o paradigma científico sob o qual estes planos se situam.

No primeiro capítulo, o estudo apresenta uma análise histórica da política de extensão rural no Brasil, procurando caracterizar suas fases e as críticas a elas referentes, no sentido de se conhecer a visão de sociedade dos extensionistas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) (órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, responsável pelas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado), apresenta também uma análise da evolução histórica da Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de São Paulo, alguns estudos sobre a visão dos extensionistas, além dos debates atuais sobre a extensão rural no país, com a finalidade de se conhecer suas novas propostas de atuação.

Ainda no primeiro capítulo, com o propósito de conhecer a política de desenvolvimento que definiu o perfil das organizações de extensão rural e dos extensionistas no país, introduz-se

---

<sup>1</sup> Optou-se por esta linha de ação desenvolvimento rural por ser a que melhor caracteriza no PRONAF a produção do conhecimento pela Extensão Rural, objeto principal deste estudo, em especial do modelo conhecido como modernização conservadora. Finalizando o capítulo, aborda as novas propostas de desenvolvimento: o modelo de participação, o enfoque sistêmico e o desenvolvimento sustentável, com a finalidade de conhecer seus pressupostos e as críticas a elas dirigidas.

alguns conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento rural de acordo com diferentes escolas e autores, a partir de uma evolução histórica dos modelos de desenvolvimento.

O segundo capítulo apresenta uma análise sobre o segmento da agricultura familiar, centro do processo do novo modelo de desenvolvimento proposto no PRONAF.

O PRONAF, com as respectivas premissas básicas, determinações funcionais e formas de intervenção relacionadas a este estudo, é apresentado também neste capítulo .

Na seqüência, o terceiro capítulo, apresenta a pesquisa de campo: os objetivos da pesquisa, a metodologia, o referencial teórico, o instrumento utilizado para a obtenção e análise dos dados e as etapas fundamentais do estudo.

O capítulo quatro apresenta os resultados e discussões, propondo um modelo de análise interpretativa, baseado nos conceitos apresentados anteriormente, adaptados à presente pesquisa. Neste capítulo, ainda, com a finalidade de compreender a lógica encontrada nos resultados, a partir do contexto a eles relacionados, apresenta a recuperação histórica do PRONAF.



## CAPÍTULO I

### EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

Na primeira parte deste capítulo apresenta-se um histórico da Extensão Rural no Brasil, iniciando pela apresentação dos seus marcos iniciais, seguido da recuperação histórica da Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de São Paulo, da visão de sociedade dos extensionistas segundo a opinião de alguns pesquisadores e do debate atual em torno da Extensão Rural. Na segunda parte do capítulo, com a finalidade de compreender melhor o breve histórico apresentado sobre a Extensão Rural, analisa-se alguns conceitos de desenvolvimento rural e as políticas de desenvolvimento rural adotadas no país, partindo de uma apresentação dos pontos de vista de alguns pesquisadores sobre o tema, seguindo-se de uma análise do modelo de modernização conservadora e finalizando com uma apresentação das novas tendências de desenvolvimento.

#### 1.1. A Extensão Rural no Brasil

Dentre as diversas definições de Extensão Rural, esta pode ser concebida como um serviço de assessoramento a agricultores, suas famílias, seus grupos e organizações, nos campos da tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, educação sanitária, educação ecológica, associativismo e ação comunitária (FIGUEIREDO, 1984).

É uma atividade desenvolvida basicamente pelos setores públicos federal, estadual e municipal, também ganhando ênfase nos dias de hoje junto às Organizações não Governamentais (ONGs), ao setor privado, através de cooperativas de grande porte, de empresas fornecedoras de insumos, entre outras entidades.

A Extensão Rural tem suas raízes nos Estados Unidos da América quando da passagem de um estrutura agrícola escravista para uma estrutura mercantil e capitalista.

Formalizada em 1914 como Serviço Cooperativo de Extensão Rural, tinha por finalidade permitir à população rural americana, ausente dos colégios agrícolas, o acesso a conhecimentos úteis e práticos relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica para adoção de novos hábitos e atitudes no desenvolvimento de suas atividades produtivas. (BERGAMASCO,1983).

Os serviços de Extensão norte americanos seguiram por dois modelos: o "Cooperative Extension Service" e o "Farm Security Administration", que constituem o chamado modelo clássico americano de extensão rural, que trabalhava sob a ótica da corrente teórica neoclássica, na qual o progresso técnico era visto como o único caminho para promover o desenvolvimento e o processo de modernização em si seria um fator de mudanças sociais, independentemente das estruturas sócio-econômicas e políticas existentes. Dentro de uma concepção empírico-positivista, a extensão buscava a melhoria de vida da população rural por meio da difusão de tecnologias químico-mecânicas que aumentassem a produtividade das lavouras ( FIGUEIREDO, 1984 ).

Num primeiro momento o modelo de extensão rural brasileiro seguiu o “modelo clássico” americano e, posteriormente, o “modelo de adoção difusionista”, modelo este fundamentado no conceito de “capacidade de inovar” que, para Rogers, seu idealizador, era um processo mental por onde passava o indivíduo desde a primeira notícia da inovação até decidir adotá-la ou rejeitá-la (ROGERS,1971).

### 1.1.1. Os marcos iniciais da extensão rural no Brasil.

A "International Association for Economic and Social Development" (AIA), criada em 1939 pela família Rockefeller, teve um papel de grande expressão na história da Extensão Rural do Brasil. Após as dificuldades de estabelecer um programa com o Governo do Estado de São Paulo, iniciou suas atividades nos Municípios de Santa Rita do Passa Quatro e de São José do Rio Pardo, ambos no Estado de São Paulo, entre 1948 e 1956, nos moldes do "Cooperative Extension Service" (FIGUEIREDO, 1984).

Em 1948, um convênio entre a AIA e o governo do Estado de Minas Gerais resultou na criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), cujo objetivo era melhorar as condições de vida no campo por meio do aumento de produtividade das lavouras e educação da família rural. Os instrumentos de ação eram a assistência técnica e o crédito supervisionado (FONSECA, 1985).

A Extensão Rural buscava respaldo científico para enfocar e explicar o seu "processo educativo informal" na "teoria do capital humano" a qual via a educação como um investimento. De acordo com esta teoria " *a desconcentração de renda ou a sua elevação, pode ser obtida pela elevação sistemática dos níveis educacionais da população, sobretudo da população trabalhadora*" (CDPA, 1980, p.4 apud QUEDA, 1987, p. 108).

Estava assim implantado no Brasil o modelo clássico americano de extensão rural que, dentre outros objetivos, buscava conter a expansão do comunismo na América Latina, cuja população empobrecida, apresentava-se como um meio rico para a sua propagação.

Este modelo inicial de extensão rural foi denominado por RODRIGUES (1997), como humanismo assistencialista, caracterizado pela "preocupação" com a melhoria das condições de vida da população rural. Esta "preocupação", no entanto, para o autor, caracterizava o assistencialismo e a tutela que a Extensão Rural estabelecia na sua relação com a comunidade.

Este caráter tutelar nada mais é que uma falsa generosidade que faz das pessoas objetos do humanismo, mantendo dessa maneira a situação de opressão da população, e impedindo a sua humanização, isto é, a sua desalienação e afirmação como pessoas (FREIRE, 1987).

Esse modelo inicial de extensão rural que caracterizou as ações da ACAR levou à implantação, em vários Estados do país, de diversas associações de crédito semelhantes, o que resultou na necessidade de se instituir uma coordenação em nível nacional.

#### 1.1.2. Fases da extensão rural no Brasil

Em mais de cinquenta anos de existência, desde o ano de 1948, com as primeiras experiências no Brasil no município paulista de Santa Rita do Passa Quatro, a extensão Rural no Brasil passou por diversas fases. As principais características destas fases foram classificadas por Rodrigues (1997) em três momentos distintos, relacionados à orientação filosófica e ao modelo operacional predominante em cada um deles, os quais denominou de: 1) Humanismo assistencialista; 2) Difusionismo produtivista; 3) Humanismo crítico. A caracterização destes aspectos é resumida no Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil

<b>Especificação</b>	<b>Humanismo assistencialista</b>	<b>Difusionismo Produtivista</b>	<b>Humanismo Crítico</b>
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989
Público Preferencial	Pequenos Agricultores	Grandes e médios Agricultores	Pequenos e médios Agricultores
Unidade de trabalho	Família Rural	Produtor Rural	Família Rural
Orientação pedagógica	"Ensinar a fazer fazendo"	Difusionista	Dialógica problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais
Tipo de Planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Apenas subjacente: instrumento para melhorar as condições de vida da família rural	Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social
Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado: cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não)	Orientado; voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital	Orientado: voltado preferencialmente para viabilizar "tecnologias apropriadas"
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais	Não se preocupa com este tipo de ação	Estimula a organização e o associativismo rural autônomos

Fonte: RODRIGUES (1997, p. 122)

Para RODRIGUES (1997), o terceiro período, caracterizado pelo humanismo crítico que deveria prevalecer na Nova República com sua política de redemocratização do país após mais de duas décadas do regime militar autoritário, foi apenas esboçado, pois sofreu nítida virada com a reforma ministerial que fez retornar uma política agrícola voltada para a obtenção de "supersafras", deixando de lado os antigos "compromissos sociais" que o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) insistia em abraçar.

A principal característica do humanismo crítico, de acordo com o autor, é a promoção humana integral das maiorias demográficas do campo, mas sem paternalismo, dentro de uma perspectiva libertadora em que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde trabalha,

é sujeito de suas ações como cidadão, problematiza sua realidade e decide. O extensionista se apresenta não mais como um "agente de mudança" manipulador; é o interlocutor tecnicamente competente de um relacionamento dialógico horizontal democrático, portanto.

O progresso tecnológico é também um de seus objetivos, mas não se cogita uma intervenção impositiva para a adoção de pacotes tecnológicos. Tenta-se viabilizar o progresso técnico e o aperfeiçoamento gerencial das minorias que historicamente tinham sido marginalizadas desse processo.

A implantação do humanismo crítico pela extensão rural enquanto orientação filosófica e operacional do SIBRATER não teve contra sua implantação apenas as mudanças de rumo da Nova República, mas também a resistência interna de setores fortalecidos, com a própria virada nas prioridades da Nova República e, principalmente, as ameaças e a consumação da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER (RODRIGUES, 1997).

### 1.1.3. A Assistência Técnica e Extensão Rural em São Paulo

Iniciando-se com a criação em 1891 da Secretária de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a Assistência Técnica em São Paulo passaria por várias transformações até a reforma da Secretaria da Agricultura, em 1968, com a criação da CATI, que teria a função básica de implementar a assistência técnica no estado.

A rede de assistência técnica da CATI constituiu-se inicialmente de nove Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), quarenta e cinco sub-regiões ou Delegacias Agrícolas (DAs), e, quatrocentos e trinta Casas de Agricultura (CAs), equivalentes no Estado de São Paulo aos escritórios das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emateres) nos municípios. Já no ano de 1976,

eram dez as DIRAs e as delegacias regionais somavam cinquenta e quatro unidades que supervisionavam o trabalho de quinhentos e setenta e seis Casas de Agricultura.

Em 1981 registra-se uma pequena transformação em sua estrutura, resultando fundamentalmente na separação entre três áreas de atuação: a) Extensão Rural; b) Defesa Agropecuária; c) Sementes, Mudanças e Matrizes.

A Extensão Rural passou a ser definida, a partir daí, como uma ação desenvolvimentista em que o fundamento seria a intervenção programada com base num perfeito conhecimento da realidade social e econômica da comunidade. Estruturalmente foi criado o Departamento de Extensão Rural (DEXTRU) que passou a ser responsável por esta área. A busca da produtividade ainda permanecia como eixo central das ações da CATI.

Segundo PINTO (1998), com o início do processo de redemocratização do país, em meados da década de 80, assim como a EMBRATER na esfera federal, a CATI passa por uma profunda revisão de sua filosofia de ação e de prioridades, adequando-se aos princípios da participação e de descentralização contidas nas propostas políticas do governo estadual. Nesta fase o enfoque desenvolvimentista do período anterior é substituído por uma nova filosofia de extensão, na qual as pessoas passam a ser vistas como sujeitos-agentes do desenvolvimento. Desenvolve então uma ação fundamentalmente educacional que estimula as pessoas e os grupos a se tornarem cada vez mais conscientes, críticas, independentes e habilitadas para o auto-desenvolvimento. O autor relata que a estratégia fundamental para a operacionalização desta nova filosofia de trabalho era efetivada através dos Planos Agrícolas Municipais (PAMs), os quais buscavam mobilizar as comunidades e demais atores sociais em nível de município, para que, num processo participativo, passassem a definir mais claramente e criticamente seus problemas, criando assim as condições mínimas para o aprendizado e o exercício de uma democracia participativa.

Para o autor, a fraqueza ainda das forças democráticas e a resistência mesmo da maioria dos técnicos da CATI em atuar de acordo com a nova filosofia contribuíram para que esta proposta ficasse em evidência na instituição no curto período de 1983 a 1987, com poucos impactos de nível prático. Nesta época, porém, a contratação de novos quadros de profissionais e um amplo programa de capacitação e reciclagem de recursos humanos permitiram que alguns dos técnicos que passaram por este processo de treinamento e desenvolvimento continuassem a interferir nos futuros rumos da organização, a partir de suas novas visões de realidade.

Entretanto, observa o autor, as ações da CATI de 1987 a 1994 se pulverizam em diversos programas que perduram até 1998, direcionados quase em sua totalidade para a difusão e adaptação de tecnologia, orientação e assistência técnica por produto, e não para a extensão rural.

Em 1990, por intermédio de um Decreto, é criado no Estado de São Paulo o Sistema Estadual Integrado de Agricultura, a fim de institucionalizar o processo conhecido como Municipalização. O processo de municipalização, ou seja, a transferência de gestão para os Municípios, tem origem com a promulgação da Constituição de 1988, quando os municípios passam a ter maior autonomia política, administrativa e financeira, e, em contrapartida, passaram a assumir os principais serviços públicos básicos.

Em 1997 a CATI sofre nova reforma, quando são extintas as DIRAs, que nesta época somavam catorze unidades e as Delegacias Agrícolas com setenta e três unidades na ocasião (Fig. 1), que são transformadas em quarenta Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) (Fig. 2), os quais passam a coordenar os trabalhos em cerca de quinhentos e oitenta e cinco Casas de Agricultura. O Departamento de Extensão Rural é transformado em Divisão de Extensão Rural e é criado o Departamento de Comunicação e Treinamento (DCT). É com esta estrutura que no ano de 1998 a CATI, a partir de encontros de diretores e dirigentes regionais, apresenta sua nova missão de promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações

participativas, com envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos segmentos dos negócios agrícolas.



Figura 1 - Divisão administrativa da CATI vigente até 1997



Figura 2 - Divisão administrativa atual da CATI, em Escritórios de Desenvolvimento Rural

Após este breve histórico da extensão rural, analisa-se as idéias de alguns pesquisadores sobre o pensamento dos "extensionistas", ou seja, dos profissionais das ciências agrárias, agrônomos, veterinários, zootecnistas e técnicos agrícolas das instituições de extensão rural oficiais responsáveis pela difusão dos programas de extensão rural, no sentido de compreender a visão de sociedade destes profissionais que desempenham um papel importante na produção do conhecimento dos planos municipais de desenvolvimento rural, objeto desta pesquisa.

#### 1.1.4. A visão de sociedade dos extensionistas

Os extensionistas, de acordo com NEVES (1995), atribuíam a si a missão de transformar o agricultor num "produtor moderno". Suas preocupações em relação ao agricultor estavam relacionadas ao aumento da produção e produtividade. Pretendiam formá-lo através de um volume de conhecimentos e da internalização de estruturas de pensamento racional que incorporam a articulação controlada entre meios e fins.

Para a autora, o saber adquirido pelos Técnicos Agrícolas (assim denominados pela autora, todos os profissionais de ciências agrárias que trabalham com extensão rural) em sua formação profissional tem como fundamento os conceitos construídos pelas ciências agrônômicas. Sua aplicação, entretanto, observa a autora, é mediatizada por pressupostos políticos e ideológicos, veiculados pelas políticas agrícolas, orientadores das relações de poder que os hierarquizam positivamente frente aos produtores.

Afirma ainda que, de modo geral, o saber do qual os Técnicos Agrícolas são depositários sustenta-se numa visão de uma prática agrícola considerada atrasada, porque é atualizada segundo princípios de conhecimentos arcaicos, primários, retrógrados ou por agricultores que não sabem o que fazem, tradicionais porque resistentes às mudanças. Enfim, esses técnicos supõem a expropriação e a ilegitimidade do saber dos agricultores.

FREIRE (1977) afirma que em seu campo associativo o termo extensão encontra-se em relação significativa com transmissão, entrega, mecanicismo, invasão cultural, manipulação. O autor entende que, para grande parte dos agrônomos, a dialogicidade é inviável pois estes acreditam que seus resultados são lentos, duvidosos, demorados, enquanto outros dizem que, apesar dos resultados que a dialogicidade pudesse produzir, esta não se concilia com a premência do país em relação à necessidade de se estimular a produtividade. Para o autor, semelhantes afirmações expressam uma inegável descrença no homem simples; uma subestimação do seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de quem procura conhecer; o de sujeito dessa procura. Daí a preferência por transformá-lo em objeto do “conhecimento” que se lhe impõe. Os agrônomos realizam deste modo o que se chama "alienação da ignorância", segundo a qual a ignorância se encontra sempre no outro, nunca em quem se aliena.

Assim, negando o seu caráter político de instrumento de dominação do lado do poder, mas, que pudesse servir como instrumento de resistência e contestação junto às camadas populares, a extensão rural efetiva a contradição de transformar o elemento educacional em instrumento de dominação.

Em seu estudo sobre o perfil do técnico da CATI, com a finalidade de avaliar o potencial destes profissionais para efetuarem mudanças efetivas na ação extensionista, de forma a superar o enfoque produtivista de sua atuação e construir uma nova extensão rural comprometida com os ideais do desenvolvimento sustentável, PINTO (1998) verificou que a prática extensionista destes técnicos era ainda caracterizada marcadamente pelo estilo clássico-difusionista, refletindo a permanência da visão tradicional do desenvolvimento rural, apesar de apresentar no discurso oficial um compromisso com o desenvolvimento rural sustentável.

#### 1.1.5. O debate atual sobre a extensão rural

Dentre as várias discussões relativas ao papel da Extensão Rural na atualidade em nível nacional, pode-se ressaltar o "Seminário Nacional: Agricultura Familiar e Extensão Rural em Debate" promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores da Extensão Rural do Brasil (FASER), no mês de setembro de 1995 em Brasília. O documento final desse seminário afirma que a extensão rural tem desempenhado, tradicionalmente, um papel importante no desenvolvimento do país, porém, como qualquer instituição pública, a sua atuação foi condicionada pelos modelos econômicos e de desenvolvimento em vigor. Afirma ainda que busca-se hoje um novo modelo que possa promover o desenvolvimento com equidade, o que significa incluir aqueles que ficaram à margem do processo do desenvolvimento nacional.

*"Neste cenário a extensão rural é chamada a ter um papel diferente mas também decisivo neste novo modelo. Poucas instituições estão em condições de atender aos desafios que a realidade rural impõe para a retomada do desenvolvimento que seja igualitário e sustentável. Para que isto seja possível será preciso eliminar algumas dificuldades derivadas do modelo anterior, do ponto de vista institucional, operacional, cultural e gerencial"* (CONTAG/FASER, 1995, p.9).

Mais recentemente, houve o "Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão para a agricultura familiar", sob o patrocínio do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA, das Organizações das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO e a promoção da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER, da CONTAG, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento/Secretaria de Desenvolvimento Rural/Departamento de Assistência Técnica e

Extensão Rural - MA/SDR/DATER, da FASER, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - (PNUD Projeto BRA 92/020). O evento, realizado em Brasília, de 4 a 8 de agosto de 1997, foi concebido com o objetivo de levantar elementos para a construção coletiva de um novo modelo de Extensão Rural pública para o desenvolvimento centrado na Agricultura Familiar.

Nos comentários e recomendações finais dos consultores do Seminário, evidenciaram-se alguns pontos comuns como:

- a) a missão de não mais voltar-se apenas para o "agro-agrícola" e para as tarefas de natureza estritamente produtiva, mas também para a cidadania, o desenvolvimento sustentável, a participação;
- b) o acesso ao conhecimento, ao mercado e à livre organização;
- c) o público prioritário, definido no próprio título do Seminário, ou seja, o agricultor familiar;
- d) o método que não pode ser concebido de maneira independente dos pontos apresentados para a nova missão proposta; em outras palavras, os métodos não se limitam a técnicas de comunicação, nem estas são o seu aspecto mais relevante.

*"O principal desafio metodológico da extensão hoje é o contraste entre a formação limitada e voltada para uma atividade fragmentária do engenheiro agrônomo e a necessidade de que o extensionista seja um agente de desenvolvimento, parte de um amplo processo de mobilização social"* (ABRAMOVAY, 1997, p.213).

O ponto de maior polêmica do Seminário girou em torno na natureza do modelo de organização do sistema extensionista: entre estatal, público ou privado. Apesar de alguns pontos unitários sobre o tema, como o desejo de ampliar o poder dos agricultores sobre os extensionistas, não houve uma posição única com relação aos modelos de organização do sistema extensionista.

Apesar das alegações de que há espaço para todo e qualquer tipo de intervenção e para as mais diversas formas institucionais, estas alegações não se apresentam como uma solução para o debate de fundo sobre qual deve ser a natureza da organização extensionista para que ela cumpra a missão que emerge do seminário exclusivamente como sua.

Para ABRAMOVAY (1997), a principal dúvida do Seminário esteve relacionada à caracterização do que é um serviço público e do marco jurídico em que se pode levar adiante suas atribuições. Para este autor, as duas forças mais importantes na construção do projeto em torno do qual Seminário se mobilizou têm posições diferentes a respeito: A FASER, que representa os servidores da extensão rural (ER) do Brasil, entende que todas estas formas jurídicas (organizações sociais propostas pelo governo federal) são na verdade modelos disfarçados de privatização dos serviços de extensão rural e que, portanto, desobrigam o Estado de sua responsabilidade social. A FASER entende ainda que a ER pública e gratuita deve ser subordinada ao Estado com garantia de recursos para a manutenção do serviço, estrutura física e administrativa, equipamentos, capacitação (FASER, 1997, p.11 apud ABRAMOVAY, 1997, p.215); a CONTAG, que representa os trabalhadores na Agricultura, entende que o debate mais acirrado gira em torno do termo "serviço público" e que as atuais dificuldades e problemas colocam o desafio de formular uma política de assistência técnica que não seja estatal. No entanto acredita que isto não implica consequentemente na opção pela privatização do sistema (CONTAG, 1997 apud ABRAMOVAY, 1997, p.216).

Para SILVA (1997), uma luta por espaço e poder da parte dos atores chaves deste processo (CONTAG, DATER, ASBRAER, FASER, ONGs e outras entidades) seria o pior que poderia acontecer, pois a sociedade pode interpretar que não haveria compromisso com a agricultura familiar, somente com vaidades, status, privilégios e poder. O autor acredita que alguns princípios orientadores poderiam ser propostos, discutidos, negociados, definidos e praticados,

como os princípios: do pacto interinstitucional entre estas organizações; da participação do processo negociado; da parceria; e da valorização dos talentos humanos e profissionais das organizações participantes, entre outros.

Segundo VIEIRA (1997), a tentativa de reorganizar os serviços públicos de extensão rural no Brasil está a cargo da ASBRAER cujos desafios da instituição são destacados em alguns pontos com o reforço do caráter público (não necessariamente estatal): o atendimento de qualidade à agricultura familiar; o fortalecimento da gestão social; a execução e avaliação dos trabalhos realizados e a elaboração de um novo desenho da coordenação nacional.

Em novembro de 2000 o 7.º Congresso Nacional dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil ( 7.º CONFASER ) realizado pela FASER na cidade de Natal na discussão da Tese Estado, Políticas Públicas e Sustentabilidade em relação ao novo papel do extensionista de contribuir para a construção do Desenvolvimento Local Sustentável debateu e aprovou em plenária a serem incluídas nas recomendações finais deste tema, as idéias apresentadas nas conclusões finais da presente pesquisa, relativas ao processo de formação continuada dos extensionistas a partir da Teoria Crítica do Conhecimento, a fim de que estes tenham uma percepção mais abrangente da realidade e do seu trabalho, permitindo uma ação transformadora e consciente desta realidade

Pelo histórico apresentado, pode-se concluir que Extensão Rural no Brasil consistiu num instrumento para operacionalização de políticas governamentais, as quais por sua vez representavam determinada teoria de desenvolvimento rural em ação, daí a necessidade de se realizar a seguir uma análise das teorias de desenvolvimento.

## 1.2. Desenvolvimento Rural

Faz-se aqui uma abordagem em relação aos conceitos desenvolvimento, no sentido de uma melhor compreensão da política de extensão rural desenvolvida no país, visto que esta encontra-se intimamente relacionada com a produção do conhecimento nos PMDRs do PRONAF, objeto de estudo desta pesquisa.

Inicia-se com uma apresentação de algumas concepções de desenvolvimento, conforme a visão de alguns pesquisadores, seguindo-se de uma análise histórica da "modernização conservadora da agricultura brasileira", finalizando com uma abordagem sobre as novas tendências de desenvolvimento, dando ênfase à relação entre o desenvolvimento e o fenômeno da participação.

Dentre as diversas concepções e correntes de pensamento sobre desenvolvimento, podemos distinguir: a corrente biológica, que se preocupa com as questões de saúde, nutrição, moradia, vestimenta, habitação, ou seja, com o aumento do bem estar; a corrente econômica, na qual o desenvolvimento é entendido como crescimento econômico; uma concepção política, na qual o desenvolvimento está ligado à questão da expansão da liberdade, do aumento e segurança dos direitos humanos e políticos; uma concepção de desenvolvimento pelo aumento da cultura e uma concepção de desenvolvimento enquanto integração dos aspectos, biológicos, econômicos, políticos, culturais e sociais .

Assim, têm sido propostos vários modelos de desenvolvimento rural, alguns dos quais utilizados no Brasil. A avaliação destes modelos é dificultada pelo fato que freqüentemente vários deles são utilizados ao mesmo tempo. Além disto, os critérios de avaliação dependem dos pontos de vista e dos sistemas e valores.

Portanto, a maneira específica de realizar o planejamento numa determinada região do país vai depender do modelo de desenvolvimento rural adotado.

BORDENAVE (1985), comparando alguns dos principais modelos e as conseqüências de sua utilização na comunicação rural, classificou-os como:

1. modelo de difusionismo
2. modelo dos pacotes
3. modelo de inovação induzida pelo mercado
4. modelo de organização ou modelo de participação
5. modelo de transformação estrutural.

Para o autor, no modelo de difusionismo, acredita-se que o desenvolvimento acontece quando se introduzem entre os agricultores novas idéias de maior eficiência produtiva, de maneira que as inovações sejam difundidas e os agricultores efetivamente as adotem. Alguns agricultores mais aptos a adotarem rapidamente as inovações serão imitados por outros de modo que o exemplo gera uma reação em cadeia até chegar aos agricultores refratários.

O autor realiza uma análise de cada um destes modelos ressaltando que :

a) o modelo de pacotes que ocorreu devido ao modelo difusionista, que nos Estados Unidos alcançou notável êxito, não teve o mesmo sucesso na América Latina; além de difundir um pacote de técnicas, coloca também para o produtor um pacote de serviços como os de pesquisa, extensão, informação, comercialização, mercado, crédito e outros.

b) no modelo de inovação induzida, ao invés do desenvolvimento depender da ação deliberada do Estado, como nos dois modelos anteriores, o mecanismo de mercado é definido como o principal fator determinante da direção que as inovações agrícolas tomarão. As críticas a esse modelo dizem que por mais eficiente que seja o mercado, somente se colocaria a serviço dos agricultores de baixa renda se o desenvolvimento rural estivesse baseado na participação

organizada de todos os agricultores, de modo que todos os estratos pudessem participar da orientação da política de geração e difusão de tecnologia.

c) o modelo de organização e participação surge quando os países do "Terceiro Mundo" estão se dando conta de que os modelos de desenvolvimento nacional, incluindo programas de desenvolvimento rural, estão levando a uma série de conseqüências indesejáveis. Entre elas: o acelerado êxodo rural, a urbanização prematura e a violenta "favelização" das cidades que se convertem em megalópoles descontroladas.

- As reações coincidem na absoluta e urgente necessidade de modelos de desenvolvimento rural orientados para o bem-estar da população e nos quais ela tenha uma importante participação decisória.
- A objeção que freqüentemente se faz a este modelo é seu caráter meramente "reformista" e a relativa inocuidade de seu alcance, no contexto de uma sociedade capitalista oligárquica e opressora.

d) o modelo de transformação estrutural: quanto a este aspecto, deve-se observar que os modelos anteriores não questionam a estrutura básica da sociedade e consideram possível um desenvolvimento rural capaz de satisfazer tanto as necessidades das classes dominantes com as das classes subalternas.

No entanto, diversos movimentos na América Latina questionam a viabilidade de um desenvolvimento rural que não implique uma mudança drástica das estruturas de poder, das relações de produção, do regime de propriedade e dos mecanismos de participação social, no sentido de uma substituição das atuais classes dominantes pelo poder popular.

Isto quer dizer que o desenvolvimento rural, que costuma ser percebido como um processo técnico-econômico, é visto no modelo de transformação estrutural como um processo político-social de transformação radical e global.

Conseqüência da mudança de caráter do processo seria a convergência e integração de processos anteriormente assepticamente separados. Assim, se antes a tecnificação e a educação para o desenvolvimento, a comunicação rural e até a organização/participação eram promovidos como processos "neutros", alheios a toda intenção de "conscientização" ou "politização", neste modelo de transformação estrutural todos estes processos consideram-se unidos em um movimento global de mudança social.

Este modelo converte-se num caminho de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder, aumentando progressivamente a autonomia decisória da população organizada. A meta final do modelo de transformação estrutural é a colocação do Estado a serviço real de toda a população, resgatando-o de sua atual aliança com as classes privilegiadas.

Portanto, qualquer concepção de desenvolvimento necessita de uma concepção correta de sociedade que se pretende e qualquer conceito de desenvolvimento implica na adoção de uma determinada posição, daí a necessidade de se analisar o desenvolvimento do ponto de vista metodológico e ideológico e, logo, não existe neutralidade na implantação de um modelo de desenvolvimento.

HAYAMY e HUTTAN (1988), analisando a estrutura teórica e política de desenvolvimento rural, para analisar o papel representado pela agricultura no desenvolvimento como um todo, a partir da década de 50, distinguem três abordagens na tentativa de demarcar os limites de uma "nova teoria do desenvolvimento":

- a dos estágios de crescimento
- a da economia dual
- a estruturalista ou teoria da dependência.

Todas tentam explicar a questão do crescimento da produção e produtividade agrícolas como instrumentos do desenvolvimento de uma nação e centradas, em maior ou menor grau, na questão da tecnologia como base do desenvolvimento.

Várias correntes de pensamento debateram entre fins da década de 50 e início da década de 60, a questão da baixa produtividade na agricultura brasileira, prevalecendo os pontos de vista dos que defendiam a modernização da agricultura através do uso de insumos modernos, culminando num corpo principal que passou a se chamar teoria da modernização, da qual apresentamos um estudo a seguir.

#### 1.2.1. A modernização conservadora da agricultura brasileira

Por este termo se entende a modernização capitalista da agricultura caracterizada por profundas transformações na base tecnológica e das formas de produção, tendo como fundamento central a introdução do progresso técnico que consiste no incremento da quimificação e da mecanização. Caracteriza um processo de industrialização da agricultura que passa, sobretudo a partir da década de 70 a dirigir as formas e as mudanças em sua base tecnológica.

A modernização capitalista enquanto modelo de crescimento imposto à agricultura brasileira tem seu processo de desenvolvimento a partir da Segunda Guerra Mundial. No entanto, entre 1930 e 1960 dá-se a integração dos mercados nacionais de alimentos, matérias-primas e trabalho. Implanta-se o setor industrial de bens de capital, internalizando a produção de máquinas e insumos modernos. A progressiva mercantilização da agricultura abre, assim, condições para a viabilização e consolidação desse novo ramo industrial.

De acordo com KAGEYAMA (1985), três elementos permearam a configuração da “agricultura moderna” no período após meados da década de 60:

- a consolidação dos complexos agroindustriais, aprofundando os vínculos entre a forma e o tipo da produção agropecuária e os setores industriais fornecedores de insumos e processadores de matéria prima de origem vegetal e animal;
- a forte presença do Estado, tanto na concepção geral do processo "modernizante", quanto na criação e utilização de instrumentos de política econômica direcionados para esse fim, onde se destacam o crédito rural, o apoio às exportações agroindustriais e os projetos regionais de desenvolvimento baseados em incentivos fiscais;
- a manutenção em grandes áreas do país, das formas locais de dominação do capital, às quais correspondem muitas vezes formas tradicionais da produção agrícola, sendo exemplo típico as atividades dominadas pelo capital mercantil no Nordeste. Cabe lembrar a extensão rural enquanto instrumento de política econômica do Estado também direcionada para esse fim.

Três etapas centrais caracterizam a passagem do "complexo rural" para o "complexo agroindustrial" na fase de modernização pós-guerra da estrutura da produção agropecuária:

- período de mudança lenta e gradual da base técnica entre os anos de 1950 e 1965
- a fase de internalização, de industrialização da agricultura e de constituição dos complexos agroindustriais de 1965 a 1980
- a fase de integração de capitais, a partir de meados da década de 80 (KAGEYAMA e GRAZIANO DA SILVA, 1983 apud MARTINE, 1989)

MARTINE (1989), em seu estudo sobre a modernização recente da agricultura, salienta que esta pode ser dividida em três fases ou períodos:

- período de modernização conservadora (1965-79) em que o Governo induziu a modernização via crédito subsidiado e a internalização do pacote tecnológico da revolução

verde que já se caracterizava pela mudança da base técnica da agricultura com a constituição dos complexos agroindustriais (CAIs);

- período de crise (1980-1985), caracterizado pela retirada do crédito subsidiado substituído pelo crédito dirigido;
- período pós-1985, marcado pela colheita de várias supersafras.

Dentre as várias críticas relativas ao processo de modernização conservadora, destacam-se a concentração da renda nas mãos de poucos produtores, a exclusão dos agricultores familiares desse processo, o êxodo rural e os problemas sociais no campo.

De acordo com TERESO (1992), o modelo promoveu a adoção e a utilização de soluções tecnológicas para a produção agrícola desenvolvidas em países cujas condições diferem bastante das existentes no Brasil, tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista sócio-econômico e não procurou fazer um diagnóstico preciso de quais eram, na época, os reais problemas e potencialidades do setor rural, optando por um modelo de solução homogêneo e imposto, sem considerar a grande diversidade de contextos sócio-econômicos e ambientais em que se dá a produção agrícola no o país.

#### 1.2.1.1. O crédito rural e a modernização conservadora da agricultura

CARDOSO (1980), em sua análise da evolução do crédito agrícola no Brasil como um dos instrumentos mais importantes das políticas de desenvolvimento implementados no país, remete sua origem à data de 31 de dezembro de 1964 com a promulgação da Lei n.º 4.595, base da "reforma bancária" brasileira originando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central.

A Lei n.º 4.829, de novembro de 1965, institucionaliza o crédito e estabelece que "*o crédito agrícola sistematizado por esta lei será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento e a produção rural do país e para o bem estar do povo. Forma-se assim o*

*Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), fixando a estrutura definitiva desta política cujas normas passam a vigorar" (CARDOSO, 1980, p.109).*

O estudo mostra que a partir de sua institucionalização, no ano de 1965, até o ano de 1979, período correspondente à fase de internalização da "modernização conservadora", o crédito foi amplamente subsidiado.

Entretanto, o estudo demonstra que sua distribuição foi concentrada e dirigida para as regiões mais ricas do país, como a região sudeste, para os grandes produtores e para os produtos de exportação em detrimento das regiões menos desenvolvidas e carentes do país, como a região nordeste, dos pequenos produtores e dos produtos agrícolas destinados à alimentação básica da população.

De acordo com CARDOSO (1985), algumas medidas adotadas entre os anos de 1980 e 1985, correspondente a fase de integração de capitais no processo de "modernização conservadora da agricultura" caracterizavam a intenção do governo em promover uma política de produtos como uma política compensatória dirigida para os pequenos produtores a fim de que estes a curto prazo pudessem aumentar a oferta de alimentos básicos para o consumo interno uma vez que nesta época o grande volume de crédito era dirigido aos grandes produtores e produtos de exportação.

Durante este período o autor observa que o número total de contratos de crédito, segundo as estatísticas conhecidas, mostram que os empréstimos rurais beneficiam não mais de 25% dos estabelecimentos agropecuários existentes, o que significa que cerca de quatro milhões de unidades produtivas - certamente as de menores recursos - ficam fora do sistema institucional de crédito agrícola em nosso país (CARDOSO, 1985).

Portanto, pode-se concluir que o modelo de "modernização conservadora da agricultura" conseguiu transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento do

produto, mas manteve elevados índices de pobreza absoluta, fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis, acentuando uma das distribuições de renda mais concentradas do mundo.

Como se vê neste resumo sobre os modelos de desenvolvimento, a teoria que fundamentava o modelo de modernização conservadora, que defendia o fato que a simples mudança de base tecnológica traria um desenvolvimento generalizado para setor rural, na prática não se concretizou, o que levou a sociedade e o próprio sistema capitalista a exigir novos modelos de desenvolvimento.

#### 1.2.2. Novas tendências de desenvolvimento

Segundo KAY (1995), em anos recentes, distintos pesquisadores e instituições têm insistido cada vez mais no efeito negativo da modernização agrícola "seletiva" do campesinato na América Latina, exigindo uma estratégia que incluía esse campesinato no processo de modernização. O autor considera esta modernização "incluente" como parte da democratização da sociedade rural e alguns autores salientam a "modernização democrática".

Na atualidade, têm-se apresentado propostas na América Latina dirigidas a "modificar as pautas de produção com igualdade social" e conseguir a reconversão produtiva de seus produtos agrícolas a fim de fazer frente aos desafios de uma economia mundial crescentemente internacionalizada e global no novo milênio (CEPAL, 1990 apud KAY, 1995).

Para impulsionar estes objetivos se propõem políticas governamentais especiais a favor do campesinato (uma forma de discriminação positiva), que permitam inverter a inclinação anterior a favor dos proprietários de terra e capitalistas rurais (KAY, 1995).

Para CARMO (1994), o "fordismo", modelo que caracterizou a produção em massa do pós-guerra, encontra na atualidade seus limites, dados pela crise fiscal, pela saciedade do consumo

e, também, pelos problemas ambientais. Em seu lugar estão se delineando outras formas de produzir, circular e consumir produtos agrícolas, que podem tanto desembocar numa nova onda "fordista" de produção e consumo, quanto em um sistema produtivo mais flexível e especializado que vem sendo conhecido como "toyotismo".

Portanto, a situação atual é de ambigüidade, que se manifesta, de um lado, nas políticas comerciais de países/blocos econômicos para prolongar, apesar das crises fiscais e das pressões políticas, o protecionismo no mercado tradicional das "commodities" e, de outro, nas novas estratégias empresariais e na reorientação no espaço agrícola da função produtivista para outras áreas, como a da gestão/preservação dos recursos naturais (LACROIX e MOLLARD, 1993 apud CARMO, 1994).

### 1.2.3. Desenvolvimento e Participação

Para MOTTA (1982), o conflito social inerente às formações sociais antagônicas colocou-se no centro das teorizações americanas e européias no século vinte, onde a questão que se coloca para as sociedades modernas não é tanto a supressão do conflito mas a possibilidade de sua antecipação e controle. O conflito deve ser administrado de forma que não comprometa a sobrevivência do próprio sistema, pois o capitalismo depende, para a administração do conflito, de um concurso voluntário de todos os agentes da produção onde a colaboração das classes torna-se essencial para o equilíbrio do sistema, o que põe na ordem do dia as propostas social-democratas.

A preocupação com a participação surge com a crescente impossibilidade de administrar o conflito apenas através da coação física.

Porém, a participação é um conceito ambíguo que reflete realidades múltiplas e tem tantos significados quantos são os contextos específicos em que se desenvolve. Uma primeira reflexão sobre o termo já evoca o fato de que não se trata de assumir um poder, mas de ter, de alguma

forma, algum nível de proximidade com relação a esse poder. Mesmo essa proximidade, contudo, precisa ser vista em termos de questões técnicas organizacionais e econômicas. Essa constatação sugere níveis de participação, bem como já adianta que a maior parte das formas participativas se restringe ao nível técnico (MOTTA, 1982).

O autor sugere que isto nos leve a refletir sobre as dificuldades de se conseguir uma participação efetiva dentro do modo capitalista de produção e da necessidade de se criar estratégias para que esta participação possa se consolidar.

No setor rural, PINHEIRO, PEARSON e CHAMALA (1997) argumentam que os recentes enfoques de desenvolvimento denominados sistêmicos, participativos e sustentáveis, não têm apresentado mudanças significativas em relação às estratégias anteriores. Algumas modificações foram realizadas e a discussão tem evoluído, mas prevalece a mesma concepção teórica que visualiza desenvolvimento como fruto de uma intervenção planejada de fora para dentro e centrada na adoção de tecnologias. Os autores sugerem, como uma perspectiva alternativa para o diálogo em torno do desenvolvimento, a abordagem construtivista que traz diferentes significados para metáforas como conhecimento, informação, comunicação, desenvolvimento, participação e poder.

Como contribuição os autores propõem uma tipologia (Quadro 2) em relação aos diferentes significados sobre a participação. Esta tipologia serviu de parâmetro para a construção da tipologia proposta na presente pesquisa em relação aos conceitos de participação encontrados nos PMDRs dos municípios-pilotos do PRONAF no Estado de São Paulo.

Quadro 2 - Tipologia da participação: como as pessoas participam em projetos de desenvolvimento

<b>Tipologia</b>	<b>Componentes de cada tipo</b>
<i>Participação passiva</i>	As pessoas participam sendo informadas do que vai acontecer ou já aconteceu. É uma decisão unilateral sem qualquer tipo de consulta ou diálogo
<i>Participação via extração de informações</i>	As pessoas participam respondendo perguntas formuladas através de questionários fechados. Os métodos não são discutidos e não há retorno dos dados ou de resultados.
<i>Participação consultiva</i>	As pessoas participam sendo consultadas por agentes externos os quais definem problemas e propõem soluções com base na consulta, mas sem dividir a tomada de decisão.
<i>Participação por incentivos materiais</i>	As pessoas participam fornecendo recursos como mão de obra e terra em troca de dinheiro, equipamentos, sementes ou outra forma de incentivo. A maioria dos experimentos em propriedades e projetos agrícolas se encaixa neste tipo. Quando a ajuda é retirada, o entusiasmo logo termina.
<i>Participação funcional</i>	As pessoas participam formando grupos para atender objetivos pré-determinados de projetos definidos por agentes externos. Estes grupos em geral dependem dos facilitadores mas às vezes se tornam independentes.
<i>Participação interativa</i>	As pessoas participam de forma cooperativa, interagindo via planos de ação e análise conjunta, os quais podem dar origem a novas organizações ou reforçar as já existentes. Estes grupos têm controle sobre as decisões locais, ênfase é dada em processos interdisciplinares e sistemas de aprendizado envolvendo múltiplas perspectivas.
<i>Participação por automobilização</i>	As pessoas participam tomando iniciativas para mudar os sistemas independentemente de instituições externas. O resultado dessa ação coletiva pode ou não mudar uma ação social indesejável (distribuição desigual de renda e poder).

Fonte: Adaptado de PRETTY (1994) por PINHEIRO, PEARSON e CHAMALA ( 1997, p. 21 )

Além da gestão social e da participação, as novas tendências de desenvolvimento rural destacam a importância da agricultura familiar.



## CAPÍTULO II

### AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF

Este capítulo faz uma análise da agricultura familiar e do PRONAF no sentido de contextualizar o objeto de estudo desta pesquisa, ou seja, a produção do conhecimento nos PMDRs do PRONAF. Inicialmente ressaltam-se algumas características do segmento de agricultura familiar no Brasil e no Estado de São Paulo, seguindo-se dos debates em torno deste segmento. Na sequência, realiza-se de forma uma apresentação do PRONAF, principalmente em relação à "linha de apoio aos municípios na implantação e adequação da infra-estrutura física e social para dinamizar o setor produtivo" (PRONAF - Infraestrutura), recorte do PRONAF no qual o presente estudo se realizou.

#### 2.1. Características da Agricultura Brasileira

De acordo com os estudos realizados pelo convênio FAO/INCRA (1995) sobre o potencial da agricultura familiar e sua contribuição para a política de reforma agrária, pode-se compreender melhor e intervir mais objetivamente na estrutura da agricultura brasileira, considerando-se dois modelos gerais: o modelo de agricultura patronal e o modelo da agricultura familiar, cujas características estão relacionadas de forma comparativa no Quadro 3.

Quadro 3 - Quadro comparativo dos modelos patronal e familiar.

<b>MODELO PATRONAL</b>	<b>MODELO FAMILIAR</b>
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e pela sua família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade de recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas, eliminação de decisões de "terreno e de momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Fonte: FAO/INCRA, 1995

O primeiro conjunto constitui a agricultura patronal, correspondente a 580.000 estabelecimentos, em que predomina a completa separação entre gestão e trabalho, organização centralizada, ênfase na especialização, práticas agrícolas padronizáveis e trabalho assalariado. O outro conjunto constitui a agricultura familiar, correspondente a 5.220.000 estabelecimentos, em que predomina a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários, a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, e o trabalho familiar complementado por trabalho assalariado.

O modelo de agricultura familiar se apresenta inicialmente para o PRONAF (programa sobre o qual insere-se uma breve introdução na segunda parte deste capítulo) em três modalidades:

- agricultura familiar consolidada, constituída por aproximadamente 1.160.000 estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso a inovações tecnológicas e políticas públicas; a maioria funciona em padrões empresariais, algumas chegando mesmo a integrar o chamado agribusiness;
- agricultura familiar em transição, constituída por cerca de 1.740.000 estabelecimentos familiares com acesso apenas parcial aos circuitos da inovação tecnológica e dos mercados, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais e não estão consolidados como empresa, mas possuindo amplo potencial para sua viabilização econômica;
- agricultura familiar periférica, constituída por aproximadamente 2.320.000 estabelecimentos rurais geralmente inadequados em termos de infraestrutura e inviáveis economicamente, e cuja integração produtiva à economia nacional depende das ações de um forte e bem estruturado programa de reforma agrária e de atividades econômicas não-agrícolas compatíveis com sua condição de agricultura de tempo parcial (PRONAF, 1996).

- Atualmente, a resolução n.º 2.766, de 10 de agosto de 2000, do Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central (BACEN), classifica os agricultores familiares em: Grupo A, Grupo B, Grupo C e Grupo D, como beneficiários do PRONAF. Esta nova classificação tem como diferença fundamental em relação à primeira caracterizar oficialmente como agricultores familiares beneficiários do PRONAF, os agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PRNA) que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Esta resolução tem sofrido críticas e em nosso ponto de vista representa um retrocesso em relação ao PRONAF pois, os recursos que antes eram destinados especificamente aos agricultores familiares e já considerados insuficientes, com esta resolução passam oficialmente a ser "divididos" com os agricultores assentados pelo PRNA e, com isto, tornando-se ainda mais escassos para a finalidade com que foram criados ou seja, evitar que os atuais agricultores familiares tornem-se futuros "sem terras".
- Em relação aos grupos B, C e D da nova resolução, estes parecem vir apenas substituir a denominação anterior de periféricos, intermediários e consolidados (criticada principalmente pelo preconceito em relação aos agricultores familiares situados à margem da lógica de produção capitalista), "enquadrando":
  - no grupo B os agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
  - no grupo C os agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

No grupo D os agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e até R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

Neste estudo manteve-se a denominação consolidados, intermediários e periféricos visto que era a de conhecimento dos atores sociais nele envolvidos durante o seu decorrer.

### 2.1.1. Importância econômico-social da agricultura familiar

A observação da realidade rural indica que, em graus diferenciados por regiões brasileiras, nas unidades produtivas até 100 hectares há predominância de agricultores familiares.

Conforme o censo agropecuário de 1985 da Fundação IBGE (1991), estes estabelecimentos cujas áreas somadas correspondiam a cerca de 21% do total, respondiam na época por uma parcela significativa da produção do país: 87% da mandioca, 79% do feijão, 69% do milho, 66% do algodão, 46% da soja e 37% do arroz produzidos e 26% do rebanho bovino (MAARA/CONTAG, 1994 in MAARA, 1996).

No entanto, para compreender o espaço de reprodução da agricultura familiar no Brasil não basta apenas desenhar os seus contornos, calculando sua dotação em recursos produtivos. Será preciso, igualmente, entender que este é um espaço em construção, na maioria das vezes, precário e instável, cuja viabilidade depende freqüentemente da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares (WANDERLEY, 1995).

Para NEVES (1995), é importante salientar também que por agricultura familiar não se deve entender uma categoria de análise acabada e definida em determinada tipologia rigidamente definida, pois a noção de unidade nem sempre é a melhor forma de pensar o social. Para a autora, a posição dos agentes e sua diferenciação podem ajudar a entender as novas exigências e estilos de vida que conduzem a mudanças: tanto nas unidades familiares como nas unidades de produção; tanto no sistema local como na intercomunicação, nas formas diversas de inserção social.

Têm surgido alguns esforços para avaliar a importância social e econômica da agricultura familiar no Brasil, caracterizando seus principais segmentos. Mas o conhecimento científico

acumulado sobre a real situação econômica da agricultura familiar brasileira continua muito precário. Não somente em razão da falta de dados estatísticos apropriados, como, também, devido à dispersão e heterogeneidade metodológica dos estudos de caso.

É urgente a necessidade de se promover um amplo programa de pesquisas empíricas que tenha como objetivo a caracterização do maior número possível de sistemas agrários em que predomine a forma familiar de produção agropecuária.

### 2 1.2. A agricultura familiar no Estado de São Paulo

O conjunto familiar no Estado de São Paulo ocupava quase 30% da área total, gerando aproximadamente um terço do valor da produção, abrigando metade do pessoal ocupado e pouco menos de 50% dos tratores utilizados na agricultura (BERGAMASCO, 1993).

Os estudos de ABRAMOVAY et al (1995), demonstram que a agricultura paulista é predominantemente patronal; porém, as unidades familiares entram com um terço do valor da produção do Estado.

Esses estudos demonstram ainda que o desempenho econômico da agricultura familiar aproxima-se daquele verificado na média do Estado, com exceção dos imóveis com menos de 20 hectares que não empregam qualquer tipo de trabalho assalariado: nesses imóveis, a produtividade do trabalho, bem como o rendimento econômico do uso da terra parecem estar abaixo da média estadual.

De acordo com os parâmetros sugeridos pelo PRONAF, para a caracterização dos municípios em relação à participação dos agricultores familiares, foram classificados duzentos e sete municípios, o que representa cerca de 30% dos municípios do Estado. Dentre estes foram selecionados vinte e cinco para os trabalhos iniciais da linha de desenvolvimento da infraestrutura municipal, sendo posteriormente reduzidos a vinte e quatro.

No entanto, o debate em torno da questão da agricultura familiar ainda divide pesquisadores e representantes dos movimentos sociais no meio rural, conforme demonstra a breve análise apresentada a seguir.

### 2.1.3. O debate teórico sobre a agricultura familiar

O destino do campesinato na América latina tem dado lugar a intensas polêmicas. Ao final da década de 1970, a opinião dominante de que a via do proprietário de terras para o capitalismo avançava incontestavelmente encontrou oposição dos que defendiam a capacidade de resistência, vitalidade e importância relativa da economia camponesa.

O debate entre os “campesinistas” e “descampesinistas” ou “proletaristas” ainda prossegue.

Os “campesinistas” se baseiam na resistência da exploração agrícola camponesa. Rechaçam que a relação salarial está se generalizando no campo e que o campesinato está desaparecendo. Argumentam que muito longe de sua desapareição, o campesinato persiste e inclusive está se reforçando. Concebem o campesinato a partir da perspectiva da pequena produção de bens de primeira necessidade, capaz de competir com êxito com a produção agrícola capitalista, em lugar de considerá-lo a partir da perspectiva da venda da sua força de trabalho e da subordinação a processos de diferenciação sócio-econômica. Este enfoque “campesinista” tem certas afinidades com a tradição neopopulista de Chayanov e seus seguidores contemporâneos, como Shanin. Em contraste, os “descampesinistas” ou “proletaristas” argumentam que a forma de produção camponesa é economicamente inviável a longo prazo e que o campesinato, dedicado à produção de bens de primeira necessidade, desaparecerá finalmente. Argumentam que o processo de desenvolvimento capitalista reforça o processo de diferenciação entre os camponeses, transformando finalmente a maioria em proletários. Apenas uns poucos se converterão em

capitalistas. O enfoque da “descampesinação” ou “proletarização” acusa a influência de escritores marxistas clássicos sobre a questão agrária, como Lenin e Kautsky (KAY, 1995).

É neste contexto que surge no Brasil em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujas propostas e características apresentam-se a seguir.

## 2.2. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa de apoio técnico-financeiro, criado pelo governo federal através do Decreto n.º 1.946.

O programa propõe-se a estimular o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que vise ao alcance de níveis de satisfação e bem-estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional.

*De acordo com suas diretrizes gerais " o PRONAF deve ser entendido como o início de um processo que cria uma nova estratégia para o estabelecimento de políticas públicas para o meio rural.*

*Suas ações devem ser orientadas por experiências bem sucedidas, por conceitos permanentemente atualizados, pelo dinamismo dos cenários nacional e internacional e por um processo educativo transformador permanente, enquanto instrumento imprescindível à percepção dos processos de mudança.*

*O PRONAF deve exercitar a participação, compatibilizando seus propósitos e os interesses dos beneficiários com a política agrícola e/ou prioridades do Estado e do Município. Como decorrência, será um mecanismo de estímulo à municipalização da agricultura, na medida*

*em que mobilizará esforços e talentos de instituições com atuação no município para pensar e agir em relação ao desenvolvimento rural.*

*Desta forma, o programa estará construindo um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado" ( MAARA, 1996, p. 14 ).*

Especificamente, tem como objetivos e principais linhas de ação:

1. ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar.
2. viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural.
3. fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.
4. elevar os níveis de profissionalização dos agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão.

Entende-se como a melhoria das condições de vida, o acesso auto-sustentado do agricultor familiar à segurança alimentar, à educação, à saúde, à habitação, ao lazer, ao vestuário e à cidadania.

Em relação aos beneficiários, originalmente, a resolução n.º 2.191, de 24 de agosto de 1995 do BACEN, estabelecia que os agricultores familiares eram aqueles que:

- a) explorassem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- b) não mantivesse empregado permanente, sendo admitido recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigisse;
- c) não detivessem, a qualquer título, área superior a quatro módulo fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- d) no mínimo 80% ( oitenta por cento) de sua renda bruta anual fosse proveniente da exploração agropecuária ou extrativa;

e) residisse na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos.

Como visto anteriormente, estes critérios foram alterados e atualmente estão de acordo com a Resolução n.º 2. 766, de 10 de agosto de 2000.

O PRONAF busca assegurar à agricultura o papel de setor protagonista do desenvolvimento, fundamenta-se no princípio da gestão social, visando construir "*um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil sem os vícios do passado*" (MAARA, 1996, p. 14). Para sua operacionalização apresenta, dentre outras, a linha de ação "apoio aos municípios na implantação e adequação da infra-estrutura física e social para dinamizar o setor produtivo" (PRONAF infra-estrutura), objeto de estudo desta pesquisa.

#### 2.2.1. O PRONAF infra-estrutura

A aplicação dos recursos no PRONAF nesta linha de ação é feita pela via indireta. Os recursos são repassados às Prefeituras Municipais ou às organizações de agricultores familiares para que procedam suas aplicações. Os repassadores são os órgãos governamentais ou agentes financeiros, desde que se trate respectivamente, de recursos aplicados a fundo perdido ou que exijam reembolso.

##### 2.2.1.1. Formas de reembolso dos recursos

Salvo em casos excepcionais os recursos não serão reembolsáveis. Serão reembolsáveis os recursos cuja aplicação decorram da apropriação individual de benefícios, seja por agricultores familiares ou por suas organizações.

Todos os recursos federais aplicados no PRONAF terão contrapartida do Estado, do município ou dos próprios beneficiários.

Esses financiamentos só poderão ser pleiteados por Município selecionado pelo Conselho Nacional do PRONAF através de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural respectivo (MAARA, 1996).

#### 2.2.1.2. Critérios para a seleção dos municípios

Três critérios básicos foram utilizados pela Secretaria Nacional do PRONAF para a seleção inicial dos municípios a serem contemplados pelo PRONAF infra-estrutura:

- a relação entre o número de estabelecimentos agropecuários com área até 100 ha e o número total de estabelecimentos do município deveria ser maior que a mesma relação em nível estadual.
- a relação entre a população rural e a população total do município deveria ser maior que a mesma relação em nível estadual.
- o valor da produção agrícola por pessoal ocupado no município deveria ser menor que a mesma relação em nível estadual.

Nesta linha foram selecionados, no ano de 1996, trezentos e oitenta e três municípios-pilotos em todo o Brasil, dos quais vinte e quatro no Estado de São Paulo, caracterizados como de agricultura familiar

A proposta de desenvolvimento rural de cada município para a viabilização da infra-estrutura rural é baseada na elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que indique as alternativas de solução aos problemas identificados pelos agricultores familiares. Os PMDRs deveriam ser coordenados por meio de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), constituídos majoritariamente por representantes dos agricultores familiares e deveriam contar, em todas as suas fases, com a participação dos agricultores familiares. Neste sentido, o PRONAF propõe o protagonismo dos agricultores

familiares no planejamento, implantação e avaliação de projetos de caráter municipal e comunitários.

Neste contexto, a questão que trata esta pesquisa é a de conhecer quais os fundamentos científicos inerentes à produção do conhecimento nos PMDRs do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo enquanto instrumentos de efetivação desta política, que baseia seu discurso nos princípios da gestão social do conhecimento e que tem a Extensão Rural Oficial do Estado, representado pelos extensionistas das Casas de Agricultura locais, como o agente externo responsável, como Secretário Executivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, pela coordenação dos referidos planos.

Entretanto, estudos sobre as políticas de crédito, de pesquisa e de extensão rural no Brasil como os de FREIRE (1977), CARDOSO (1980), BERGAMASCO (1983), KAGEYAMA e GRAZIANO DA SILVA (1983), FIGUEIREDO (1984), FONSECA (1985), THOLLENT (1984), MARTINE (1989), CARMO (1994), NEVES (1995), RODRIGUES (1997), dentre outros, têm, na sua maioria, realizado a crítica aos modelos utilizados, recomendando-se, então, uma nova postura dentro de uma metodologia participativa, construtivista, crítica, conscientizadora.

Os recentes estudos sobre a atuação da pesquisa e da extensão rural oficial nos novos paradigmas do desenvolvimento rural como os de PINHEIRO, PEARSON e CHAMALA (1997) e de PINTO (1998) e sobre o PRONAF, como os de ROSA (1995), VEIGA e ABRAMOVAY (1997), BELIK (1999), CARVALHO e KUHN (1999), PEREIRA (2000), reafirmam as críticas e sugerem pesquisas mais aprofundadas sobre o tema. Portanto, uma avaliação dos métodos científicos utilizados na elaboração do PMDRs do PRONAF, de um ponto de vista epistemológico, faz-se necessária a fim ampliar os estudos já realizados e contribuir com a crítica enquanto elemento principal da pesquisa ou da produção do conhecimento científico e com a

apresentação de um instrumental teórico para o estudo da produção do conhecimento nos referidos planos.

## CAPÍTULO III

### PESQUISA DE CAMPO

Neste capítulo, apresentaremos a pesquisa propriamente dita, seus objetivos, a metodologia, a caracterização da área de estudo, os referenciais teóricos, os instrumentos utilizados para a análise e os passos fundamentais efetuados para o seu desenvolvimento.

#### 3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo foi o de realizar uma análise dos fundamentos científicos da produção do conhecimento pela Extensão Rural na elaboração de planos municipais de desenvolvimento rural, no âmbito do PRONAF no Estado de São Paulo.

#### 3.2. Objetivos Específicos

- Verificar as principais abordagens metodológicas dos referidos planos.
- Analisar as implicações epistemológicas das abordagens utilizadas para descobrir por trás das técnicas e metodologias utilizadas, os seguintes pressupostos:
  - Teóricos, como: fenômenos sociais e educacionais privilegiados; tipo de mudança proposta.
  - Epistemológicos, como: concepção da ciência e critérios científicos utilizados no diagnóstico da realidade e na identificação de problemas
  - Gnosiológicos, como: forma de relacionar os sujeitos e os objetos no trato com o conhecimento
  - Ontológicos, como: concepções de homem, realidade e sociedade.

## 3.3.1. Caracterização da área de estudo

O estudo abrangeu o período de 1995 a 2000, tendo como área de estudo os vinte e quatro municípios-pilotos do PRONAF no Estado de São Paulo (Tabela 1 e Fig. 3), dentre os 207 caracterizados como de agricultura familiar, classificados a partir dos parâmetros sugeridos pelo PRONAF.

TABELA 1 - Caracterização dos municípios em relação à Agricultura Familiar

Ordem geral	MUNICÍPIO	1985			1991			1995		
		N.º Estab. Rurais	N.º Estab.	% Estab.	Popul. Total	Popul. Rural	% popul rural	Valor da produção	Pessoal	
			<200 ha	<200 ha					ocupado	Cz\$/ PO
1	Alfredo Marcondes	369	366	99,2	3491	1202	34,4	10463	1076	9,72
2	Alto Alegre	1169	1145	97,9	4790	2173	45,4	41297	3287	12,56
3	Álvares Machado	991	968	97,7	18858	3476	18,4	37951	3518	10,79
4	Aparecida D'Oeste	506	487	96,2	5099	1687	33,1	24419	2075	11,77
5	Auriflana	672	626	93,1	12761	2581	20,2	51508	2803	18,38
6	Capão Bonito	2399	2313	96,4	46443	15088	32,5	126460	10030	12,61
7	Cunha	2119	2064	97,4	23421	14471	61,8	40317	6978	5,78
8	Guzolândia	428	389	90,9	5051	1673	33,1	21272	1131	18,81
9	Itaporanga	1267	1246	98,3	14409	5584	38,7	23674	4812	4,92
10	Lagoinha	398	384	96,5	4637	2478	53,4	9446	1374	6,87
11	Lucélia	870	836	96,1	19280	3554	18,4	77445	4577	16,92
12	Meridiano	390	366	93,8	3786	1796	47,4	20609	1232	16,73
13	Mongaguá	10	6	60,0	18962	121	0,6	2399	88	27,26
14	Monte Castelo	674	659	97,8	4723	1821	38,6	36513	2944	12,40
15	Natividade da Serra	581	522	89,8	6459	4196	65,0	11267	1723	6,54
16	Nazaré Paulista	967	965	99,8	11647	7485	64,3	13534	2802	4,83
17	Nhandeara	589	547	92,9	10359	3125	30,2	41988	2137	19,65
18	Piracaia	755	739	97,9	19091	0	0,0	34526	4103	8,41
19	Pres. Bernardes	1214	1127	92,8	13364	4462	33,4	68087	4553	14,95
20	Rinópolis	1104	1089	98,6	11156	3392	30,4	85627	4813	17,79
21	Santa Albertina	820	807	98,4	5875	1799	30,6	22746	2440	9,32
22	Sarapuí	688	656	95,3	6502	3276	50,4	24349	2346	10,38
23	Sete Barras	770	740	96,1	12483	8142	65,2	40677	2726	14,92
24	Tanabi	1340	1279	95,4	21514	6294	29,2	83996	4587	18,31
TOTAL		21.090	20.326	96,4	304.161	99.876	32,8	950.570	78.155	12,16
TOTAL ESTADO		282142	262634	93,1	31183870	2204495	7,1	38683140	1357113	28,50

Fonte: Relatório de caracterização dos municípios de agricultura familiar do Estado de São Paulo - SAA/CATI/DEXTRU (1996)



Figura 3 - Municípios-pilotos do PRONAF do Estado de São Paulo

#### 3.3.1.1. Critérios de seleção dos municípios-piloto do PRONAF no Estado de São Paulo

Nos critérios de seleção destes 24 municípios observaram-se os seguintes parâmetros:

a) Baseados na concepção de se eleger municípios onde a concentração da agricultura familiar tivesse importância, definiu-se um sistema de pontuação resultante do cruzamento de três indicadores:

- índice de participação dos municípios no ICMS, elaborado pela Secretaria da Fazenda;
- valor da produção agrícola por hectare, levantado pela SAA/SP;
- número absoluto de propriedades com área inferior a 4 módulos fiscais.

b) Além disto foram considerados para a seleção dos municípios:

- a presença marcante e bem estruturada da SAA na região e no município ou pelo menos no município vizinho, que pudesse dar suporte técnico para a assistência agrônômica necessária;

- a organização dos produtores em entidades como sindicatos, associações e cooperativas (a SAA deverá estimular e apoiar essas organizações por meio de ações da CATI e do Instituto de Cooperativismo e Associativismo - ICA, mas a presença das entidades de classe é relevante para todas as etapas do Programa, do planejamento à comercialização dos produtos);
- a existência de outros programas estaduais e/ou federais em desenvolvimento, o que pudesse trazer uma otimização do uso de recursos e viabilizar algumas atividades, como, por exemplo, os Programas de Eletrificação e Telefonia Rural, Microbacias, Municipalização e Comunidade Solidária<sup>3</sup>

Este critério tem sido discutível por selecionar de acordo com seus parâmetros municípios com predominância de “agricultores familiares periféricos” e não os “agricultores familiares em transição” priorizados pelo programa.

### 3.3.2. Material

Utilizou-se para a obtenção dos dados desta pesquisa fontes documentais e fontes vivas detalhadas a seguir.

#### 3.3.2.1. Fontes Documentais

Foram utilizadas as seguintes fontes documentais:

- a) os relatórios dos PMDRs dos municípios pilotos do PRONAF no Estado de São Paulo;
- b) Os documentos históricos relativos ao PRONAF no Estado de São Paulo, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, do Departamento de Extensão Rural, do Centro de Treinamento da CATI.

---

<sup>3</sup> SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (Coord.) PRONAF-SP, brochura, p.5. 1996.

### 3.3.2.2. Fontes Vivas

Foram utilizadas as seguintes fontes vivas:

a) os extensionistas da CATI nos municípios pilotos do PRONAF-SP; b) os representantes dos atores sociais envolvidos com a construção do PRONAF-SP em nível Estadual.

A forma de obtenção dos dados será descrita mais adiante, no item relativo às etapas da pesquisa.

### 3.3.3. Método

A presente pesquisa utilizou-se do método hermenêutico-crítico, através do qual, por um processo interpretativo, procurou-se identificar a lógica da produção do conhecimento nos PMDRs e, por um processo de recuperação histórica, buscou-se identificar as contradições responsáveis pela construção desta lógica. Assim, procurou-se fundamentar a crítica dos pressupostos do conhecimento relativos aos planos.

Parte-se de uma abordagem na qual a Extensão Rural tem na Educação Informal de Adultos uma das suas principais atividades no sentido de contribuir para a promoção do Desenvolvimento Rural e de suas comunidades. Além disso, de acordo com o enfoque deste estudo, os PMDRs caracterizam um processo de produção de conhecimento, uma vez que o diagnóstico da realidade corresponde a ação inicial e fundamental do planejamento que se compõe nos PMDRs de um “sujeito” representado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e pela comunidade envolvida e de um “objeto” (apenas no sentido figurado), representado pela realidade (percebida diferentemente por cada ator social) na qual estão inseridos. Nesta relação produz-se um conhecimento sobre esta realidade, além de propostas para transformá-la, o que nos faz abordá-los tendo como pressuposto que estes planos caracterizam uma atividade de pesquisa e como tal, sujeitos a um estudo de natureza epistemológica.

### 3.3.4. Referencial Teórico

Tendo como referencial básico os estudos de SÁNCHEZ GAMBOA (1996), ARTMAN (1993), RODRIGUES (1997) e de PINHEIRO, PEARSON e CHAMALA (1997), os seguintes conceitos e respectivos referenciais teóricos fundamentaram a presente pesquisa:

#### 3.3.4.1. Epistemologia

O termo "epistemologia", que literalmente significa Teoria da Ciência, foi criado recentemente e com uma definição já comprometida com a tradição positivista, na medida em que conota a redução da Teoria do Conhecimento apenas ao conhecimento científico. Segundo Habermas, *"após Kant, a Teoria do Conhecimento (Gnoseologia) foi desaparecendo, com a ruptura das relações entre a Filosofia e a Ciência com o conseqüente encastelamento da Filosofia, seja num saber absoluto, seja num saber existencial, oferecendo substitutos totalizantes à margem das ciências"* (SÁNCHEZ GAMBOA, 1996, p.8).

A partir desta separação a tendência foi de considerar a Epistemologia como Teoria da Ciência, considerando-a como a única forma de conhecimento válido, com a exclusão de qualquer outra forma possível de conhecimento. Esta tendência exclui a possibilidade da Filosofia ou de uma "posição filosófica" ou ideológica realizar uma reflexão "epistemológica" sobre o sentido do conhecimento científico.

Habermas, critica esta postura e propõe uma recuperação do sentido e do conteúdo da "Epistemologia", restabelecendo os nexos perdidos entre a ciência e o processo histórico da sociedade por ocasião da redução da Teoria do Conhecimento à Teoria da Ciência.

Habermas é um representante da chamada Escola de Frankfurt. Esta escola desenvolveu a Teoria Crítica que considera a Teoria da Ciência como parte da Teoria Social e não como uma área independente e autônoma.

Segundo SÁNCHEZ GAMBOA (1996), a partir de Habermas, com a reintrodução dos fundamentos epistemológicos do materialismo histórico, a Epistemologia torna-se uma Teoria Crítica do Conhecimento e a dialética materialista apresenta-se como um método da epistemologia moderna.

Assim, a dialética materialista pode ser entendida como epistemologia ou teoria crítica do conhecimento. Nessa medida oferece importantes subsídios para a análise da produção do conhecimento científico num contexto social amplo. É com este conceito de epistemologia que realizamos esta pesquisa.

#### 3.3.4.2. Interesse

Outro conceito utilizado nesta pesquisa é o de interesse, de acordo com a teoria de Habermas.

Segundo HABERMAS (1982), na produção do conhecimento estão implícitos os interesses e a principal finalidade da pesquisa ou da produção do conhecimento científico é a crítica, no sentido de revelar esses interesses. Para instrumentalizar a crítica, o autor propôs uma tipificação das abordagens metodológicas ou formas de aproximação do sujeito em relação ao objeto de estudo, relacionando-os aos interesses envolvidos com estas abordagens e relacionando-os ainda aos principais conjuntos lógicos da atividade humana (Quadro 4), representados pelo trabalho, pela linguagem e pelo poder.

Quadro 4 - Relação entre tipos de abordagens metodológicas: interesses que motivam a pesquisa e dimensões fundamentais da vida humana

<b>Abordagem</b>	<b>Interesse</b>	<b>Conjunto lógico</b>
Empírico-analítica	Técnico de controle	Trabalho/técnica/informação
Histórico-hermenêutica	Dialógico de consenso	Linguagem/consenso/interpretação
Crítico-dialética	Crítico emancipador	Poder/emancipação/crítica

### 3.3.4 2.1. Características dos Interesses

As características dos interesses e das abordagens metodológicas utilizadas por Habermas são as seguintes:

#### a) Interesse Técnico de Controle

Quando é o interesse técnico e de controle que motiva a pesquisa esta se planeja para propiciar informações que permitam manipular e controlar os objetos investigados e através de processos também controlados e objetivados. Este interesse geralmente procura reproduzir o paradigma tradicional, fundado na concepção positivista de ciência.

#### b) Interesse Prático de Consenso

Quando o interesse prático de consenso motiva a investigação esta se projeta para o auxílio da interpretação e a interação dos sujeitos, quer dizer, para revelar as formas de comunicação e interação, para compreender a inter-subjetividade em relação a possíveis significados das ações, os discursos, os gestos, os ritos, os textos, para propiciar normas de atuação entre os homens e os grupos humanos. Este interesse procura "melhorar", "reformular", inovar as formas de agir sobre a realidade.

#### c) Interesse crítico emancipador

Quando o interesse crítico emancipador orienta a pesquisa, a atividade intelectual reflexiva se organiza para desenvolver a crítica e alimentar a praxis (reflexão-ação) que transforma o real e libera o sujeito dos diferentes condicionantes. Este interesse procura "transformar", "revolucionar" os modelos vigentes e as estruturas presentes ("status quo").

Estes interesses básicos da pesquisa se apresentam igualmente nos diferentes enfoques científicos ou tendências epistemológicas da pesquisa social e educativa.

### 3.3.4.3. Características das abordagens ou enfoques científicos

De acordo com SÁNCHEZ GAMBOA (1996), analisando o trabalho de Habermas, as características das abordagens metodológicas ou maneiras como o sujeito se aproxima do objeto de estudo podem ser vistas a seguir:

#### a) Abordagem empírico-analítica

A abordagem empírico-analítica tem sua origem e seu desenvolvimento mais significativo nas ciências naturais e exatas e utiliza técnicas predominantemente quantitativas. Estas técnicas garantem a objetividade dos dados de origem empírica. Os procedimentos utilizados delimitam o objeto como sendo uma totalidade de fatos empiricamente demonstrados. Através de técnicas de laboratório, desenhos experimentais, instrumentos de observação e de registro, essa totalidade empírica é delimitada, isolada, dissecada e congelada num recorte temporal "presentista".

#### b) Abordagem fenomenológico-hemenêutica

A abordagem fenomenológico-hemenêutica, mais utilizada nas ciências humanas e sociais, concebe o real como fenômenos "contextualizados", preocupa-se com a capacidade humana de produzir símbolos para comunicar significados; por isto o processo cognitivo se realiza por meio de métodos interpretativos. Os fenômenos não são isolados ou "analisados", são compreendidos através de um processo de recuperação de contextos e significados.

Outra suposição básica deste tipo de interpretação consiste no predomínio de elementos subjetivos próprios da interpretação. O eixo central do conhecimento não está no objeto e sim no sujeito que interpreta, que conhece e dá sentido ao mundo e aos fenômenos. O critério de verdade não reside na pretendida objetividade (ser fiel ao objeto); a verdade é resultado do consenso intersubjetivo do grupo humano relacionado com o fenômeno interpretado ou da comunidade científica especializada nesse campo do conhecimento. Seu caráter relativo (é verdade para este grupo) se

faz ainda mais relativo quando o consenso ocorre em um determinado momento, em um contexto ou em um cenário histórico específico (é verdade em um determinado grupo, num determinado momento; em outro momento ou contexto, é outra verdade, outro o significado), razão pela qual este enfoque se denomina também historicismo, ou histórico-hermenêutico. O interesse que comanda este processo cognitivo é o prático intersubjetivo de consenso.

#### c) Abordagem crítico-dialética

A abordagem crítico-dialética trata de apreender o fenômeno em seu trajeto histórico e em suas inter-relações com outros fenômenos. Busca compreender os processos de transformação, suas contradições e suas potencialidades. Para esta abordagem o homem conhece para transformar e o conhecimento tem sentido quando revela as alienações, as opressões e as misérias da atual fase de desenvolvimento da humanidade; questiona criticamente os determinantes econômicos, sociais e históricos e da potencialidade da ação transformadora. O conhecimento crítico do mundo e da sociedade e a compreensão de sua dinâmica transformadora propiciam ações (praxis) emancipadoras.

A praxis, elevada à categoria epistemológica fundamental se transforma em critério de verdade e de validade científica. A praxis significa reflexão e ação sobre uma realidade buscando sua transformação; essa transformação é orientada para a consecução de maiores níveis de liberdade do indivíduo e da humanidade em seu trajeto histórico ( interesse crítico).

#### 3.3.4.4. Ação Comunicativa

Posteriormente ao conceito de Conhecimento e Interesse, HABERMAS (1987) desenvolve a Teoria da Ação Comunicativa ou "Teoria do Agir Comunicativo" que diz respeito às relações inter-subjetivas entre pelo menos dois sujeitos capazes de linguagem e ação e que consiste numa interação onde os atores buscam se entender sobre uma situação, para

coordenarem de comum acordo seus planos de ação. Nesta teoria a interpretação é o conceito central, o qual refere-se à negociação de definições da situação suscetíveis de consenso. Na ação comunicativa, o "medium" lingüístico onde se refletem as relações do ator com o mundo é o pressuposto fundamental e é necessário esclarecer como foi introduzido.

O conceito de ação comunicativa pressupõe a linguagem como um meio de entendimento em que falantes e ouvintes referem-se, a partir do horizonte pré-interpretado que seu modo de vida representa, simultaneamente a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo, com o fim de negociar definições que possam ser compartilhadas por todos (conceito de linguagem pragmática formal, segundo Habermas). Os participantes reivindicam, para seus enunciados, três pretensões de validade, conforme o entendimento se refira a algo em algum dos três mundos. Assim, a pretensão de que o enunciado seja verdadeiro refere-se a algo no mundo objetivo, a pretensão que seja correto relaciona-se ao contexto normativo e a pretensão de que seja autêntico corresponde à sinceridade eventual da intenção do ator ao expressar algo de seu mundo subjetivo. Pode-se acrescentar uma quarta pretensão de validade: que o sistema simbólico utilizado seja compreensível. Falante e ouvinte procuram um consenso coordenador e este é avaliado criticamente pela sua verdade, correção e veracidade.

Segundo o autor, para que o entendimento funcione como mecanismo coordenador de ação significa que os participantes da interação colocam-se de acordo acerca da validade que pretendem para suas emissões ou manifestações, ou seja, que reconhecem iter-subjetivamente as pretensões de validade com as quais se apresentam frente aos outros.

#### 3.3.4.5. Paradigma

O conceito de paradigma também foi utilizado neste estudo. O conceito de paradigma foi introduzido na literatura científica por KUHN (1987), para explicar o processo histórico das ciências.

Segundo o autor, as ciências avançam através de revoluções que acontecem quando a "ciência normal" já não explica todos os fenômenos descobertos, surgindo assim a crise deste modelo ou paradigma, sendo necessária a construção de um novo modelo ou paradigma que substituirá o antigo. Esta mudança de paradigma exige uma nova estruturação da Ciência, ou seja, novos instrumentais técnicos, teóricos e metodológicos que possam abordar, mensurar e explicar o novo paradigma em bases científicas.

Dentre os vários sentidos que o conceito de paradigma tem nos estudos de Kuhn, utilizou-se neste estudo a idéia de paradigma entendida como conceito anterior às teorias e que gera uma série de instrumentos e métodos reconhecidos pela comunidade científica como válidos na solução de problemas. Neste sentido buscamos como unidade de análise da produção do conhecimento, nos planos municipais de desenvolvimento rural, o paradigma científico sob o qual estes foram construídos.

### 3.3.5. O Instrumento de Análise, o Esquema Paradigmático

Para reunir as informações da metodologia utilizada em cada Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e facilitar a análise epistemológica das diferentes abordagens, utilizou-se como instrumento o "Esquema Paradigmático" (Quadro 5).

Quadro 5 - Esquema Paradigmático

<b>Nível Técnico</b>	Técnicas de coleta, organização e tratamento de dados e informações
<b>Nível Metodológico</b>	Abordagem e processos da pesquisa: relação partes, todo, contexto
<b>Nível Teórico</b>	Fenômenos Privilegiados, Núcleo Conceitual Básico, Autores e Clássicos Cultivados, Pretensões Críticas, Tipo de Mudança Proposta
<b>Nível Epistemológico</b>	Concepção de Causalidade, de Validação da Prova Científica e de Ciência. (Critérios de cientificidade)
<b>Pressupostos Gnosiológicos</b>	Maneiras de Abstrair, Generalizar, Conceitualizar, Classificar, Formalizar ou Maneiras de relacionar o sujeito e o objeto. (Critérios de Construção do Objeto Científico)
<b>Pressupostos Ontológicos</b>	Concepção de História, de Homem, de Educação, Sociedade e de Realidade (COSMOVISÃO)

Fonte: Sánchez Gamboa, 1996

Este esquema foi construído por SÁNCHEZ GAMBOA (1996) para uma análise epistemológica da pesquisa em Educação como instrumento para organizar a análise inicial de sua pesquisa. Dentre os diversos significados que o conceito de paradigma tem para KUHN (1987), como "modelo de onde emanam tradições coerentes de investigação científica", como "articulação de fontes e instrumentos", como "princípio organizador capaz de governar a própria percepção", como "um novo modo de ver e desvelar enigmas", permitindo ver seus componentes "de uma nova forma", como "determinantes de grandes áreas de experiência", Sánchez Gamboa utilizou em seu estudo o conceito de paradigma entendido como lógica reconstituída, ou como maneiras de ver, decifrar, analisar, de articular os elementos de uma determinada realidade.

Essa noção de paradigma como estrutura lógica com propriedade de concretismo e seqüência analógica, que envolve linguagem especializada anterior ao uso de teorias e métodos, fundamenta a definição de "esquema para a análise paradigmática" que BENGOCHEA et al (1978 ), apud SÁNCHEZ GAMBOA (1998) organizaram para analisar os grandes enfoques da teoria sociológica e que no estudo de Sánchez Gamboa foi adaptado e ampliado para a construção do instrumento de análise das abordagens metodológicas da pesquisa educacional, chamando-o de "Esquema Paradigmático" .

A unidade básica da análise paradigmática é sempre um processo de produção de conhecimentos o qual sempre se dá em todo processo de pesquisa científica.

*"Todo processo de produção de conhecimentos é a manifestação de uma estrutura de pensamento, qualquer que seja o nível de manifestação e de coerência interna - que inclui conteúdos filosóficos, lógicos, epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicos que implicam maneiras de agir e de omitir"* (BENGOCHEA, 1978, p. 76 apud SÁNCHEZ GAMBOA, 1996, p.50).

Para SÁNCHEZ GAMBOA (1996), essas noções de estruturação e de lógica reconstituída se relacionam basicamente com a noção de totalidade concreta, entendida como um quadro geral que lhe dá sentido. Num processo em que todos os fatos e os conceitos entram em um movimento recíproco e se elucidam mutuamente e em que a totalidade atinge sua concreticidade, encontra-se implícita uma diversidade de elementos articulados que através do "Esquema Paradigmático" pode se explicitar.

No Esquema Paradigmático, esses elementos podem ser organizados em diferentes níveis e grupos de pressupostos. Os níveis são: técnico, metodológico, teórico e epistemológico. A partir deste último nível podemos considerar os pressupostos lógico, gnosiológicos e ontológicos.

O Esquema Paradigmático busca explicitar esta diversidade de elementos articulados onde a totalidade atinge a sua concreticidade, permite na forma de uma "matriz disciplinar" desvelar (processo hermenêutico) os meandros da prática investigativa, seus pressupostos teóricos, lógicos, como também os ontológicos. Sua utilização requer uma decisão prévia sobre o nível a partir do qual se inicia a análise. No caso do presente estudo optou-se pela estratégia de entrada pelo nível teórico pois interessava principalmente entender e propor uma tipificação para os fenômenos educativos e sociais privilegiados e os tipos de mudanças propostos pelos PMDRs do PRONAF, justificado pelas sugestões encontradas nas pesquisas e literatura especializada. Em virtude deste fato, para a construção do Esquema Paradigmático realizou-se uma prévia tipificação das palavras-chaves encontradas nos PMDRs, a partir dos conceitos encontrados na literatura consultada, fundamentados principalmente nos estudos de RODRIGUES (1997) e de PINHEIRO, PEARSON e CHAMALA (1997), com a finalidade de construir o nível teórico do Esquema Paradigmático, de acordo como o modelo de abordagem utilizada nos planos, tomando como referência a tipificação utilizada nessa abordagem por Habermas e Sánchez Gamboa, os quais tipificaram-nas como: empírico-analíticas, fenomenológico-hermenêuticas e crítico-dialéticas.

Após a construção do nível teórico, construiu-se o nível técnico e o nível metodológico. Estes três níveis iniciais foram utilizados como um primeiro momento de abstração no processo de construção da totalidade ou da concretização do objeto de estudo, ou seja, a produção do conhecimento pela extensão rural nos PMDRs.

Para uma melhor compreensão deste processo, apresenta-se o Esquema Paradigmático (Quadro 6) de maneira mais detalhada, relacionando cada nível que o compõe, com as abordagens metodológicas de Habermas e suas respectivas características.

Quadro 6 - Caracterização dos níveis que compõem as abordagens metodológicas de Habermas (Esquema Paradigmático detalhado).

Pressupostos / níveis	Concepções de:	Abordagens epistemológicas		
		Empírico-analíticas	Fenomenológico-hermenêuticas	Crítico-dialéticas
Pressupostos ontológicos	Realidade	Primazia da matéria x espírito Tende ao equilíbrio, repouso	Primazia do espírito x matéria Tende ao equilíbrio, repouso	Primazia da matéria x consciência Tende ao movimento, desequilíbrio, evolução constante
	Homem	Sujeito passivo, produto do sistema competitivo	Sujeito ativo e transformador de sua realidade; Centro de um processo	Sujeito ativo e transformador da realidade social; produto e produtor da cultura e da história.
	Educação	Ter-fazer	Sentir, ser	Conscientizar-se, transformar
	História	Comparar fatos	Repetição de fenômenos numa estrutura invariável	Produto de choque de contrários
Pressupostos gnosiológicos	Conhecimento / verdade	Centralizado no objeto	Centralizado no sujeito	Centralizado na relação sujeito-objeto
	Processo do conhecimento	Descoberta/relato/isolada do contexto	Descoberta/interpretação do contexto isolado	Construção/ Interpretação do contexto pela recuperação histórica, crítica.
	Pretensão do conhecimento	Objetividade	Subjetividade	Objetivo/interrelação/subjetivo

Continua

Quadro 6 (Continuação)		Abordagens epistemológicas		
Pressupostos / níveis	Concepções de:	Empírico-analíticas	Fenomenológico-hermenêuticas	Crítico-dialéticas
Nível epistemológico	Causalidade	Relação causa/efeito, estímulo/resposta	Relação meio/fim, fenômeno/essência	Interrelação todo/partes, texto /contexto; explicação na luta de contrários
	Ciência	Invenção / inovação	Compreensão dos sentidos dos fenômenos, processo de desvendar mecanismos ocultos	Atividade que se propõe a resolver problemas como análise crítica da realidade descobrindo as contradições
Nível teórico	Fenômenos privilegiados	Técnica / informação	Linguagem / consenso/interpretação	Poder/emancipação/crítica
	Interesse do conhecimento	Técnico de controle	Dialógico de consenso	Crítico emancipador
	Tipos de mudanças propostas	"melhoria" do sistema pela maior eficiência e eficácia	Reformas para o equilíbrio do sistema	Transformação, revolução do sistema
Nível metodológico	Método	Experimental	Estudo de caso	Materialismo histórico
	Características do método	Observação privilegiando a experiência	Observação privilegiando as intenções e representações individuais	Observação da experiência situada social e historicamente
		Análise de fenômenos semelhantes, constantes e regulares, por repetição	Análise busca compreender comportamentos similares pouco comuns	Análise do processo histórico para entender contradições e explicar situação concreta atual
Nível técnico	Coleta de dados	Quantitativos, amostragem, questionários, entrevistas	Qualitativa, técnicas bibliográficas; pesquisa participante	Técnicas bibliográficas, históricas, estudo de textos, documentos
	Tratamento dos dados	Quantitativo dos dados Técnicas estatísticas, frequências, porcentagem	Qualitativo- interpretação	Quantitativo/ qualitativo Explicação / interpretação

Após a apresentação dos referenciais teóricos e dos instrumentos utilizados para a análise da produção de conhecimento científico nos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, ou seja, o Esquema Paradigmático, apresenta-se a seguir a metodologia utilizada, ou seja, a maneira como desenvolveu-se o método hermenêutico-crítico, escolhido para realizar a aproximação do objeto de estudo, a produção do conhecimento nos PMDRs.

### 3.3.6. As Etapas Fundamentais da Pesquisa

Para entender e aprofundar o discurso contido nos Planos do PRONAF utilizou-se a análise de conteúdo baseada na conceituação de BARDIN (1977, p. 42):

*“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção /recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.*

A análise de conteúdo possibilita a superação das incertezas, validando e permitindo a generalização da visão pessoal do pesquisador. Enriquece a produtividade e a pertinência da leitura, assim como esclarece significações que a “priori” não conhecíamos (BARDIN, 1977). Os procedimentos de aplicação do método envolvem três etapas:

*Etapa 1 - A pré-análise:* corresponde a uma leitura inicial, para estabelecer contato com o texto e deixar-se invadir por impressões e orientações. Esta fase comporta ainda a escolha de documentos a serem trabalhados, de acordo com as regras da exaustividade (conhecer a diversidade dos documentos existentes), representatividade (tamanho da amostra), homogeneidade (estabelecer critérios de escolha) e pertinência (coletar material pertinente aos objetivos).

Nesta primeira etapa procuramos nos inserir na realidade do Programa Nacional de Agricultura Familiar, tanto realizando uma leitura nos documentos históricos relativos ao PRONAF nos níveis nacional, estadual e municipal, como em contato com os extensionistas da CATI envolvidos com a produção do conhecimento no PRONAF e com os representantes dos atores sociais envolvidos com o processo de construção do programa no Estado.

Em seguida definiu-se o tamanho da amostra a ser trabalhada nesta pesquisa e optou-se por trabalhar nos vinte e quatro municípios-piloto do PRONAF no Estado de São Paulo, utilizando como fontes de obtenção dos dados: os documentos relativos aos Planos Municipais do Desenvolvimento Rural destes Municípios, os documentos históricos do PRONAF, os extensionistas dos municípios-piloto do PRONAF no Estado e os representantes dos atores sociais envolvidos com a construção do PRONAF em nível estadual.

Estabeleceu-se como critério de escolha para homogeneidade das informações necessárias para a construção dos dados a utilização de questionários destinados a pesquisa dos documentos dos PMDRs, dos documentos históricos do PRONAF, juntos aos extensionistas dos municípios-piloto e junto aos representantes dos atores sociais (organizações governamentais, não governamentais, organizações de agricultores familiares, finaceiras, movimentos sociais) que participaram do processo de construção do programa em nível estadual.

Para a obtenção dos dados junto a estas fontes utilizou-se como técnica a entrevista semi-estruturada a partir de roteiros pré-elaborados para pesquisas e entrevistas a cada uma dessas fontes.

- a) Para a pesquisa dos documentos dos PMDRs (ANEXO 3), o roteiro abordou três aspectos, os quais denominamos, respectivamente, informações empíricas, fundamentos científicos e elementos de interpretação, com as seguintes características e propósitos:

1. Informações empíricas , com finalidade de permitir uma análise geral dos planos em relação aos seus objetivos, ao grau de participação dos diversos segmentos sociais (principalmente dos agricultores familiares e conselho municipal de desenvolvimento rural), ao destino dado aos recursos e aos problemas encontrados.
  2. Fundamentos científicos, com finalidade de construir os dados relativos ao processo de produção do conhecimento científico nos planos, principalmente a construção dos níveis técnico e metodológico do Esquema Paradigmático.
  3. Elementos de Interpretação, com finalidade de construir a partir de palavras que surgiram com destaque em pontos estratégicos dos planos, as quais denominamos "palavras-chaves", e de suas finalidades, a tipologia dos fenômenos sociais e educacionais privilegiados e assim construir o nível teórico do Esquema Paradigmático.
- b) Para a pesquisa junto aos extensionistas da CATI, dos municípios-piloto do PRONAF, o roteiro de entrevista (ANEXO 4) teve por finalidade a caracterização desses técnicos e o aprofundamento das questões pouco esclarecidas com a simples leitura dos planos.
- c) Na pesquisa dos documentos históricos do PRONAF (ANEXO 5), o roteiro consistiu em pesquisar os marcos referenciais do PRONAF em nível nacional e estadual, buscando verificar suas principais etapas e respectivas características.
- d) Na pesquisa junto aos representantes dos atores sociais (ANEXO 5), o roteiro consistiu na questão: *"como você viu o processo de construção do PRONAF no estado?"*. Esta questão serviu de base para os depoimentos gravados e posteriormente transcritos. A finalidade desta etapa foi a de compreensão da lógica encontrada nos planos a partir da recuperação histórica, identificando as contradições que construíram esta lógica explicitada nos resultados.

Após definir o critério de escolha e as técnicas de coleta de informações, passou-se à coleta das informações propriamente dita a qual consistiu na leitura dos planos e dos documentos

históricos do PRONAF, na realização das entrevistas com extensionistas dos municípios e com os representantes dos diversos atores sociais envolvidos com a construção do PRONAF no Estado.

*Etapa 2 - A exploração do material:* esta etapa da análise de conteúdo correspondeu a uma análise qualitativa, quantitativa e de resultados, por meio da análise dos quadros e tabelas construídos a partir das informações obtidas e pela análise do Esquema Paradigmático e do histórico e depoimentos registrados. Consistiu na construção dos instrumentos e organização dos dados para análise.

*Etapa 3 - Interpretação e inferências:* para BARDIN (1977), esta etapa da análise de conteúdo tem por finalidade destacar as informações fornecidas pela análise e realizar as proposições lógicas, a partir de resultados significativos.

Tendo apresentado a metodologia e as etapas fundamentais na realização da presente pesquisa, apresenta-se a seguir os resultados e as discussões.

## CAPÍTULO IV

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são analisados os dados obtidos a partir das fontes utilizadas para a construção das informações desta pesquisa

Os dados obtidos são organizados, apresentados e analisados em três blocos de informações : informações empíricas, fundamentos científicos e recuperação histórica, em forma de tabelas, relatos descritivos de leitura e documentos e de registro dos relatos pessoais.

#### 4.1. Informações Empíricas

Estas informações serviram como uma primeira aproximação junto ao objeto de estudo desta pesquisa, em relação aos interesses envolvidos na produção destes planos.

Das informações obtidas nos planos, a partir da frequência das respostas encontradas pela leitura de 24 documentos relativos a estes planos (Tabela 2), pode-se observar, em relação aos objetivos gerais que, em 59,3% dos planos, o objetivo do desenvolvimento é o crescimento econômico, cujas características principais nos planos giram em torno da diversificação, da verticalização da produção, da agregação de valores da produção através do beneficiamento e industrialização destes produtos e na transformação do agricultor familiar num empresário apto a competir no "mercado globalizado", indicando a forte tendência da reprodução do paradigma da modernização conservadora com um avanço da base tecnológica capitalista agora não só no setor da produção, mas também e principalmente no setor de beneficiamento, industrialização, comercialização e gestão. Em 27,8% estes objetivos estão relacionados ao crescimento econômico-social, caracterizados principalmente pela geração de empregos. Em 4,3% dos planos os objetivos gerais estão relacionados à melhor qualidade de vida da população rural, que não se

apresentam bem especificadas mas aparentam estarem relacionadas à concepção tradicional de aumento da renda com seus reflexos na alimentação, habitação, saúde, dentre outros fatores.

TABELA 2 - Frequência de respostas encontradas nos planos (24) às questões formuladas, relativas a informações empíricas.

Questões formuladas	Respostas encontradas	% de planos
<i>Objetivo Geral dos Planos</i>	Crescimento econômico	59,3
	Crescimento econômico e social	27,8
	Sem citação	8,6
	Melhor qualidade de vida da população rural	4,3
<i>Quais as dificuldades encontradas para elaboração dos planos</i>	-	-
<i>Quem elaborou os planos</i>	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	100
<i>Principais beneficiários dos planos</i>	Agricultores familiares	100

Em relação às dificuldades encontradas para a elaboração dos planos, a simples leitura dos documentos não permitiu construir os dados, o que ficou claro na entrevista (ao todo, por motivos de ordem operacional, realizaram-se entrevistas com 21 técnicos). Estas dificuldades foram:

Em relação aos problemas na utilização do método ZOPP<sup>4</sup> (Tabela 3), que consistiram: para 38,1% dos extensionistas, na dificuldade de reunir os agricultores durante muito tempo, além do pouco tempo exigido pelo programa para que se elaborasse os planos, em virtude da necessidade de se formalizar o convênio entre a prefeitura e o MA em tempo; na falta de assessoria técnica para o estudo de viabilidade e acompanhamento em geral dos planos, para 28,57% dos entrevistados; na utilização do método com agricultores analfabetos e de dificuldades de entendimento deste pelos produtores, em 14,29% das entrevistas; na dificuldade de construir indicadores de desenvolvimento ou indicadores qualitativos, em outros 4,76% das entrevistas; 4,76% dos extensionistas apontaram a falta de infra-estrutura e materiais necessários para desenvolver o método; outros 4,76% consideraram inoportuna a obrigatoriedade de utilização do

<sup>4</sup> ZOPP - da sigla em alemão que significa Planejamento de Projeto Orientado por Objetivo.

método; finalmente, também a insegurança do técnico na operacionalização das atividades foi apontada por um dos técnicos.

TABELA 3 - Frequências para as respostas obtidas na entrevista junto aos extensionistas da CATI, em relação às dificuldades encontradas com a utilização do método ZOPP para elaboração dos planos

<b>Quais os problemas encontrados na utilização do método ?</b>	<b>n.º</b>	<b>%</b>
A dificuldade de reunir os agricultores por muito tempo	8	38,10
Viabilidade e assessoria técnica.	6	28,57
Analfabetismo/dificuldade de entendimento do método pelos agricultores	3	14,29
Insegurança do técnico	1	4,76
Identificação de indicadores	1	4,76
A infra-estrutura e materiais necessários para desenvolver o método	1	4,76
Obrigatoriedade na utilização do método	1	4,76

As dificuldades localizam-se também em relação aos problemas gerais do PRONAF no município, cujos principais (Tabela 4) foram: a falta de assessoria e supervisão técnica e administrativa, a interferência dos prefeitos, a dissociação entre a linha de crédito e a linha de fortalecimento da infra-estrutura municipal, o atraso na liberação dos recursos, os conselhos pouco representativos, a falta de organização dos produtores e a mudança na filosofia inicial de trabalho das secretarias executivas provisórias do PRONAF.

TABELA 4 - Frequências das respostas obtidas nas entrevistas junto aos extensionistas da CATI, em relação às dificuldades encontradas para a construção do PRONAF no município.

<b>Quais os principais problemas do PRONAF em seu município?</b>	<b>n.º</b>	<b>%</b>
Falta de assessoria e supervisão técnica e administrativa	6	28,57
Interferência do prefeito	5	23,81
Dissociação entre a linha de crédito e a linha de adequação da infra-estrutura	4	19,05
Atraso na liberação dos recursos	3	14,29
Falta de autonomia do conselho municipal de desenvolvimento rural	1	4,76
Pouca organização dos agricultores familiares	1	4,76
Mudanças na filosofia de trabalho inicial	1	4,76

Em relação à questão envolvendo a identificação dos segmentos que elaboraram os PMDRs, na leitura dos documentos houve unanimidade em relação ao fato de ter sido o Conselho

Municipal de Desenvolvimento Rural. Entretanto, na entrevista com os extensionistas esta informação foi qualificada com as questões orientadoras sobre a participação do conselho na elaboração dos planos. Neste contexto, a participação do Conselho de Desenvolvimento Municipal foi vista por 25% dos técnicos como boa, principalmente entre os técnicos conveniados; outros 25% de técnicos, porém, apontou a interferência do prefeito junto aos conselhos e na elaboração dos PMDRs; para 38% dos entrevistados a atuação do conselho como entidade autônoma está em crescimento. Foi citada ainda a participação do CMDR em 4% das entrevistas, mais por obrigação do convênio; e ainda que o CMDR atuou principalmente, na fase de acompanhamento dos planos (8% das entrevistas).

Em relação à questão abrangendo a identificação dos beneficiários dos planos, a análise dos documentos indicava que seriam os Agricultores Familiares. Na entrevista com os extensionistas, para aprofundar a análise desta questão, ficou evidenciado na Tabela 5 que, de acordo com a tipificação proposta pelo PRONAF na ocasião, os maiores beneficiários foram os agricultores consolidados e intermediários, em detrimento dos chamados agricultores periféricos ou de subsistência.

TABELA 5 - Frequências das respostas obtidas na entrevista junto aos extensionistas da CATI, em relação aos agricultores beneficiados com o PRONAF no município

<b>De acordo com a tipificação apresentada pelo PRONAF, Qual o grau de participação de cada um destes tipos no PMDR ?</b>	<b>n.º</b>	<b>%</b>
Intermediários	6	28,57
Consolidados e intermediários	5	23,81
Consolidados	3	14,29
Consolidados, intermediários e periféricos	3	14,29
Intermediários e Periféricos	2	9,52
Periféricos	2	9,52

As explicações dadas pelos extensionistas para a ocorrência deste fato (Tabela 6), caracterizadas pela questão orientadora envolvendo a maneira de participação dos agricultores

familiares foram: a existência de agricultores de subsistência sem ambições e descrentes; o fato dos agricultores de subsistência não poderem participar devido à distância entre a unidade produtiva e os locais de reunião do conselho.; o fato dos agricultores consolidados e intermediários se interessarem mais; que a natureza do processo participativo permitiu aos três tipos de agricultores familiares (consolidados, intermediários e periféricos) estarem representados no CMDR; que o resultado apresentou a característica própria do município em relação à tipificação dos agricultores familiares; que faltou buscar maior participação dos agricultores de subsistência.

TABELA 6 - Frequências das respostas obtidas nas entrevistas junto aos extensionistas da CATI, em relação aos motivos da baixa participação dos agricultores familiares de subsistência

<b>Porque a participação se deu assim?</b>	<b>n.º</b>	<b>%</b>
Os agricultores de subsistência não têm ambição, são descrentes	5	23,81
A distância entre as unidades produtivas e o local onde se deu a reunião	3	14,29
Os consolidados e intermediários são mais interessados	5	23,81
A natureza do processo não excluiu ninguém, todos estavam representados	4	19,05
Esta é a distribuição natural dos diferentes tipos de agricultores no município	3	14,29
Faltou estimular maior participação dos agricultores de subsistência	1	4,76

Em relação às etapas dos planos onde houve participação destes agricultores (Tabela 7), 47,62% afirmaram que a participação se deu na etapa de elaboração dos planos, 14,29% responderam que esta se deu em todas as etapas e 14,29% na elaboração e acompanhamento.

Tabela 7 - Frequências das respostas obtidas nas entrevistas junto aos extensionistas da CATI, em relação à(s) fase(s) em que participaram os agricultores familiares

<b>Em quais etapas do plano se deu a participação dos agricultores familiares?</b>	<b>n.º</b>	<b>%</b>
Na elaboração	10	47,62
Todas as etapas	3	14,29
Elaboração e acompanhamento	3	14,29
Não declararam	5	23,81

A opinião geral dos extensionistas sobre o PRONAF no município (Tabela 8) foi de que o programa foi bom, em função dos seguintes aspectos: sobretudo porque motivou os agricultores; valorizou o técnico; fortaleceu a organização dos agricultores; transformou o município; trouxe uma nova estrutura de trabalho; e "chegou na hora certa com os recursos necessários".

TABELA 8 - Frequências das respostas obtidas na entrevista junto aos extensionistas da CATI, quanto à opinião pessoal sobre o PRONAF

<b>Qual a sua opinião sobre o PRONAF em seu município?</b>	<b>n.º</b>	<b>%</b>
Motivou os produtores	9	42,87
Valorização do técnico	1	4,76
Fortalecimento da organização dos produtores	1	4,76
Transformou município	1	4,76
Trouxe uma nova estrutura de trabalho	1	4,76
Chegou na hora certa com recursos	1	4,76
Não se declararam sobre a questão	7	33,33

As Tabelas 9 e 10 expressam as áreas beneficiadas com os recursos, indicam um avanço da acumulação capitalista no campo com nova mudança da base tecnológica da agricultura, agora não mais apenas no setor da produção mas também no processamento, beneficiamento e industrialização da produção verificada pela alta porcentagem de pleitos e recursos destinados nos planos para a diversificação de culturas correspondentes principalmente à introdução da fruticultura, do café, e da piscicultura; para a construção de viveiros de mudas; para a construção de barracões para embalagens, câmaras frigoríficas, instalações e equipamentos de agroindústrias, entre outros.

Pode-se concluir também que é mínima a preocupação com as infra-estruturas destinadas aos aspectos sociais do desenvolvimento, evidenciada apenas por uma pequena porcentagem de recursos e de pleitos destinados ao item associativismo.

TABELA 9 - Frequência de respostas encontradas nos planos às questões formuladas, relativas a informações empíricas, especificamente em relação às áreas beneficiadas com os recursos.

Áreas	Volume de recursos*	
	RS	%
Agroindústria/Beneficiamento/Comercialização	4.528.308	32,11
Diversificação de culturas	2.686.833	19,05
Conservação do solo	2.545.804	18,05
Difusão de tecnologia	2.278.842	16,16
Estradas	1.087.000	7,71
Construção de escolas	672.524	4,77
Associativismo	257.470	1,83
Eletrificação	45.000	0,32
<b>Total</b>	<b>14.101.781</b>	

\*Número de municípios considerados: 12; Período: 1997 a 2000

TABELA 10 - Especificação dos pleitos nos planos com recursos específicos do PRONAF

Pleito *	Valores	
	RS	%
Tratores	536.655,00	17,95
Implementos	331.669,00	11,09
Caminhões	495.880,00	16,58
Equipamentos p/ beneficiamento	191.391,00	6,40
Equipamentos p/ agroindústria	157.729,00	5,27
Material Pedagógico	5.080,00	0,17
Insumos	56.239,00	1,88
Construção	1.197.098,00	40,03
Mão de obra	8.000,00	0,27
Computadores	10.750,00	0,36
<b>total</b>	<b>2.990.491,00</b>	

\* N.º de municípios considerados: 22; Período: 1997

#### 4.2. Fundamentos Científicos

A primeira busca pelos fundamentos científicos dos planos consistiu em determinar sua lógica, a partir da frequência das principais informações contidas nos referidos planos (Tabela 11),

as quais serviram de referencial inicial para a construção do Esquema Paradigmático, instrumento utilizado para a análise dos fundamentos científicos neste estudo.

#### 4.2.1. Principais informações contidas nos planos

Os planos apresentaram uma estrutura lógica que segue os princípios do método científico tradicional, determinada pelas normas do PRONAF para elaboração dos PMDRs os quais eram acompanhados dos respectivos Planos de Trabalho, documentos utilizados para o controle da aplicação dos recursos pelos órgãos responsáveis. Pode-se observar, porém, que esta metodologia não foi utilizada em todos os planos, o que demonstra a dificuldade dos extensionistas locais de realizarem o planejamento científico, ainda que em sua forma mais tradicional. Observa-se também, na leitura dos documentos, a preocupação majoritária com os aspectos relativos aos projetos técnicos, as metas e os resultados, ficando as questões relativas à metodologia e aos aspectos de fundamentação teórica pouco esclarecidos nos PMDRs.

TABELA 11 - Frequência das principais informações contidas em 24 planos pesquisados, em relação à metodologia científica e principais fontes de consulta citadas.

Informações	N.º de Planos
Índice	13
Resumo executivo/Introdução	14
Levantamento da realidade do município - Histórico - dados sócio-econômicos	22
Diagnóstico	17
Metodologia do diagnóstico	2
Metodologia de elaboração do Plano	2
Soluções identificadas	17
Objetivo geral	7
Pleitos e recursos	6
Definição de Programas e projetos	8
Projetos - Justificativa/objetivos/metas	8
Relação dos participantes da elaboração do plano	8
Bibliografia/Fontes Consultadas	3
<b>Principais fontes de consulta</b>	Prefeitura Municipal Secretaria de Agricultura e Abastecimento/Casa da Agricultura Local Projeto Lupa IBGE.....DOCUMENTOS

Os dados da Tabela 11 serviram de base para a elaboração dos níveis técnico (Tabela 12) e metodológico (Tabela 13) do esquema paradigmático utilizado no estudo.

#### 4.2.2. Nível Técnico do Esquema Paradigmático

TABELA 12 - Abordagens metodológicas utilizadas nos planos versus técnicas de obtenção dos dados empregadas nos PMDRs

Abordagem	Técnica de coleta de dados	N.º	%
Empírico-analíticas	Quantitativos/descritivas das populações/técnicas bibliográficas, históricas	22	91,67%
Fenomenológico-hermenêuticas	Técnicas bibliográficas, históricas, pesquisa participante, entrevistas	2	8,33%

Os dados demonstram que, no nível técnico do Esquema Paradigmático, 91,67% dos planos se utilizaram de abordagens empírico-analíticas com técnicas de coleta de dados predominantemente quantitativas, onde a realidade é reduzida a categorias numéricas. Os fatos da realidade são transformados em "diagnóstico" pelo extensionista a partir de sua visão subjetiva, de seu "conhecimento prático da realidade" ou de dados empíricos obtidos das instituições oficiais, em sua grande maioria analisados fora de um contexto. Estes dados assim obtidos permitem um maior controle do técnico sobre o conselho de desenvolvimento rural e agricultores familiares, que na elaboração dos planos não necessitam manifestar-se, apenas priorizar os problemas apresentados pelo extensionista em forma de um diagnóstico pré-elaborado.

Observa-se porém uma tendência, em 8,33% dos planos, de mudança para as abordagens fenomenológico-hermenêuticas com a utilização de técnicas de construção de dados que permitem a inter-subjetividade e a manifestação dos agricultores na formulação dos dados, como no caso desta pesquisa com a utilização de técnicas de entrevistas abertas.

As abordagens crítico-dialéticas, caracterizadas pela utilização de técnicas historiográficas dentro da referência do materialismo histórico, não foram verificadas neste estudo.

#### 4.2.3. Nível Metodológico do Esquema Paradigmático

Neste nível, pela leitura dos planos (Tabela 13) observou-se que em 91,67% destes as abordagens empírico analítica foram utilizadas, que em apenas 8,33% dos planos, ficou evidenciada uma abordagem fenomenológico-hermenêutica e, mais uma vez, nenhuma abordagem crítico-dialética.

TABELA 13 - Abordagens metodológicas dos planos versus formas de aproximação do sujeito em relação ao objeto da pesquisa (dados obtidos pela leitura dos planos)

Abordagem	Frequência nos planos	
	n.º	%
Empírico-analítica	22	91,67
Fenomenológico-hermenêutica	2	8,33
Crítico-dialética	0	0,00

No sentido de aprofundar os fundamentos científicos dos planos em relação à metodologia, utilizou-se as informações extraídas das entrevistas junto aos extensionistas dos municípios (Tabela 14).

TABELA 14 - Frequências das respostas obtidas na entrevista junto aos extensionistas da CATI, em relação à metodologia utilizada na construção dos PMDRs do PRONAF no município (21 entrevistas)

Qual a metodologia utilizada na construção do plano?	n.º	%
ZOPP parcial	10	47,62
Nenhuma	4	19,05
ZOPP	2	9,52
Planejamento Estratégico Situacional (PES)	1	4,76
PES parcial	2	9,52
Reuniões	1	4,76
No gabinete	1	4,76

A análise do nível metodológico do Esquema Paradigmático a partir das entrevistas junto aos extensionistas, traduzida a partir da Tabela 14 e representada na Tabela 15 permite uma análise mais detalhada e indica que parte dos planos consistiu de abordagens empírico-analíticas, caracterizadas pela utilização do método experimental, cujas características consistem na observação dos fatos privilegiando a experiência, a análise de fenômenos semelhantes, constantes e regulares onde a respostas aos problemas são procuradas no objeto ou na "realidade" sem envolvimento do sujeito, do pesquisador ou do extensionista. Esta abordagem caracterizou-se nos planos pela postura do extensionista em realizar um "diagnóstico" da realidade utilizado como fonte de consulta os documentos elaborados pelos órgão estaduais e municipais e a partir de "seu conhecimento" desta realidade.

TABELA 15 - Abordagens metodológicas dos planos versus formas de aproximação do sujeito em relação ao objeto da pesquisa (dados obtidos a partir das entrevistas com 21 técnicos)

Abordagem	Frequência nos planos	
	n.º	%
Empírico-analítica	6	28,57
Fenomenológico-hermenêutica (11 parcialmente)	15	71,43
Crítico-dialética	0	0,00

Observa-se também a forte tendência (71,43%) de abordagens fenomenológico-hermenêuticas, caracterizadas por utilizarem-se como método o "estudo de caso" cujas características consistem na observação, privilegiando as intenções e representações individuais, no presente estudo representado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Para isto os extensionistas que efetuaram estas abordagens utilizaram a metodologia ZOPP. Esta metodologia de planejamento participativo tem como característica principal a busca do consenso e o diálogo.

Esta metodologia é útil para tratar de "problemas parciais", ou seja problemas menos complexos e menos interrelacionados. Porém, deficiente quando se trata de um planejamento que envolve questões de natureza política (MATUS, 1987 apud ARTMANN, 1993). ARTMANN (1993), em seu estudo do planejamento participativo na área de saúde em nível local considera o ZOPP pobre e falho, principalmente nos elementos de análise de viabilidade e, muitas vezes, é muito complexo para ser utilizado nestes níveis (problemas que pudemos comprovar também neste estudo ao realizar as entrevistas junto aos extensionistas dos municípios piloto do PRONAF). Além do ZOPP, outro método utilizado por um dos extensionistas entrevistados foi o Planejamento Estratégico Situacional (PES). Estes dois métodos foram comparados por Artmann.

ARTMANN (1993), analisando as similaridades e diferenças entre o PES e o ZOOP, afirma que, segundo Matus, idealizador do PES, os dois métodos possuem o mesmo enfoque.

A autora aponta que a primeira semelhança entre os dois métodos é a ênfase no trabalho em equipe onde não há a figura do planejador. Os métodos são úteis na sistematização, proporcionam a discussão em grupo e assim permitem uma visão mais ampla dos problemas e alternativas de soluções. Ambos possuem uma visão policêntrica no sentido de considerar outros atores envolvidos, seja potencialmente como aliado ou oponente. O ZOPP apresenta-se mais simplificado que o PES. Uma diferença fundamental diz respeito ao objetivo da análise: no ZOPP a análise tem em vista a escolha de alternativas de ação (opções) realistas, isto é, implica abandono de determinadas soluções e do plano em geral, caso as condições não sejam favoráveis; no PES, ao contrário, o objetivo é, não só verificar condições favoráveis ou desfavoráveis, como "lutar" por um cenário, transformar condições desfavoráveis em condições favoráveis.

Os extensionistas entrevistados declararam que, mesmo após o treinamento, não se sentiram aptos a desenvolver o método junto às comunidades, por vários motivos, como: a urgência de se entregar os planos para formalização dos convênios; a insegurança na condução do método, devido às suas características, consideradas complexas; o tempo reduzido do

treinamento; a dificuldade de motivar os agricultores para planejar por muito tempo; a utilização do método com agricultores analfabetos; a falta de supervisão; a falta de técnicos especialistas no momento adequado para a análise de viabilidade dos projetos solicitados e, por fim, a dissolução do grupo que inicialmente coordenava as ações de modo participativo e com elaboração de conceitos e métodos de ação.

Não se verificou a utilização nos planos de abordagens metodológicas crítico-dialéticas caracterizadas por utilizarem como método o materialismo histórico, cujas características consistem na observação da experiência ou dos fatos, situados historicamente e a análise do processo histórico, para entender as contradições e explicar a situação concreta atual como produto destas contradições.

#### 4.2.4. Elementos de Interpretação

Os elementos de interpretação obtidos a partir das leituras dos planos consistiram nas seguintes "palavras chaves" ou fenômenos sociais e educacionais privilegiados: desenvolvimento, participação, organização, sustentabilidade, educação, consciência e cidadania. Essas palavras-chaves ou fenômenos sociais e educacionais privilegiados nos discursos dos PMDRs dos municípios-piloto do PRONAF no Estado de São Paulo repetem as "palavras-chaves" ou fenômenos sociais e educacionais do discurso atual da maioria das pesquisas e textos que se propõem a atuar de acordo com o modelo de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com a finalidade de cada uma destas "palavras-chaves", estas foram classificadas como empírico-analíticas, fenomenológico-hermenêuticas ou crítico-dialéticas, a partir dos estudos de RODRIGUES (1997), de PINHEIRO et al (1997) e da literatura especializada consultada, elaborando-se assim uma tipificação (Quadro 7) que serviu de base para construção do Nível Teórico do Esquema Paradigmático (Tabela 16).

Quadro 7 - Tipificação proposta para as palavras-chaves encontradas nos planos, em relação às abordagens metodológicas utilizadas.

Palavras-chaves	Abordagens metodológicas	Finalidades
<b>Desenvolvimento</b>	Empírico Analítica	Econômica (o desenvolvimento social é consequência): busca aumento de produtividade e renda; teoria da modernização conservadora; privilegia o trabalho e a técnica. O homem é concebido principalmente relacionado com funções em que assume papéis.
	Fenomenológico- Hermenêutica	Econômico e social: busca produtividade com distribuição da renda e equidade - Teoria de sistemas. Privilegia o diálogo e o consenso para preservar o sistema com mais justiça e equidade. Visão humanista do homem, liberdade, igualdade de direitos, capaz de determinar sua própria história (se auto constrói e constrói o mundo).
	Crítico-Dialética	Social/econômica: busca a emancipação do homem como sujeito transformador da realidade. Teoria Marxista e teoria crítica Privilegia a crítica e o poder. O homem embora histórica e socialmente determinado é capaz de tomar consciência de seu papel histórico, educar-se pelas ações políticas e libertar-se através da prática revolucionária.
<b>Participação</b>	Empírico- Analítica	<b>As pessoas participam:</b> Sendo informadas do que vai acontecer ou já aconteceu. É uma decisão unilateral sem qualquer tipo de consulta ou diálogo
		Respondendo perguntas formuladas através de questionários fechados. Os métodos não são discutidos e não há retorno dos dados ou de resultados.
		Sendo consultadas por agentes externos, os quais definem problemas e propõem soluções com base na consulta, mas sem dividir a tomada de decisão.
		Fornecendo recursos como mão de obra e terra em troca de dinheiro, equipamentos, sementes ou outra forma de incentivo. A maioria dos experimentos em propriedades e projetos agrícolas se encaixa neste tipo. Quando a ajuda é retirada, o entusiasmo logo termina.
Fenomenológico- hermenêutica	Formando grupos para atender objetivos predeterminados de projetos definidos por agentes externos. Estes grupos em geral dependem dos facilitadores mas às vezes se tornam independentes.	
Crítico-dialéticas	de forma cooperativa, interagindo via planos de ação e análise conjunta, os quais podem dar origem à novas organizações ou reforçar as já existentes. Estes grupos têm controle sobre as decisões locais: ênfase é dada em processos interdisciplinares e sistemas de aprendizado envolvendo múltiplas perspectivas. Tomando iniciativas para mudar os sistemas independentemente de instituições externas. O resultado dessa ação coletiva pode ou não mudar uma ação social indesejável (distribuição desigual de renda e poder).	

Quadro 7 - continuação

<b>Palavras-chaves</b>	<b>Abordagens metodológicas</b>	<b>Finalidades</b>
<b>Organização</b>	Empírico-Analítica	as pessoas se organizam com determinada finalidade, como receber recursos.
	Fenomenológico-hermenêutica	as pessoas se organizam a fim de se inserir no sistema
	Crítico Dialética	as pessoas se organizam no sentido de transformar o sistema
<b>Tecnologia</b>	Empírico-Analítica	Papel finalístico, finalidade econômica; busca modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho;
	Fenomenológico-hermenêutica	Finalidade econômica e social; adaptada às condições do sistema para mantê-lo em equilíbrio; papel apenas subjacente, instrumento para melhorar as condições de vida da família rural.
	Crítico-Dialético	Finalidade Social econômica; essencial mas dentro de padrões de equilíbrio social energético e ecológico; busca servir aos interesses dos homens na construção de seu processo histórico.
<b>Sustentabilidade</b>	Empírico-analítica	Finalidade econômica; capacidade de se sustentar economicamente, competir no mercado globalizado..
	Fenomenológico-hermenêutica	Capacidade de se sustentar economicamente e preservar o sistema econômico, social e ambiental.
	Crítico-Dialética	Capacidade de percepção crítica e autogestão.
<b>Educação</b>	Empírico-Analítica	Reprodução do sistema; manutenção das forças no poder; difusão de conhecimentos técnicos para competir; sucesso (ascensão de classe social).
	Fenomenológico-hermenêutica	Compreensão da realidade em relação ao sistema; construção do conhecimento pelo diálogo; propostas de mudanças adaptativas.
	Crítico- Dialética	Construção do conhecimento crítico e transformador, emancipador.
<b>Consciência</b>	Empírico-Analítica	Pensar de acordo com o paradigma vigente
	Fenomenológico-hermenêutica	Percepção do sistema e seu papel para manter-se nele e mantê-lo em equilíbrio; percepção da necessidade de promover reformas no sistema preservando a cultura e a natureza; percepção de si como sujeito livre.
	Crítico-Dialética	Percepção e prática do seu papel histórico - reflexão/ação-transformadora- .percepção de si como sujeito coletivo, produto de uma construção social.
<b>Cidadania</b>	Empírico-Analítica	Usufruir dos benefícios do sistema como trabalho, técnica, sobrevivência e reprodução da classe, lazer, votar. Cumprir seu dever e manter o sistema cada um em sua classe.
	Fenomenológico-hermenêutica	Exercitar seu direitos de liberdade em relação ao próprio sistema, respeito às diferenças e individualidades; equidade.
	Crítico- Dialética	Acesso ao conhecimento crítico. Exercício de ações transformadoras e emancipadoras.

#### 4.2.5. Nível Teórico do Esquema Paradigmático

A análise do nível teórico do Esquema Paradigmático (Tabela 16) a partir da tipificação proposta (Quadro 7), de acordo com as finalidades encontradas nos planos para as "palavras-chaves", demonstrou que estas caracterizam fortemente a utilização de abordagens empírico-analíticas. Pode-se destacar as "palavras-chaves": educação, consciência e cidadania com 100% de suas finalidades caracterizando abordagens empírico-analíticas, seguidas das palavras tecnologia e desenvolvimento, respectivamente com 92,8% e 85% de sua finalidades caracterizando utilização de abordagens empírico-analíticas.

Pode-se observar ainda que a "palavra-chave" sustentabilidade, apresenta-se como a única em que a concepção de abordagem fenomenológico-hermenêutica (60%), supera a concepção de abordagem empírico-analítica (40%) o que indica em nosso entendimento que o termo além de se apresentar como "modismo" nos discursos atuais como os demais da tabela, vem demonstrar a concepção de sustentabilidade que permeia os referidos discursos, os quais passam a ser incorporados aos discursos dos extensionistas, dos conselhos municipais de desenvolvimento rural e dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural.

TABELA 16 - Nível Teórico do Esquema Paradigmático - Abordagens metodológicas utilizadas versus frequência com que ocorreram nos planos as palavras-chaves

Palavras-chaves	Abordagens metodológicas	Frequência	
		n.º *	%
<i>Desenvolvimento</i>	Empírico analítica	17	85
	Fenomenológico-hermenêutica	3	15
<i>Participação</i>	Empírico analítica	10	77
	Fenomenológico-hermenêutica	3	23
<i>Organização</i>	Empírico Analítica	12	75
	Fenomenológico-hermenêutica	4	25
<i>Tecnologia</i>	Empírico Analítica	13	92,8
	Fenomenológico-hermenêutica	1	7,2
<i>Sustentabilidade</i>	Empírico analítica	2	40
	Fenomenológico-hermenêutica	3	60
<i>Educação</i>	Empírico Analítica	3	100
	Fenomenológico-hermenêutica	0	0
<i>Consciência</i>	Empírico Analítica	2	100
	Fenomenológico-hermenêutica	0	0
<i>Cidadania</i>	Empírico Analítica	1	100
	Fenomenológico-hermenêutica	0	0

\* Numero de vezes que cada palavra-chave ocorreu em áreas estratégicas dos planos

Em seguida, a análise do nível teórico do Esquema Paradigmático a partir da distribuição geral das palavras-chaves analisadas isoladamente anteriormente e representadas na Tabela 17, em relação às abordagens metodológicas utilizadas, mostra que, em sua grande maioria (81,08%) consistiu de abordagens empírico-analíticas, caracterizadas por privilegiar como fenômenos a técnica e a informação, de apresentar como interesse do conhecimento, o interesse técnico de controle e como tipo de mudança proposta, a "melhoria" do sistema pela sua melhor eficiência e eficácia, ou seja, a manutenção do paradigma da modernização conservadora.

Verifica-se porém uma tendência de abordagens fenomenológico-hermenêuticas, caracterizadas por: privilegiar os fenômenos da linguagem e da interpretação; ter como interesse do conhecimento o diálogo e o consenso; e como tipo de mudança proposta, reformas para equilíbrio do sistema.

Não se verificou abordagens do tipo crítico-dialéticas, as quais privilegiam como fenômenos: o poder, a emancipação e a crítica; como interesse do conhecimento, o interesse crítico emancipador; e a transformação ou revolução do sistema como tipo de mudança proposta

TABELA 17 - Distribuição geral das abordagens nos PMDRs no nível teórico

Abordagens	Frequência	
	n.º	%
Empírico/analíticas	60	81,08
Fenomenológico-hermenêutica	14	18,92
Crítico/dialéticas	0	0
Total	74	100

Com essa apresentação dos resultados obtidos a partir do níveis técnico, teórico e metodológico do Esquema Paradigmático, caracterizou-se a lógica científica existente nos PMDRs estudados, de acordo com o referencial teórico proposto nesta pesquisa, concluindo assim, o processo interpretativo ou hermenêutico relativo ao aspecto científico dos planos. Como pode-se observar, em todos os níveis não se constatou a presença de abordagens do tipo crítico-dialéticas.

Consideramos que isto se deve (conforme evidenciado na pesquisa junto aos documentos históricos do PRONAF no Estado de São Paulo (ANEXO 6) e na pesquisa juntos aos representantes dos atores sociais envolvidos com a construção do PRONAF em nível estadual (ANEXO 7)) em primeiro lugar, à formação inicial dos extensionistas dos municípios-pilotos cujo conteúdo básico consistiu no estudo do Documento Oficial do PRONAF e na elaboração dos PMDRs a partir da Metodologia ZOPP de planejamento participativo sem incluir nesta formação uma discussão aprofundada sobre metodologia da pesquisa com seus pressupostos epistemológicos e filosóficos e suas implicações ideológicas e políticas e a partir desta discussão e de seu desdobramento com os Conselhos de Municipais de Desenvolvimento Rural e agricultores familiares elaborarem as concepções sobre as principais categorias de análise da produção do conhecimento e do PRONAF. Se deve em segundo lugar, à interrupção do processo inicial de gestão social do PRONAF no Estado de São Paulo, a partir da dissolução das equipes interdisciplinares, as quais buscavam alcançar os meios de se construir o programa no Estado a partir de uma concepção crítico-dialética.

Em seguida apresentamos a lógica filosófica dos referidos planos, a partir da construção dos últimos níveis do Esquema Paradigmático, os quais explicam os níveis anteriores e se referem às motivações, interesses e valores implícitos que orientam e comandam o processo de produção do conhecimento nos planos uma vez que:

*"O resgate das dimensões epistemológicas e filosóficas e dos pressupostos gnosiológicos e ontológicos nos permite reconstituir os interesses cognitivos que, não obstante difusos entre as múltiplas determinações do complexo exercício de fazer ciência, se encontram presentes como eixos centrais que conduzem e orientam o processo"* (SÁNCHEZ GAMBOA, 1998, p. 116).

A partir dos resultados encontrados anteriormente nos níveis técnico, metodológico e teórico do processo de produção do conhecimento nos PMDRs inferimos o nível epistemológico,

os pressupostos gnosiológicos e os pressupostos ontológicos, apresentados nos tópicos seguintes, a fim de recuperar o nexo entre os elementos filosóficos e os elementos científicos utilizados nos planos.

#### 4.4. Nível Epistemológico

O predomínio de abordagens empírico-analíticas nos níveis técnicos, metodológicos e teóricos na produção dos planos caracteriza um nível epistemológico com uma concepção de causalidade baseada numa relação causa/efeito ou estímulo/resposta e uma concepção de ciência como invenção ou inovação; esta concepção é a mesma do modelo de modernização conservadora que o PRONAF se propõe a mudar.

A tendência de mudanças para uma abordagem fenomenológico-hermenêutica nos planos indica uma mudança para um nível epistemológico onde a concepção de causalidade é caracterizada por uma relação meio/fim, fenômeno e essência e uma concepção de ciência como compreensão de sentidos ou como processo de desvendar mecanismos ocultos. Daí a utilização de metodologias participativas nos planos que seguem esta tendência.

#### 4.5. Nível Filosófico

##### 4.5.1. Pressupostos Gnosiológicos

As abordagens empírico-analíticas encontradas na maioria dos planos indicam pressupostos gnosiológicos, ou seja, pressupostos relativos à produção do conhecimento filosófico, caracterizados por uma busca do conhecimento ou da verdade no objeto ou no fato pesquisado, onde o processo do conhecimento é concebido como uma descoberta, a qual é relatada posteriormente com pretensão de atingir a objetividade. Isto justifica a postura do extensionista em buscar na realidade objetiva o diagnóstico e a solução para os problemas e depois

anunciar sua "descoberta" para os agricultores apenas para estes referendarem seu conhecimento especializado e sua autoridade.

Nos planos que se utilizaram de abordagens fenomenológico-hermenêuticas os pressupostos gnosiológicos se caracterizaram pela busca do conhecimento ou da verdade no sujeito, ou seja, nos agricultores representados no conselho municipal de desenvolvimento rural a partir de seu entendimento da realidade ou do objeto de estudo; pela concepção do conhecimento como uma descoberta a partir da interpretação dos sujeitos envolvidos na pesquisa e pela pretensão de alcançar um conhecimento subjetivo onde a verdade é sempre relativa àquele sujeito ou àquela comunidade que participa do processo de produção do conhecimento.

#### 4.5.2. Pressupostos Ontológicos

Os pressupostos ontológicos representam os valores máximos que determinam todo o processo de produção do conhecimento, dizem respeito às concepções de realidade e de homem do sujeito que produz este conhecimento.

Nas abordagens empírico-analíticas que representaram a grande maioria das abordagens para a construção dos planos de desenvolvimento municipais nos municípios piloto do estado de São Paulo na concepção da realidade há uma primazia da realidade sobre o espírito. Esta realidade é vista como um sistema regido por leis, que tende ao equilíbrio e ao repouso, cabendo ao homem descobrir estas leis de seu funcionamento. O homem nessas abordagens é visto como um sujeito passivo, produto do sistema.

Nas abordagens fenomenológico-hermenêuticas encontradas nos planos a realidade é vista da mesma maneira que na abordagem empírico analítica. A diferença é que enquanto na visão anterior o homem deve viver para o sistema, nesta última o homem é visto como um sujeito ativo e centro do processo, capaz transformar esta realidade.

Em relação à classificação de RODRIGUES (1997) para a caracterização dos modelos de Extensão Rural no Brasil, e à classificação proposta nesta pesquisa para o modelo ou o paradigma científico de atuação da Extensão Rural na produção dos PMDRs nos municípios-pilotos do PRONAF no Estado de São Paulo, apresenta-se a seguir uma comparação entre as duas classificações (Quadro 8), com a finalidade de permitir a análise da presente pesquisa a partir do referencial teórico de RODRIGUES e, ao contrário, a partir do referencial teórico desta pesquisa, permitir a análise do trabalho de RODRIGUES (1997).

Quadro 8 - Comparação dos modelos de extensão rural de acordo com a classificação de Rodrigues e de acordo com a classificação de Habermas

<b>Classificação de RODRIGUES</b>	<b>Classificação de Habermas</b>
Difusionismo produtivista	Empírico-analítico
Humanismo assistencialista	Fenomenológico-hermenêutico
Humanismo Crítico	Crítico-dialética

Assim, analisando os resultados deste estudo a partir do referencial teórico de RODRIGUES (1997), e procurando caracterizar o modelo de Extensão Rural desenvolvido pela extensão rural pública em nível do Estado de São Paulo, no período correspondente a este estudo (1995-2000) tendo o PRONAF com instrumento de implantação deste modelo ou paradigma, classificou-se como difusionismo mercantilista.

Quadro 9 - Caracterização sumária dos períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil (1948-1989) e no Estado de São Paulo (1995-2000)

Especificação	Humanismo Assistencialista	Difusionismo Produtivista	Humanismo Crítico	Difusionismo Mercantilista
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989	1995-2000
Público Preferencial	Pequenos Agricultores	Grandes e médios Agricultores	Pequenos e médios Agricultores	Agricultores familiares
Unidade de trabalho	Família Rural	Produtor Rural	Família Rural	Produtor/Família Rural
Orientação pedagógica	"Ensinar a fazer fazendo"	Difusionista	Dialógica problematizadora	Difusionista
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais	Elaborador de projetos, indutor de mudanças/reformas
Tipo de Planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular	Participativo funcional
Papel da tecnologia	Apenas subjacente: instrumento para melhorar as condições de vida da família rural	Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social	Finalística: modernizar o processo de comercialização para o mercado globalizante
Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado: cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não)	Orientado: voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital	Orientado: voltado preferencialmente para viabilizar "tecnologias apropriadas"	Orientado: voltado para o beneficiamento e industrialização dos produtos.
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais	Não se preocupa com este tipo de ação	Estimula a organização e o associativismo rural autônomos	Estimula a organização para o mercado globalizado

Após a construção da lógica da produção do conhecimento nos PMDRs dos municípios piloto do PRONAF no Estado de São Paulo, da discussão dos resultados e da comparação do modelo interpretativo da Extensão Rural de RODRIGUES (1997) e o modelo interpretativo de Habermas utilizado nesta pesquisa, e de apresentar uma proposta de classificação do modelo de extensão rural efetivado pela extensão rural pública no Estado de São Paulo sob a ótica de RODRIGUES (1997), apresenta-se em seguida os resultados e discussões das informações obtidas na recuperação da história do PRONAF, junto aos documentos históricos e junto aos representantes dos atores sociais que participaram da construção do PRONAF no âmbito estadual.

#### 4.6. A Recuperação da História - Buscando a Relação da Parte com o Todo

O contexto do nosso objeto particular, ou seja, a produção do conhecimento dos planos municipais de desenvolvimento rural do Estado de São Paulo envolve as condições de produção desses planos, a organização, a estrutura e funcionamento desses planos, sua formação histórica, sua evolução nas políticas de desenvolvimento rural, especificamente do PRONAF em nível nacional, estadual e municipal.

Nesse sentido a recuperação dessas condições é prioritária antes de apresentar as conclusões dessa pesquisa. A recuperação da história foi realizada em duas partes: a primeira obtida pela leitura dos documentos históricos (ANEXO 6) e a segunda obtida por meio de entrevistas realizadas com os representantes dos atores sociais que participaram do processo de construção do PRONAF no Estado (ANEXO 7).

##### 4.6.1. Da análise dos Documentos Históricos do PRONAF

Após a análise dos documentos históricos (ANEXO 6), verificou-se que o processo de construção do PRONAF no Estado de São Paulo apresentou três fases distintas: a primeira fase, durante o ano de 1996, caracterizada pela presença das Secretarias Executivas Provisórias, coordenadas no primeiro semestre pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI e no segundo semestre pela Coordenadoria Sócio-Econômica - CSE da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Esta fase se caracterizou pela busca da construção do PRONAF, de acordo com os princípios filosóficos propostos em seu discurso, ou seja, pelo princípio da gestão social tanto em nível estadual, pela presença das diversas organizações sociais ligadas ao desenvolvimento rural e ao segmento da agricultura familiar, como universidades, organizações dos agricultores, instituições financeiras e organizações não governamentais (ONGs), quanto em nível regional e local.

A segunda fase, durante os anos de 1997/1998 e 1999, caracterizada pela efetivação da Secretaria Executiva Estadual do PRONAF e pela oficialização dos convênios com as Prefeituras e liberação dos recursos e execução dos Pleitos dos PMDRs. Esta fase se caracterizou pelo acompanhamento do PRONAF por um representante da secretaria executiva estadual, um representante da CATI e outro da Delegacia Federal de Agricultura (DFA); ainda, pela substituição dos PMDRs pelos Planos de Trabalhos como instrumentos de acompanhamento e avaliação das metas relativas aos pleitos aos recursos liberados, isto significou no acompanhamento quase que reduzido a simples verificação das metas físicas dos planos em detrimento de seus aspectos filosóficos. Caracteriza-se ainda pelo abandono do processo participativo na gestão estadual do PRONAF e o abandono das metodologias propostas inicialmente para a gestão social do programa (apesar das tentativas do Centro de Treinamento da CATI/CETATE, durante os anos de 1997 e 1998 em dar continuidade às propostas elaboradas pelas equipes anteriores).

A terceira fase do PRONAF no Estado de São Paulo iniciou-se no primeiro semestre de 2000 e caracteriza-se pelo retorno da operacionalização do PRONAF na CATI pela Divisão de Extensão Rural - DEXTRU; pela retomada do processo participativo na operacionalização dos recursos destinados à CATI; pela retomada da discussão, junto aos técnicos da CATI do componente filosófico do PRONAF, principalmente no conteúdo dos cursos de treinamento e desenvolvimento para cerca de duzentos extensionistas locais ligados ao programa. Em um destes cursos, discutiu-se os aspectos da produção do conhecimento no planejamento em extensão rural e os fundamentos teórico metodológicos da presente pesquisa. Na ocasião o Esquema Paradigmático foi apresentado e utilizado pelos extensionistas para uma análise epistemológica comparativa do paradigma da modernização conservadora e o paradigma do desenvolvimento sustentável proposto pelo PRONAF, ilustrado no Quadro 10.

Quadro 10 - Resultados das discussões de um grupo\* utilizando o Esquema Paradigmático para análise dos paradigmas da "revolução verde" (outra denominação relacionada ao modelo de modernização conservadora) e do desenvolvimento sustentável.

Elementos	Modelo da revolução verde		Modelo do desenvolvimento sustentável	
	Características	Abordagem	Características	Abordagem
Realidade	Objetiva	Analítica	Objetiva/subjetiva	Crítica
Homem	Dependente	Analítica	Transformador	Crítica
Educação	Ter/Fazer	Analítica	Conscientizar/ Transformar	Crítica
História	Comparar fatos	Analítica	Choque de contrários	Crítica
Local do conhecimento	Objeto	Analítica	Sujeito/objeto	Crítica
Processo do conhecimento	Descoberta	Analítica	Construção	Crítica
Concepção de causalidade	Causa/Efeito	Analítica	Interrelação todo/partes	Crítica
Concepção de ciência	Descoberta de novas formas	Analítica	Análise crítica da realidade	Crítica
Fenômenos sociais privilegiados	Técnica e informação	Analítica	Linguagem, consenso e interpretação	Fenomenológica
Interesse do conhecimento	Técnico de controle	Analítica	Consenso	Fenomenológica
Tipo de mudança proposta	Melhoria do sistema	Analítica	Reformas no sistema	Fenomenológica
Método utilizado	Experimental	Analítica	Estudo de caso	Fenomenológica
Características do método	Privilegia a experiência objetiva	Analítica	Privilegia os sentidos. Subjetivo	Fenomenológica
Técnicas de coleta de informação	Quantitativas/ Descritivas	Analítica	Pesquisa participante	Fenomenológica
Organização e tratamento dos dados	Técnicas estatísticas	Analítica	Análise de conteúdo	Fenomenológica

\* Trabalho em grupo realizado durante o Curso de Metodologia da pesquisa para o Planejamento em Extensão Rural - CETATE/CATI, junho de 2000.

Na análise dos resultados encontrados por um dos grupos, questionados porque o Esquema Paradigmático no modelo de revolução verde apresentou uniformidade em todos os níveis do modelo com a utilização de abordagens empírico-analíticas e, no modelo de desenvolvimento proposto pelo modelo de desenvolvimento sustentável, estas abordagens se apresentavam em determinado nível como empírico-analíticas e em outros como fenomenológico-

hermenêuticas, o grupo entendeu que o fato se devia a que o modelo de revolução verde foi imposto num momento de governo militar em que a filosofia do modelo, os métodos e as técnicas estavam bem definidas e havia vontade e poder político para implantá-lo; quanto ao modelo de desenvolvimento sustentável ou participativo ainda não há uma vontade e força política hegemônica para construí-lo, além de haver dificuldades de construí-lo, inerentes à sua própria natureza. Este fato mostra que o Esquema Paradigmático proporcionou aos extensionistas participantes do curso uma reflexão filosófica e crítica do processo de produção de conhecimento, contribuindo para maior percepção do seu papel no novo paradigma de extensão rural na elaboração de projetos participativos com as comunidades e das implicações existentes com a escolha de determinadas técnicas ou métodos de trabalho. Algumas reflexões dos participantes como: *"depois de quase vinte cinco anos trabalhando em extensão rural, agora percebi que quem deve modificar a visão de mundo sou eu e não a organização"*, *"o modelo participativo que está se tentando implantar ainda não é o crítico-dialético"*, *"este processo de discussão é complicado porém necessário para a formação do extensionista"*, *"cada comunidade deve escolher o seu modelo de desenvolvimento"* demonstram a pertinência da reflexão epistemológica nos cursos de planejamento em extensão rural.

Este breve histórico apresentado permite compreender que a tendência de mudança do enfoque empírico analítico para o enfoque fenomenológico-hermenêutico deve-se, principalmente, ao processo inicial de construção do PRONAF, correspondente à gestão do programa pelas secretarias executivas provisórias com a escolha da metodologia ZOPP para a construção dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural nos municípios piloto do PRONAF em São Paulo. Esta metodologia de planejamento participativo tem como característica principal a busca do consenso e o diálogo.

Como vimos anteriormente, esta metodologia é útil para tratar de "problemas parciais", ou seja, problemas menos complexos e menos interrelacionados, porém deficiente quando se trata de um planejamento que envolve questões de natureza política; ARTMANN (1993), faz uma crítica, a qual chama de "crítica de fundo" ao paradigma da consciência que envolve tanto o ZOPP quanto o Planejamento Estratégico Situacional (PES). Esta crítica é realizada a partir do contraste com o paradigma comunicativo de Habermas, autor que Artmann, com a qual concordamos, acredita poder apontar saídas promissoras a impasses teóricos, não só do planejamento mas da crise atualmente encontrada na modernidade.

O histórico obtido junto às informações dos documentos históricos permite ainda compreender que a natureza das dificuldades encontradas para o desenvolvimento do PRONAF no Estado de São Paulo tem como elementos importantes a falta de uma vontade política mais forte e a fragilidade ainda das forças democráticas de se estabelecer o programa de acordo com um processo de gestão social.

Após a análise das informações obtidas pela leitura dos documentos históricos, com a finalidade de "dar vida" a esta história, de minimizar a interpretação subjetiva do autor e para uma melhor compreensão, analisamos a seguir as informações obtidas pelas entrevistas realizadas com os representantes dos atores sociais que participaram da construção do PRONAF em nível de gestão estadual.

#### 4.6.2. A História vista pelos representantes dos atores sociais

Da análise das entrevistas realizadas com os representantes dos atores sociais que participaram da construção do PRONAF no Estado São Paulo.

Os depoimentos desses representantes (ANEXO 7), permitem verificar as contradições que caracterizaram a construção do PRONAF no Estado de São Paulo, seja entre as forças

democráticas como no processo inicial, caracterizado pela presença das secretarias executivas provisórias e da dificuldade de exercerem a interdisciplinaridade, principalmente entre a pesquisa e extensão oficiais do Estado, representadas pela CATI e pela Coordenadoria Socioeconômica (CSE); seja com o predomínio das forças tradicionais, como na fase correspondente aos anos de 1997 a 1999 e na atualidade, com a tentativa de retomada do processo democrático, a partir do nível operacional do programa. Torna-se possível ainda verificar as contradições entre a necessidade de recursos a nível local e as exigências impostas pelos agentes financeiros, fontes liberadoras desses recursos em nível federal. Torna-se possível perceber contradições entre o discurso oficial de gestão social e a dissolução das equipes interdisciplinares que instrumentalizavam a gestão social no seu ano inicial.

Na visão dos diferentes representantes dos atores sociais entrevistados, o momento inicial foi muito rico para todos, apesar das contradições do processo interdisciplinar, pois elaboraram-se conceitos, desenvolveu-se um método e uma filosofia de trabalho para a elaboração dos PMDRs, foram capacitados os diversos representantes envolvidos a partir do primeiro ano. As críticas nos depoimentos se referem ao término do processo participativo e da gestão social em nível estadual. Na análise geral, porém, considerou-se, como na entrevista junto aos extensionistas municipais, que o PRONAF traz uma nova visão para o desenvolvimento rural no Estado de São Paulo.

## CONCLUSÕES

O estudo aqui apresentado, apesar de suas limitações, permite-nos destacar alguns resultados importantes e fazer algumas sugestões dentro da atual problemática da avaliação e construção dos PMDRs do PRONAF e de outros que apresentem como pressuposto o princípio da gestão social para a produção do conhecimento.

Em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo, o estudo mostra que este promove ainda, marcadamente, um modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico, caracterizado pela introdução de uma nova base tecnológica de acumulação capitalista, agora não mais apenas no setor da produção, mas também e principalmente no beneficiamento e agregação de valores à produção

A gestão social, apesar de considerada no discurso como eixo principal do programa, mostrou, apesar das tendências de mudanças de abordagem apresentadas nos planos, que ainda é difícil de se praticar no Estado de São Paulo. Este fato pode-se comprovar pela dissolução das equipes interdisciplinares que vinham construindo o processo de gestão social do PRONAF em nível estadual, pelas dificuldades apontadas pelos extensionistas em relação às interferências dos prefeitos municipais e à formação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural atuante, pela discriminação em relação aos agricultores familiares, denominados inicialmente pelo programa de periféricos, o que já denotava o preconceito em relação a esta categoria.

A participação organizada da população rural através das abordagens metodológicas fenomenológico-hermenêuticas utilizadas para a elaboração dos PMDRs apresentou-se mais como um instrumento consultivo ou de diálogo para lograr uma maior eficiência das medidas oficiais de política agrária, voltada para a inserção do agricultor familiar na economia de mercado.

Por fim, sugerimos que se o PRONAF pretende, como apresenta em seu discurso, construir um projeto em um novo paradigma de desenvolvimento rural, "sem os vícios do passado", de natureza econômica e social, tendo como protagonista o homem, ou seja, o agricultor familiar dentro dos princípios da gestão social, que sejam revistas as concepções das seguintes categorias: construção social do conhecimento; diagnóstico da realidade; sujeito histórico e social. Entendemos que para que se efetive o protagonismo do agricultor familiar e a gestão social estas três categorias de análise não podem ser concebidas sob a ótica de uma abordagem empírico-analítica ou positivista como se apresentaram na maioria dos planos ou ainda sob a ótica de uma abordagem fenomenológico-hermenêutica representada pela tendência de mudança nos PMDRs e sim sob uma concepção crítico-dialética na qual o protagonismo e a gestão social se efetivam com a consciência de todos os atores sociais envolvidos.

Em relação ao estudo utilizado na pesquisa, conclui-se que esta experiência de pesquisa epistemológica, embora limitada à produção do conhecimento nos PMDRs dos municípios pilotos do PRONAF no Estado de São Paulo e submetida às restrições próprias de um trabalho inicial, pode contribuir na acumulação e sistematização de conhecimentos sobre a epistemologia da pesquisa em Extensão Rural e sobre as tendências metodológicas e pode sugerir, ainda, a necessidade de novos estudos sobre a produção científica do conhecimento em Extensão Rural, relacionados a programas de desenvolvimento de comunidades fundamentados no princípio da gestão social.

Em relação ao modelo científico característico da Extensão Rural neste estudo o qual denominamos "difusionismo mercantilista" e à produção do conhecimento científico pela Extensão Rural nos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, constatou-se a repetição de temas, de referenciais teóricos, a presença de modismos, de formalismos e de ritualismos metodológicos e constatarem-se ainda incoerências epistemológicas que comprometem a qualidade dos planos e a

validade do conhecimento apresentado. Tal quadro só será modificado quando as organizações de Extensão Rural Oficiais (e as próprias políticas governamentais) assumirem processos de autocrítica das condições, dos resultados e das orientações da sua própria produção. Estudos semelhantes aos aqui registrados poderão contribuir para a avaliação crítica dessa trajetória e, conseqüentemente, potencializar o "salto qualitativo" que o planejamento em Extensão Rural precisa para contribuir na elaboração de planos municipais de desenvolvimento rural.

Planos com maior solidez científica e qualitativamente mais significativos são necessários para a produção do conhecimento, exigidos na solução dos graves problemas sociais e educacionais no meio rural que desafiam pesquisadores da área e "extensionistas".

Não é possível transformar uma realidade sem conhecê-la profundamente e esse conhecimento não é possível sem o rigor da pesquisa. A abrangência e a profundidade da transformação dessa realidade junto às comunidades, representadas pelo Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, podem depender da qualidade da pesquisa e da validade dos conhecimentos por ela produzidos. Assim, na formação do extensionista para o desempenho de seu novo papel de produzir conhecimento junto com as comunidades, deve-se incluir uma discussão profunda e crítica sobre os pressupostos epistemológicos e filosóficos e as implicações ideológicas e políticas do trabalho científico.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *"Comentários e recomendações dos consultores"*. In: Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar. Brasília: PNUD, 1997, 222p.
- ABRAMOVAY, R, VICENTE, M. C. M. B, CELMA S. L et al. *Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 25, n.2 e 3, p.142-177, mai./dez. 1995.
- ARTMANN, E. *O Planejamento Estratégico Situacional: A Trilogia Matusiana e uma Proposta para o Nível Local de Saúde (uma abordagem comunicativa)*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1993. 222p. Tese (mestrado em Saúde Pública) - Instituto Oswaldo Cruz, 1993.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 225p.
- BELIK, W. PRONAF: *Avaliação da operacionalização do programa*. Campinas: Unicamp, 1999, 37p, (mimeo).
- BERGAMASCO, S. M. P. P. *Agricultura e assistência técnica no Estado de São Paulo*. Botucatu: FCA/UNESP, 1983. 286p. Tese (concurso de livre docência). F. C. A. do Campus de Botucatu, UNESP, 1983.
- BORDENAVE, J. D. *O que é comunicação rural ?* São Paulo: Ed. Brasiliense (Coleção Primeiros Passos-101 2ed), 1985, 104p.
- CARDOSO, J. L. *Analyse de L'Evolution du Crédit Agricole au Brésil*. Montpellier: Université de Montpellier I, 1980, 316p. Tese ("doctorat en Economie Rurale"): Faculte de Droit et des Sciences Economiques de Montpellier, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Distribuição dos Financiamentos Relativos ao Crédito Rural no Brasil: uma análise dos dados estatísticos de 1979 a 1983*. Jaboticabal: FCAJ/UNESP, 1985, 33p.
- CARMO, M. S. *Reestruturação do sistema agroalimentar no Brasil: a diversificação da demanda e a flexibilidade da oferta*. Campinas: UNICAMP, 1994, 296p. Tese (doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Univ. Estadual de Campinas, 1994.
- CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio e Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2.ed., 1991, 430p.
- CARVALHO, Y. M. C., KHUN, V. L. B. *Agricultura familiar no de Estado de São Paulo, política e condições econômicas*. Informações econômicas, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v.29, n.8. p.15-51, ago. 1999.

- CONTAG/FASER, *Agricultura Familiar e Extensão Rural em Debate*. Documento Nacional. Brasília, Setembro de 1995, 18p.
- DEXTRU. Relatório. *Caracterização dos municípios de agricultura familiar do Estado de São Paulo*. Campinas: SAA/CATI/DEXTRU, 1996.
- FAO/INCRA. *Diretrizes da Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: FAO/INCRA, 1995. Resumo do Relatório Final do Projeto. UTF/BRA/036 (2.<sup>a</sup> versão).
- FIGUEIREDO, R. P. de *Extensão rural no Brasil: novos tempos*. Brasília, Rev. Bras. Tec, v.15 (4). jul./ago. 1984.
- FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Ed. Loyola (Série Educação popular v.3), 1985, 191p.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* tradução de Rosisca Darci de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 10.<sup>a</sup> edição, 93p.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 17.<sup>a</sup> edição, 184p.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982, 367p.
- \_\_\_\_\_. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Madri: Taurus editores, 2 v. 1987, 278p. 279p.
- HAYAMI, Y e RUTTAN, W. Vernon. *Desenvolvimento agrícola: Teoria e experiências internacionais*. Tradutores Maria Vittoria von Bulow, Joachin S. W. von Bulow; Revisão técnica: Elísio Contini, Vander Gontijo, Antonio Salazar Brandão. Brasília: EMBRAPA, Departamento de Publicações, 1988, 583p.
- KAGEYAMA, A. *Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura- uma análise regional*. Campinas: UNICAMP, 1985, 463p. Tese (doutorado em Economia) - Instituto de Economia, 1985.
- KAGEYAMA, A. e BERGAMASCO, S. M. P. P "A *estrutura de Produção no Campo em 1980*". *Perspectivas*, São Paulo, 1989/90.
- KAGEYAMA, A. e GRAZIANO da S. J. *Os resultados da modernização agrícola dos anos 70*. *Estudos Econômicos*. FIPE/ USP. São Paulo, 13 (3): 537-559. set/dez.,1983
- KAY, C. *Desarrollo rural y cuestiones agrarias en la América Latina contemporánea*. In, *Agricultura y Sociedade*, n. 75, abr./jun. 1995.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*; tradução, Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1987, 257p.
- MAARA, PRONAF: *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* DOCUMENTO OFICIAL DO PRONAF. Brasília: MAARA, fev. 1996.
- MARTINE, G. *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. Brasília: IPLAN, jul. 1989. 72p. Texto para discussão n.15.

- MOTTA, F. C. P. *Participação e co-gestão: Novas formas de administração*. São Paulo: BRASILIENSE (Série Primeiros vôos, v.13), 1982, 81p.
- NEVES, D. P. *Agricultura familiar: questões metodológicas*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, vol. 25, n. 2 e 3, p. 21-36, mai./dez. 1995.
- PEREIRA, L. G. T. C. *Avaliação do PRONAF através do comportamento dos atores municipais: estudo de caso em Espírito Santo do Pinhal/SP*. Campinas: UNICAMP, 2000. Tese (mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Univ. Estadual de Campinas, 2000.
- PINHEIRO, S. L. G. PEARSON, C. J e CHAMALA, S. *Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade na agricultura. I: Novos paradigmas para o desenvolvimento rural* Agrop. Catarinense, v. 10, n.1, mar.1997.
- \_\_\_\_\_. *Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade na agricultura. II: Uma abordagem construtivista*. Agrop. Catarinense, v.10, n.2, jun.1997.
- PINTO, A. G. *A construção de uma nova extensão rural: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1998, 114p. Tese (mestrado em Engenharia Agrícola), Faculdade de Engenharia Agrícola, Univ. Estadual de Campinas, 1998.
- QUEDA, O. *A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1987, 201p. Tese (concurso de livre docência), ESALQ/USP, 1987.
- RODRIGUES, C. M. *Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil*. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.
- ROGERS, E. M. & SHOEMAKER, F. F. *Communication of Innovations: a cross-cultural approach*. London; Collier MacMillan Publishers, 2ª ed., 1971, 453p.
- ROSA, S. L. Couto. *Desafios do PRONAF - programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar*. Revista Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 185 - 192, mai./dez., 1995.
- SÁNCHEZ GAMBOA, S. A. *Epistemologia da pesquisa em educação*. Campinas, SP: PRAXIS, 1996, 149p.
- \_\_\_\_\_. *Fundamentos para la investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientam al investigador*. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa de Editorial Magisterio, 1998, 143p.
- SILVA, J. de S. *"Comentários e recomendações dos consultores"*. In: Anais do Seminário Nacional de assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar. Brasília: PNUD, 1997, 122p.
- TERESO, M. J. A. *O Ensino da Engenharia agrícola: UNICAMP*. Campinas: UNICAMP, 1992. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Univ. Estadual de Campinas, 1992.

- THIOLLENT, M. *Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização*. Cadernos Difusão de Tecnologias, Brasília, 1 ( 1 ): 43-51, jan./abr.1984
- VEIGA, J. E. *Delimitando a agricultura familiar*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, vol. 25, n. 2 e 3, p. 128-141, mai./dez. 1995.
- VEIGA, J. E. da , ABRAMOVAY, R. *Análise da Inserção do PRONAF na Política Agrícola*. São Paulo, Convênio IPEA/FIPE, jul.97,1997.
- VIEIRA, J. *"Visão das Instituições"*. In: Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar. Brasília: PNUD, 1997, 122p
- WANDERLEY, M. de N. B. *A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção* . Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 37-57, mai./dez. 1995.

**ANEXOS**



**ANEXO 1****Roteiro para a pesquisa junto aos planos municipais de desenvolvimento rural****a) Informações empíricas :**

Qual o objetivo geral do PMDR?

Quais os principais problemas encontrados para a elaboração do PMDR?

Quem elaborou o PMDR?

Quais as áreas beneficiadas com os recursos ?

Quais os principais beneficiários dos planos ?

**b) Fundamentos científicos**

Quais as principais informações contidas nos planos?

Quais as metodologias utilizadas nos Planos ?

Quais as técnicas de coleta de dados utilizadas nos planos?

Quais as fontes de informações utilizadas nos Planos?

**c) Elementos de interpretação**

Neste aspecto buscamos selecionar as palavras que mais se destacaram na leitura dos documentos, as quais denominamos "palavras-chaves". Buscamos verificar também a finalidade pretendida por estas palavras em cada documento.

Estas palavras com suas respectivas finalidades serviram de base para a montagem do nível teórico do Esquema Paradigmático.



## ANEXO 2

**Roteiro de entrevista junto aos extensionistas da CATI dos municípios-piloto do PRONAF  
no Estado de São Paulo**

<b>A - Características Pessoais</b>
<p>Sexo</p> <p>Formação profissional</p> <p>Ano de conclusão do curso</p> <p>Instituição de Ensino</p> <p>Vínculo empregatício</p> <p>Filiação a organizações sociais</p> <p>Cursos realizados na área de extensão rural e planejamento</p> <p>Participação em cursos com o tema metodologia da pesquisa como conteúdo.</p>
<b>B - Informações para aprofundamento da pesquisa junto aos planos municipais de desenvolvimento rural relativas às informações empíricas e aos fundamentos científicos.</b>
<b><i>Questões orientadoras</i></b>
<p><i>a) Para o aprofundamento das informações empíricas:</i></p> <p>De acordo com a tipificação proposta no PRONAF que classificou os agricultores familiares como: consolidados, intermediários e periféricos, qual o grau de participação de cada um deles no PMDR do seu município ?</p> <p>Na sua opinião, porque a participação dos agricultores nos PMDR se deu desta maneira?</p> <p>Como considerou a participação do conselho municipal de desenvolvimento rural no PMDR ?</p> <p>Em quais etapas do PMDR se deu a participação dos agricultores familiares?</p> <p>Qual a sua opinião geral sobre o PRONAF em seu município?</p> <p>Quais os principais problemas do PRONAF em seu município?</p> <p><i>b) Para o aprofundamento dos fundamentos científicos:</i></p> <p>Qual a metodologia utilizada na elaboração do PMDR?</p> <p>Quais as vantagens da utilização do método?</p> <p>Quais os problemas da utilização do método?</p> <p>Quais a suas sugestões para conteúdo de treinamento?</p>



**ANEXO 3**

**Roteiro para pesquisa histórica do PRONAF**

1- Roteiro para a pesquisa junto aos documentos históricos

Questão orientadora

**Quais os marcos históricos do PRONAF e as principais conseqüências e características desses fatos?**

2 - Roteiro de entrevista junto aos atores sociais envolvidos com a construção do PRONAF em nível estadual.

Questão orientadora

**Como você viu a construção do PRONAF no Estado de São Paulo ?**



**ANEXO 4****Informações obtidas pela pesquisa histórica do PRONAF**

Pesquisa junto aos documentos históricos

***MARCOS REFERENCIAIS******1991 - MARCO MUNDIAL***

Pode-se considerar como o marco referencial do atual modelo de desenvolvimento conhecido como Desenvolvimento Sustentável o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), conhecido como "Relatório Brundtland".

A referida comissão criada em meio à crise ambiental gerada pelos modelos de desenvolvimento busca apontar novos padrões de desenvolvimento e estabelecer as bases para o futuro da humanidade. Neste relatório o desenvolvimento Sustentável é entendido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (CMMAD,1991, p. 46)

Este relatório, no entanto, tem sofrido várias críticas, principalmente por não se aprofundar em relação às questões políticas causadoras dos problemas abordados.

***MARCOS NACIONAIS******1993/94******Convênio FAO/INCRA***

O convênio FAO/INCRA realizado no Projeto UTF/BRA/036 tomou como base as reflexões em torno da questão da Reforma Agrária, da inviabilidade de se instituir uma política agrária sem a criação de uma política agrícola que evitasse a transformação dos "agricultores familiares" ou "pequenos agricultores" em novos "sem terras".

Este convênio realizou um estudo da Agricultura Familiar e culminou num relatório intitulado Diretrizes da Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável (FAO/ INCRA,1995) - As discussões deste estudo foram realizadas a partir de uma relatório preliminar em um Seminário no Estado de São Paulo promovido pelo convênio FAO/INCRA com representantes dos diversos atores sociais envolvidos com as questões, como as representações dos agricultores, da pesquisa e da extensão rural de todo o país.

### **1995**

*Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PLANAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF.*

No final do ano de 1995 o governo federal elabora o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF) que posteriormente teve sua denominação mudada para Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, pois, como plano teria que sofrer um debate mais aprofundado no Congresso Nacional e poderia ter suas ações retardadas pelo conservadorismo em torno da questão da Agricultura Familiar e, como programa, poderia ter suas ações determinadas por decreto do Poder Executivo. Esta atitude, apesar de pretender acelerar o processo, ao invés disso pode ter feito com que o PRONAF, por não ter sido articulado com o convencimento deste segmento conservador e que ainda detém a grande maioria das decisões na sociedade brasileira, sofresse, como vimos, todos estes entraves para a sua construção na sociedade em nível local.

*Seminário Agricultura Familiar e Extensão Rural- CONTAG/FASER*

Outro marco nacional relacionado com a Política de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi o Seminário realizado em Brasília nos dias 11 e 12 de dezembro do ano de 1995, promovido pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela Federação das

Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Serviço Público Agrícola do Brasil (FASER).

Este Seminário caracterizou-se pela defesa dos serviços de extensão rural pública e gratuita com a missão de "promover o desenvolvimento rural brasileiro mediante a ampliação da participação da agricultura familiar nas cadeias de produção e comercialização agrícola e do apoio às organizações políticas, econômicas, e sociais." (CONTAG/FASER, 1995), em contraposição aos indicativos apontados no Seminário INCRA/FAO. Demonstra-se assim confiança das organizações dos agricultores na parceria da Extensão rural pública enquanto agente externo de fundamental importância junto aos projetos de desenvolvimento dos agricultores familiares, pressupondo-se uma reestruturação do sistema de extensão.

Após as discussões elaboradas a partir de documento preliminar durante o ano de 1995, institui-se, por intermédio do Decreto n.º 1.946, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

*1996/1997*

*Curso de Especialização em Gestão Social e Profissionalização de Agricultores Familiares.*

No intuito de atualizar as organizações de Extensão Rural do país para a efetivação da Gestão Social e profissionalização dos agricultores familiares o Ministério da Agricultura e do Abastecimento/ Secretaria de Desenvolvimento Rural/ Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - MA/SDR/DATER e a Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM promoveram um curso de Especialização em Gestão Social e Profissionalização de Agricultores Familiares realizado em duas etapas: a primeira no Centro de Treinamento da EMATER - GO e a segunda, à distancia, com cada técnico em seus respectivos Estados. Neste curso o Estado de São Paulo é representado por um extensionista da Divisão de Extensão Rural da CATI.

**1997**

*Seminário Nacional de Extensão Rural e Agricultura Familiar.*

Promovido pela Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Ministério da Agricultura e do Abastecimento / Secretaria de Desenvolvimento Rural / Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (MA/SDR/DATER), Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Serviço Público Agrícola do Brasil (FASER) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Projeto-BRA-92/020) e realizado em Brasília, de 4 a 8 de agosto de 1997, esse seminário foi concebido com o objetivo de levantar elementos para a construção coletiva de um novo modelo de Extensão Rural Pública para o desenvolvimento centrado na Agricultura Familiar. Neste seminário a CATI foi representada pelo coordenador do programa, na ocasião.

***MARCOS NO ESTADO DE SÃO PAULO***

**1995**

*OFICIO DA ASBRAER À CATI*

Chega à CATI uma carta ofício da ASBRAER consultando o órgão de Extensão e Assistência Técnica sobre a contribuição da Instituição ao Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF).

A CATI entendeu na ocasião que as ações de extensão rural necessárias para o Plano já vinham sendo desenvolvidas pela instituição e que o PLANAF seria uma oportunidade para o aprimoramento e consolidação destas ações de extensão, agora orientadas aos agricultores familiares.

### *O GRUPO DE COLABORADORES*

Ainda no segundo semestre de 1995, são realizadas reuniões promovidas pela Delegacia Federal da Agricultura em São Paulo e representantes do DATER do PRONAF para a Região Sudeste, com o "grupo de colaboradores estaduais"

A constituição deste grupo tinha por objetivo elaborar a estratégia de construção do PRONAF no Estado. O grupo era formado por representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) das Organizações das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), da Delegacia Federal de Agricultura em São Paulo (DFASP), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (CSE); da Comunidade Solidária

As principais atividades desenvolvidas pelo grupo consistiram em:

Análise do Documento Oficial do PRONAF.

Elaboração de Estratégia de Implantação do programa no Estado.

Levantamento dos municípios característicos de Agricultura Familiar no estado de São Paulo.

Este levantamento foi realizado pelos especialistas do Departamento de Extensão Rural da CATI que cruzando os parâmetros preconizados no PRONAF elaboraram uma lista contendo 207 municípios, o que representava cerca de 30% dos municípios do Estado.

Elaboração de critérios e seleção dos 25 municípios pilotos para implantação do "PRONAF/Infra-estrutura".

### **1996**

#### *AS COORDENAÇÕES PROVISÓRIAS DO PRONAF EM SP*

*1996 - 1.º SEMESTRE - A coordenação provisória na CATI*

Durante o primeiro semestre de 1996, a Coordenação provisória do PRONAF-SP determinada pela Secretária de Agricultura ficou a cargo da CATI que articulava as ações como uma Secretaria Executiva Provisória juntamente com a FETAESP, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por intermédio da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), e as entidades financeiras, que participavam timidamente, com pouco envolvimento e muitas exigências.

O método de trabalho utilizado pelo grupo em suas reuniões consistia no processo participativo utilizando a metodologia ZOPP de planejamento.

#### Ações desenvolvidas

As ações desenvolvidas foram elaboradas por dois grupos estratégicos: um grupo específico para o desenvolvimento da linha de crédito e outro grupo para a construção do PRONAF no Estado de São Paulo

#### O Plano para desenvolvimento da linha de financiamento da produção- PRONAF/Crédito

Após o levantamento das dificuldades para operacionalização do crédito do PRONAF, que foram: a falta de informação para o agricultor; a falta de informação para os técnicos da rede; as informações confusas; a falta de informação e recursos disponíveis no município; a falta de normas operacionais no Banco Central e a falta de normas operacionais na CATI, as ações desenvolvidas consistiram na elaboração da Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar (documento que seria fornecido pelos técnicos das Casas da Agricultura da CATI e pelos Escritórios Regionais da FETAESP para os agricultores familiares interessados em utilizar-se do crédito do PRONAF), na Capacitação de monitores para elaboração de Planos de Crédito para o PRONAF que seriam responsáveis pela multiplicação para todos os técnicos das Casas de Agricultura dos municípios do Estado e no levantamento dos municípios de Agricultura Familiar do Estado de São Paulo segundo as normas do PRONAF.

O plano para a construção da Estrutura Estadual do PRONAF-SP consistiu na realização do Seminário " O PRONAF e o Papel da Extensão Rural", realizado de 15 a 17 de maio de 1996, ou seja, um ano antes do próprio Seminário Nacional que indicou que cada Estado realizasse também esta discussão. Este seminário promovido pela CATI, UNICAMP, FETAESP e com o apoio do DATER, e da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) tinha como objetivo estratégico dar continuidade ao processo de gestão social iniciado pelo DATER em SP para a formação da Secretaria Executiva Estadual do PRONAF-SP e especificamente de reorientar as ações de Extensão Rural da CATI para o trabalho junto à Agricultura Familiar. O seminário contou com a presença de cerca de 150 representantes dos agricultores familiares do estado, extensionistas da CATI, representantes das universidades que debateram sobre o assunto durante e após as apresentações feitas pelos principais pesquisadores do tema, pelos principais representantes dos Agricultores Familiares e do Governo Federal.

Dentre os pontos polêmicos durante os debates, acentuou-se a questão em relação à tipificação proposta pelo PRONAF de considerar os produtores familiares em "consolidados", "intermediários" e "periféricos" . Os argumentos contrários a esta tipificação sustentavam que era difícil afirmar que um produtor pudesse ser considerado como consolidado, visto que no momento seguinte poderia mudar de situação.

Outra grande polêmica gerou em torno da preferência dada às ações com os chamados agricultores "intermediários", deixando os "periféricos" mais para os programas de natureza "social". Os que defendiam as ações do PRONAF também para os produtores ditos "periféricos", sugerindo inclusive a mudança de nomenclatura, alegavam que este grupo de agricultores familiares apresenta uma lógica diferente da lógica da produção capitalista e que representavam um segmento importante para desenvolvimento rural.

## Resultados das discussões do Seminário

Os resultados e as discussões do seminário podem ser resumidos a partir dos resultados dos trabalhos nos grupos de discussão apresentados a seguir:

### Grupos I e II - Tema: EXTENSÃO RURAL E PRONAF

Falta de compreensão do PRONAF- maior divulgação

Reformular sistema de extensão com municipalização das ações, sem "prefeiturização".

Estabelecer ligação mais forte entre a extensão rural e as organizações dos trabalhadores rurais.

- Fortalecimento de pesquisas voltadas para a Agricultura Familiar de caráter participativo.
- Formação de grupos e associações para viabilizar a ação do extensionista junto à agricultura familiar.
- Utilizar documento oficial do PRONAF como instrumento de trabalho pelos extensionistas nos municípios.

### Grupo III - Tema - Crédito

Organização dos Agricultores Familiares para pressão nos bancos e Departamento de Proteção dos Recursos Naturais (DPRN). Pressão local, regional e nacional.  
Assistência Técnica oficial obrigatória

Divulgação do PRONAF e seus entraves em nível local.

Operacionalizar equivalência produto. Maior esclarecimento das normas para o agricultor e a Rede de Extensão.

Acoplar o Empréstimo do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal (AGF) ao PRONAF.

Crédito PRONAF sem garantia real.

#### Grupo IV - Tema: Organização

Incluir Pesca Artesanal

Flexibilização do módulo fiscal e priorização para a questão da mão-de-obra.

Colocar as organizações existentes nas ações do PRONAF.

Reforçar a questão das parcerias.

Aproveitamento e ampliação da infra-estrutura existente.

A CATI deve priorizar a Agricultura Familiar e portanto o PRONAF.

Para isto deve:

- Adotar um novo modelo de extensão rural, priorizando caráter não produtivista e multidisciplinar.
- Ter o extensionista como agente e não como centro do processo na organização dos produtores.
- Promover a reciclagem dos extensionistas frente ao novo modelo, nova atuação, etc.
- Dar ênfase à municipalização e não à "prefeiturização".
- Agilizar ações do PRONAF e do Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA).
- Onde não houver organização dos agricultores familiares outras instituições podem assumir o papel de apresentador.
- Promover a indicação de representantes dos agricultores para o Conselho Municipal; nos locais onde não houver organização formal deveria ser feita com o aval da entidade em nível regional.

*1996 - 2.º SEMESTRE - A Coordenação Provisória na Coordenadoria Sócio-Econômica*

- CSE

A partir do 2.º semestre de 1996 a Coordenação provisória do PRONAF-SP, passa para a Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Foram então apresentadas as novas propostas de atuação, inclusive em relação à escolha dos municípios-pilotos do Estado para o PRONAF

Coordenação Provisória

CSE - CATI - FEAGRI - FETAESP - Comunidade Solidária

As ações desenvolvidas nesta nova fase consistiram no seguinte:

1 . Na uniformização de conceitos, como: agricultura familiar; agricultura sustentável; tipificação dos agricultores familiares; integração ao mercado; produtividade; diversificação da produção; redução de riscos; sistemas agrários; cidadania; ensino (formal, informal, profissionalizante); gestão social; organização dos agricultores e de órgãos ou entidades parceiras. Ficava claro para o grupo que a filosofia do programa deveria estar bem definida a partir dos conceitos das categorias analisadas.

2. Nas propostas de operacionalização:

no Nível Estadual

Unidades didáticas para profissionalização de Agricultores Familiares; formação do Corpo de Instrutores; elaboração de Planos Municipais; processo ou metodologia de planejamento; rede de teleprocessamento; zoneamento agroecológico

no Nível Municipal

Plano Municipal de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PMAF); Co-Executores; Fiscalização do Planejamento e Execução.

Para realizar estas ações o grupo formou dois subgrupos:

Um grupo formado principalmente pelos representantes das universidades, responsável por apresentar sugestões em relação aos conceitos das categorias de análise citadas anteriormente e

outro grupo formado principalmente pelos representantes da CATI, CSE e FETAESP, responsável por apresentar sugestões em relação à estrutura e metodologia.

A proposta de elaboração da estrutura para o PRONAF em SP e da metodologia apresentada pode ser vista a seguir.

Estrutura:

Secretaria Executiva Estadual

Secretarias Executivas Regionais

Secretaria Executiva Municipal.

Metodologia

A metodologia ZOPP foi a indicada para a elaboração dos PMDRs.

A Técnica de Leitura de Paisagem foi a indicada para a formação da Secretaria Executiva Municipal.

Definição dos vinte e quatro municípios-pilotos

3. Na realização de ações de Treinamento/Desenvolvimento para técnicos dos municípios piloto e membros da coordenação estadual e regional que foram as seguintes:

*Curso de Formação em Metodologia de Planejamento Participativo ou Metodologia ZOPP- Águas de Lindóia - 13 a 19 de outubro de 1996.*

Participantes: Membros da Secretaria Executiva Estadual, Secretaria Executiva Regional e Técnicos dos municípios pilotos.

Curso/Oficina de trabalho para atualização de conceitos do PRONAF e elaboração de estratégias de implantação - no município de Dois Córregos em novembro de 1996.

Oficinas de Motivação para Elaboração de PMDRs em nível municipal.

***1997 à 1999 - A Secretaria Executiva Oficial***

*1997 - 1.º semestre*

Este semestre caracteriza-se pela dissolução da secretaria executiva provisória. Passa-se a dar ênfase às questões administrativas e operacionais das ações em detrimento das questões teórico-metodológicas.

As atividades realizadas consistiram na

Elaboração de um Plano para a operacionalização do PRONAF pela CATI.

Readequação da Infra-estrutura da CATI para implementação do PRONAF.

Elaboração de um plano de metas para o PRONAF - crédito, infra-estrutura municipal e profissionalização de Agricultores familiares.

Realização de uma oficina de trabalho do PRONAF com dirigentes regionais da CATI.

Efetivação do processo de acompanhamento, aprovação dos PMDRs e oficialização dos convênios com as prefeituras dos 24 municípios pilotos.

### **1997**

#### *2.º semestre - Liberação de Recursos*

Este semestre caracteriza-se pela liberação no mês de novembro da primeira parcela de recursos relativa à implementação dos pleitos do ano de 1997 para os 24 municípios-pilotos.

### **1998**

#### *1.º Semestre de 1998*

A elaboração da 2.ª fase do convênio entre o MA e a CATI e a inclusão de 24 novos municípios pilotos caracterizam este semestre.

#### *2.º Semestre de 1998*

Marcado pela continuidade da formação dos técnicos dos municípios pilotos em planejamento participativo - Planejamento Estratégico Situacional - PES. O público consistiu principalmente de técnicos dos novos municípios.

**1999***2.º Semestre de 1999*

Caracteriza-se pela assinatura da terceira fase do convênio do MA com a CATI para sua atuação junto ao PRONAF.

**2000***2000 - 1.º semestre- A retomada do processo participativo na CATI*

Caracteriza-se pelo retorno das ações de operacionalização do PRONAF para a Divisão de Extensão Rural -DEXTRU e a retomada da utilização de metodologia participativa para o planejamento das ações de operacionalização para o treinamento dos técnicos em planejamento, crédito e para profissionalização dos agricultores. Os conteúdos dos cursos previstos no convênio entre o MA e a CATI são elaborados numa oficina de trabalho realizada no município de Valinhos com os técnicos dos municípios pilotos do PRONAF, os quais realizam uma avaliação conjunta do programa e apresentam sugestões para a operacionalização dos treinamentos da rede na linha de infraestrutura municipal, na linha de financiamento da produção e na formação de instrutores para os cursos de profissionalização de agricultores familiares.

Ainda neste primeiro semestre são realizados cursos de planejamento participativo para a elaboração de projetos para cerca de 200 técnicos da rede, dentre eles vários técnicos dos municípios pilotos do PRONAF. No conteúdo deste curso, contemplou-se o tema metodologia da pesquisa para elaboração de projetos em extensão rural, tendo sido apresentados e discutidos com os técnicos conceitos relativos à produção do conhecimento científico e sua importância para o planejamento. O esquema de análise paradigmático utilizado nesta pesquisa foi apresentado, como instrumental de avaliação de projetos, inclusive utilizado para um exercício de análise teórico-científica comparativa dos modelos desenvolvimento estudados, na fase anterior do curso, relacionados ao paradigma da Modernização Conservadora da Agricultura e ao Paradigma do

Desenvolvimento Sustentável . A avaliação dos técnicos em relação à utilização do Esquema Paradigmático para avaliação dos projetos de natureza da gestão social como o PRONAF foi de que o instrumento apresentou-se adequado para o objetivo proposto, necessitando de um aprimoramento principalmente em relação à adaptação de sua linguagem à realidade em extensão rural.

**ANEXO 5****Relatos dos principais representantes dos atores sociais envolvidos com a construção do PRONAF no Estado de São Paulo em relação à seguinte questão orientadora:****Como você viu a construção do PRONAF em São Paulo ?**

Com a finalidade de ilustração, dentre os vários depoimentos gravados, transcrevemos um deles que apresentou os principais pontos encontrados nos demais depoimentos, mantendo-se a respectiva originalidade.

**Depoimento 1**

"Observei a preocupação da Secretaria Executiva inicial em adotar metodologias participativas e depois esta Secretaria Executiva se desarticulou. Acredito que isto foi em 95 ou 96. Houve uma preocupação na época. Antes desse grupo existia uma articulação quando o projeto chegou na CATI; uma discussão até para compreender o qual era a natureza do projeto do PRONAF, o que era o programa .

Depois houve um Seminário de Extensão Rural e o PRONAF. Nessa época a coordenação do PRONAF estava no DEXTRU, que procurou fazer primeiro uma compreensão da natureza do PRONAF. Depois, esta fase evoluiu para a realização do Seminário Estadual que contou com a presença da USP, da UNICAMP, da ESALQ e da Extensão Rural de Santa Catarina e acabou trazendo para a CATI uma melhor compreensão do alcance e da abrangência do PRONAF. Isto posteriormente foi importante até para dar mais dinâmica à futura comissão estadual do programa.

A época de atuação da CSE foi uma fase muito rica, pois buscou a implantação do processo participativo. Havia discordância quanto à forma que ele tomaria, quanto à metodologia que deveria ser usada para a implementação do processo participativo.

Havia uma dificuldade do consenso de qual metodologia deveria ser usada para a implementação do processo participativo.

Depois desse processo, o que pude perceber é que houve mudanças administrativas na Secretaria da Agricultura. Mudança do Secretário e do responsável estadual do Programa. Isso culminou com a desarticulação da Secretaria Executiva Estadual e, a partir daí, o Programa passou a ter uma coordenação mais isolada, vamos assim dizer, com pessoas responsáveis na CATI e pessoas responsáveis na Secretaria da Agricultura. Então o processo deixou de ser um processo de coordenação estadual por equipe e passou a uma coordenação estadual, vamos dizer, individualizada.

O maior problema no geral, que percebo, é da Extensão Rural conseguir adotar uma metodologia de participação popular que seja factível. Existem modelos teóricos que são apresentados por alguns e modelos apresentados por outros, e acabou acontecendo que não há uma implementação plena desses modelos. Geralmente se inicia uma metodologia e depois não há uma continuidade.

O problema que levou a isso, acredito que chamou atenção e que deve ter sido determinante, foi a rotatividade das pessoas no que diz respeito a trabalhar no projeto. A rotatividade tanto do primeiro escalão de coordenação estadual como nas equipes executoras do programa na CATI; há muitas mudanças e cada vez que há uma mudança há um novo questionamento da metodologia, há uma nova visão de mundo das pessoas que passam a coordenar o programa e isto faz com que haja uma dissolução da continuidade nas propostas.

Quanto à metodologia utilizada: recentemente realizou-se uma Oficina de Planejamento do PRONAF para o ano 2000, em Valinhos. A queixa comum dos diferentes técnicos dos diferentes Escritórios de Desenvolvimento Regional – EDRs, foi com relação a falta de acompanhamento dos órgãos centrais da CATI na implementação desses processos participativos, dessas

metodologias que levam a uma participação maior dos agricultores; eles reclamaram de uma falta de acompanhamento mais próximo por parte dos órgãos centrais; junte-se a isso a tradição de pouca participação da população brasileira em todas as áreas e junte-se a isso uma formação agrônômica estritamente técnica dos nossos extensionistas. Você vai encontrar como resultado uma pouca participação em geral na execução do programa.

No geral o que fica claro no momento é que o PRONAF tem uma filosofia, pelo menos no discurso, muito claramente definida com relação ao protagonismo do agricultor com relação a privilegiar o processo participativo. Com relação a buscar a autonomia das comunidades, eu vejo que a extensão rural tem que se preparar melhor para conseguir ter sucesso na implementação dessa filosofia de trabalho. Acho que estamos caminhando para isso, lentamente em alguns momentos e mais rapidamente em outros e, no que diz respeito ao Programa; traz avanços porque trouxe capacitação para a rede em termos de metodologias participativas, houve esse tema de protagonismo e participação popular para dentro da Extensão Rural, que não era um tema muito comum na CATI.

Então eu avalio o processo como um todo muito positivo. Eu acho que está mais importante hoje o processo do que os resultados, propriamente ditos. O processo democrático participativo que está se construindo lentamente, mas está se construindo, é mais importante que o produto final do programa, ou seja: aumentar o volume de crédito, conseguir maiores rendimentos agrícolas para a Agricultura Familiar."

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE